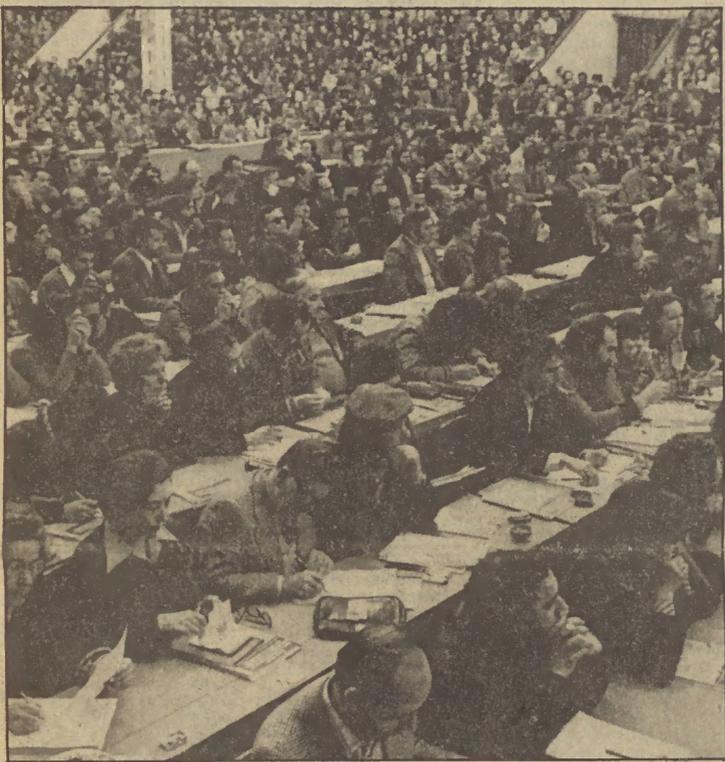


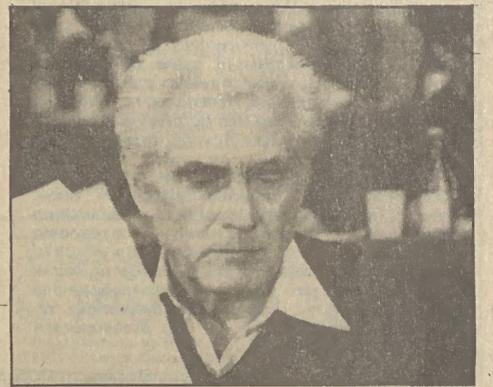
# NACIONALIZAÇÕES UMA CONQUISTA HISTÓRICA QUE É PRECISO DEFENDER



● Declaração da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado - Pág. 5

● Discurso do camarada Álvaro Cunhal no encerramento da Conferência - Pág. 6/7

● Intervenções e entrevistas - Pág. 8



## Reforçar a unidade por uma alternativa democrática

Lema do comício do próximo sábado, às 17 horas, no Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, no Barreiro, e em que participam os camaradas Álvaro Cunhal, Jaime Serra e Carlos Ramildes



Pág. 11

## NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES!

● Importante declaração soviética

## ELEIÇÕES EM FRANÇA

Na passada segunda-feira, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Secretariado do CC do PCF o seguinte telegrama:

Saudamos calorosamente o Partido Comunista Francês pelo sucesso obtido nas eleições legislativas. Fazemos votos para o próximo dia 19 de Maio, a esquerda saia vitoriosa, a classe operária e o povo trabalhador francês, desanuviado e em paz.

Pág. 11



Desenho de Wolinsky em «L'Humanité»  
«Eu não voto comunista porque não quero que as coisas mudem para o meu filho» - «Eu voto comunista porque quero que as coisas mudem para o meu pai»



## 8 de Março Dia Internacional da Mulher

Pág. 3



A concentração dos professores frente ao MEC na tarde do dia de greve foi uma significativa manifestação de unidade

Pág. 3

## Função Pública e Professores: o caminho da unidade na luta

## Editorial

## UMA CONFERÊNCIA PARA SERVIR PORTUGAL

É possível libertar Portugal do flagelo da crise e do subdesenvolvimento! É possível construir para os portugueses uma vida mais digna, desafogada e livre! — assim o proclamaram os pais dos 800 delegados das organizações do PCP reunidos neste fim-de-semana no Pavilhão dos Desportos.

A Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado veio de novo confirmar a estreita vinculação dos comunistas portugueses à busca de soluções patrióticas para os grandes problemas nacionais da actualidade.

Não só isso — a Conferência veio ainda mostrar com exuberância que a ciência económica deixou de ser apanágio de meia dúzia de especialistas privilegiados para se tornar cada vez mais património do maior número, para se colocar ao alcance dos que dia-a-dia, nas fábricas, nos campos, nos mais diversos locais de trabalho, esforçadamente produzem a riqueza e o pão dos portugueses.

Recuperação capitalista e degradação da situação económica e financeira são sinónimos nas condições do Portugal de hoje.

A crise económica e financeira é um fardo que pesa rudemente sobre os ombros dos trabalhadores.

As componentes deste pesado fardo chamam-se desemprego, baixos salários, vida cara, carências gritantes de necessidades das mais elementares.

Em Portugal não serão as medidas antipopulares nem a fraseologia demagógica da coligação governante PS/CDS que alterarão a dura realidade da crise económica e financeira deste Março português de 1978.

Os críticos problemas da economia nacional levados à sua expressão mais grave por uma desastrosa acção governativa de 30 meses, praticada sucessivamente pelos três últimos governos, com particular relevo para o do PS sozinho, derrotado em Dezembro, exigem uma inadiável resposta política ao nível das classes trabalhadoras e das forças democráticas e patrióticas do país.

Em termos de economia — tratamos naturalmente da economia portuguesa, onde, sob o influxo do 25 de Abril, se produziram importantes alterações de fundo — uma resposta política passa necessariamente pelo conhecimento objectivo da realidade nacional, pela determinação criteriosa das direcções e das forças, meios e formas de intervenção no processo económico à luz dos pressupostos constitucionais.

Neste sentido a Conferência do PCP para o Sector Nacionalizado carrega novos argumentos irrefutáveis para duas afirmações categóricas dos comunistas:

A primeira — Os problemas nacionais têm soluções não com a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, mas com a consolidação, a garantia e o aprofundamento das conquistas da Revolução;

A segunda — Os problemas nacionais podem resolver-se não contra os trabalhadores mas com os trabalhadores, não contra o PCP mas com o PCP. Conquista fundamental da Revolução, a nacionalização dos sectores básicos da economia nacional é uma posição avançada que tronca numa frente mais vasta que importa defender a todo o transe contra as investidas da reacção.

Posição inseparável das outras posições avançadas da Revolução portuguesa a sua defesa é inseparável da defesa das restantes conquistas fundamentais de Abril.

Justamente, a Conferência reafirmou que a defesa das Nacionalizações é inseparável da defesa da Reforma Agrária, do Controlo Operário, das cooperativas e empresas em autogestão e intervenções; da defesa dos interesses dos rendeiros contra os senhorios ricos, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; da defesa dos interesses, direitos e liberdades do Povo português inscritos e consagrados na Constituição da República.

As nacionalizações são uma grande conquista política do Povo português libertado pela Revolução de Abril, uma conquista histórica que modificou profundamente o panorama socioeconómico do país.

Só os verbalistas pseudo-revolucionários nada compreenderam nem compreenderam o alcance político das grandes transformações económicas no processo da Revolução de Abril, são incapazes de analisar e apreender as suas incidências no plano social, nada agarraram do carácter revolucionário das nacionalizações dos sectores básicos da economia nacional.

Muitos não compreenderam ainda que no processo da Revolução portuguesa a criação de vasto sector nacionalizado — de importância determinante, juntamente com outras formações económicas não capitalistas, no desenvolvimento económico e social do país — não significou uma simples e transitória mudança de mãos na propriedade de alguns dos

grandes meios de produção, de financiamento e dos serviços públicos, como é habitual nos países capitalistas desenvolvidos, mas precisamente uma profunda e autêntica alteração no regime de propriedade social dos sectores básicos da economia, a eliminação prática dos monopólios, a criação do esteio fundamental das formações não capitalistas numa fase de transição do capitalismo para o socialismo implícita no nosso texto constitucional.

É todo esse rico património revolucionário do Povo português que é hoje imperioso defender da rapina, das ambições e das investidas dos potentados económicos que dominaram Portugal até ao 25 de Abril e que pela mão autorizada da coligação governativa, incrustados no partido de extrema-direita legal, se preparam para liquidar ou para reduzir à sua expressão mais simples.

A Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado representa um alerta contra o prosseguimento da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do governo anterior pelo governo actual, agora sob o acelerador do CDS.

Sabe-se que no contrato "nupcial" entre os dois partidos governantes está o reconhecimento e a aceitação pelo PS de disposições políticas impostas pelo seu parceiro da extrema-direita legal que colidem frontalmente com o programa e o compromisso constitucional dos socialistas perante os seus eleitores e perante o povo.

Quando o dr. Mário Soares declara abertamente o abandono no imediato do projecto socialista do seu partido estabelecendo uma estranha autonomia entre "socialismo" e "recuperação económica", quando manifesta a clara intenção do governo de pôr em prática, custe o que custar, a legislação aprovada durante a contra-revolução legislativa, como conciliar tudo isto com a defesa constitucional das conquistas da Revolução?

Quando se aceita a imposição do CDS quanto a formação de sociedades de investimento privadas, como conciliar isto com a defesa da banca nacionalizada?

Quando se atribui ao capital accionista das empresas agora nacionalizadas uma valorização de 33 milhões de contos nominal para mais de 65 milhões e 250 mil contos, para efeitos do

pagamento das indemnizações aos antigos grandes accionistas expropriados, como conciliar isto com uma isenta "coexistência concorrencial" entre o sector público e o sector privado enunciada pelo Primeiro-Ministro?

Quando se admite na chamada "Lei da delimitação entre o sector público e o sector privado" a outorga da exploração de empresas nacionalizadas ao capital privado que substância concreta e que figura económica se podem atribuir às nacionalizações como conquista fundamental da Revolução de Abril?

A realização da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado é uma iniciativa responsável de um partido que tem as suas raízes no povo trabalhador.

Os debates, intervenções e conclusões da Conferência mostram a disponibilidade dos comunistas para um empenhamento patriótico e nacional para sair da crise e trazer a marca duma experiência vivida.

Trabalhadores com as mãos na produção, técnicos e gestores com uma larga experiência do seu ofício, comunistas e alguns não comunistas que se quiseram juntar ao PCP na análise da situação do sector nacionalizado e nas medidas e propostas para o arranque em todos os domínios da sua actividade, trabalharam para o seu país e o seu povo nos dois dias de duração da Conferência.

O trabalho produzido, os documentos e conclusões constituem materiais de estudo de uma enorme valia prática.

A contribuição dos comunistas será decisiva para a defesa e dinamização do sector nacionalizado, mas, como é óbvio, só a definição correcta e o estímulo de uma política vigorosa a nível do Estado pode levar ao arranque dos sectores básicos da nossa economia.

Uma tal política não se pode esperar de um governo onde o alto patronato tem os seus representantes directos.

A questão coloca-se então com toda a nitidez: para a defesa das nacionalizações, para a defesa de todas as outras conquistas da Revolução, para a saída da crise e a solução dos problemas económicos e financeiros, acabará por impor-se uma nova política e um novo governo à altura de um verdadeiro empenhamento nacional e patriótico.

## Belgrado: mais um passo no difícil caminho da paz

Depois de cinco meses de trabalho, a reunião de Belgrado terminou com a elaboração e aprovação de um comunicado final. No decurso destes cinco meses fizeram-se múltiplas declarações sobre a importância histórica da Conferência de Helsínquia, sobre a necessidade de prosseguir no futuro com os esforços para levar integralmente à prática as disposições inseridas na Acta Final, que continuará a ser o programa do fortalecimento da paz, da colaboração e da segurança para os países europeus, ainda durante muitos anos. O documento final consagra formalmente as declarações nesse sentido. Podemos dizer que a esta conclusão a nota determinante e um dos resultados positivos da Conferência de Belgrado.

A Conferência de Belgrado constituiu assim mais um passo no caminho da paz. Um passo difícil. Belgrado foi

também, e de forma muito acentuada, uma difícil batalha. No relatório final afirma-se: «Não se se chegou a consenso sobre uma série de propostas submetidas ao plenário». Esta afirmação sintetiza os meandros de um confronto que se iniciou muito antes de Belgrado e que estaria presente em todos os momentos da Conferência. Na batalha de Belgrado, enquanto pela URSS e toda a comunidade socialista foram apresentadas propostas concretas e construtivas, visando novos avanços no caminho da paz, os EUA, secundados por diversos países capitalistas, multiplicaram esforços para sabotar os trabalhos com o pretenso debate dos «direitos humanos», tentando consagrar na prática um «princípio» que está contra o que foi determinado pela Acta de Helsínquia e contraria as actuais relações interestatais: o pretenso direito

de ingerência nos assuntos internos de outros Estados. No Encontro de Belgrado, saíram frustrados estes persistentes esforços do imperialismo; este também um resultado positivo, que há que não minimizar, pois representa de facto uma grande derrota para a ofensiva do capital contra a paz, contra o socialismo.

Acabada a Conferência de Helsínquia, os órgãos de propaganda do capital alardearam o seu descontentamento face aos resultados obtidos. Os EUA, antecipando-se mesmo ao final do encontro, fizeram uma declaração sobre os resultados do mesmo, em que se assegurava que, por responsabilidade da URSS, Belgrado não tinha aprovado um documento final em que se reflectissem os resultados do cumprimento dos acordos de Helsínquia, o que traduz simplesmente a frustração dos planos cozinhados na Casa Branca.

O caminho da paz é longo e sinuoso. A Acta de Helsínquia é um plano a longo prazo que não será cumprido automaticamente pelo facto de ter sido aceite pelos trinta e cinco países signatários. Somam-se as violações e mesmo as tentativas de adular o conteúdo, do acordo virando-o contra a paz, contra o socialismo.

O Encontro de Belgrado tinha como função principal a troca de opiniões sobre o cumprimento da Acta. Pese aos esforços de sabotagem, tal objectivo foi cumprido. Além disso foi estabelecido um novo encontro para 1980, em Madrid, bem como conferências similares de âmbito menos largo sobre ciência, solução pacífica de conflitos, iniciativas concretas de cooperação no Mediterrâneo.

Podemos dizer-se que, em Belgrado, mais uma vez foram batidas as tentativas de sabotagem do imperialismo.

## A «ameaça russa» e a «conferência do 24 de Abril»

A campanha anti-soviética é uma tónica permanente da propaganda da direita. Entretanto, na medida em que se acentuam as dificuldades dentro do sistema capitalista, em que o imperialismo perde a iniciativa no campo internacional e se registam sucessos por parte das forças progressistas, essa tónica assume aspectos mais acentuados. Por vezes caricatos. A dar crédito à propaganda cuidadosamente elaborada pelas agências criadas e controladas pelo imperialismo, e «democraticamente» divulgadas por todo o Mundo, a União Soviética pesa como uma ameaça omnipotente em todas as zonas e países.

A URSS é uma «ameaça» para o Ocidente. Não uma vaga e distante ameaça, mas uma ameaça física, militar, prestes a concretizar-se numa invasão que desabararia como uma catástrofe sobre os pequenos países europeus. Essas as ideias agitadas pela NATO para justificar o peso crescente do armamento na economia dos países que a integram. Segundo o general Gundersen, presidente executivo do comité militar da NATO, «a amplitude da ameaça soviética nunca foi maior e deve merecer a profunda preocupação de todos os que na Europa desejam que as suas pátrias e Instituições políticas permaneçam livres». Entretanto, os únicos atentados a essa liberdade que se têm verificado, e de forma

ostensiva, são os provenientes da NATO e da Casa Branca, com travé de ameaças contra a subida ao Poder de comunistas em França, Itália e nos outros países da NATO.

A URSS constitui uma ameaça para a paz. Isto assim é dito, com o espantoso à-vontade de quem não se preocupa em fundamentar informações. E até na sequência da conferência de Belgrado, onde os países capitalistas se esforçaram por impedir quaisquer resultados positivos, e todas as propostas concretas tendentes à defesa e reforço do desanuviamento, político e militar, partiram da URSS e da comunidade socialista. Isto é afirmado pelos mesmos que defendem a «bomba de neutrões» e se batem pelo seu armazenamento nos diversos países da NATO.

Uma iniciativa provocatória

Também no nosso país desde há muito que a direita vem descobrindo, em cada curva do processo revolucionário, a «mão» de Moscovo. O estrategema já é velho, e aqueles que hoje o utilizam não fazem senão imitar os seus dignos antecessores do SNI e do «Diário da Manhã».

Os pretextos a que recorrem não os preocupam muito. O que lhes interessa é o eventual efeito propagandístico e desestabilizador que das suas invenções e baixas especulações possam advir.

Há tempos, por exemplo, o diário reacçãoário «O Dia» fazia a notável descoberta de que as recentes declarações do Presidente Kadhaffi da Líbia sobre a Madeira significam a existência de uma «nova ponta de lança do imperialismo russo» apontada para Portugal.

No quadro destas iniciativas anticomunistas e de conspiração e intriga contra os países socialistas, está prevista a realização de uma «conferência contra a ameaça russa», significativamente marcada para o próximo dia 24 de Abril. Conforme há dias salientava o camarada Sérgio Vilarigues, no comício promovido pelo PCP no Palácio de Cristal do Porto, com razão se lhe pode chamar a conferência do 24 de Abril, de tal forma esta provocação contraria a nova imagem pacífica e cooperante justamente adquirida pelo Portugal do 25 de Abril.

Assenta numa deturpação do que é a base dos processos revolucionários. De facto, a revolução não se pode exportar, é obra dos povos e não de «invasores». Ameaça para o capital é, sim, o exemplo, exaltante para os povos do Mundo inteiro, da realidade socialista e da solidariedade que, sob múltiplas formas — inclusivamente a militar — o mundo socialista presta aos povos que lutam pela sua soberania, pela consolidação das suas conquistas sociais, pelo progresso e a liberdade.

o seu avã. Uma acção de guerra psicológica contra um país amigo da democracia portuguesa com o qual Portugal mantém relações de amizade e cooperação, constitui uma prova evidente de que a acção do CDS no Governo representará, no plano da política externa, a integração de Portugal nos planos agressivos e nas conspirações do imperialismo. Longe de constituir uma afirmação de independência nacional, tal atitude representa, isso sim, uma vergonhosa manifestação de submissão.

A campanha anti-soviética visa, fundamentalmente, desviar as massas populares da batalha pelo socialismo, denegando a realidade socialista, inventando uma «ameaça» inexistente. Visa também cobrir a política agressiva do imperialismo, convencer os trabalhadores de que o sistema capitalista é, ainda assim, o «menos mau».

## A antifarinha de trigo e as provocações contra a RPA

A concepção que o Governo PS/CDS tem das relações com países amigos é, no mínimo, estranha: enquanto no Palácio das Necessidades se instalou um ministro do partido da extrema direita legal, o Portugal democrático transforma-se num centro de conspirações e provocações reacçãoárias dirigidas contra os países socialistas, contra os novos países africanos, contra as forças progressistas de todo o mundo.

Os órgãos de imprensa estatizada dão cobertura a esta campanha, seja noticiando provocações e manobras como a famigerada Conferência da «ameaça russa» como se da coisa mais natural se tratasse, seja indo mesmo mais longe como o indica o incrível desenvolvimento do caso da já

incrível «crónica» do dr. Sousa Tavares na RDP.

A imprensa da direita e os seus squins fascistas desempenham naturalmente papel de relevo em toda esta campanha. O matutino «O Dia» dedica-se no seu número de ontem a entrevistar em Lisboa o bandeiro Daniel Chipenda que certamente não se terá deslocado ao nosso País para dilatar ao também muito conhecido sr. João Fernandes o chorrilo de imbecilidades que cobre uma página do referido jornal.

Para se ter uma ideia mais clara do nível geral das afirmações do entrevistado, bem como da do jornal que lhe deu guarida, atente-se que o chefe do famigerado «esquadra» responsável por incontáveis massacres em terras de Angola, fez esta

descoberta verdadeiramente sensacional: na RPA em 1977 e em relação a 1973, a produção de farinha de trigo foi 274% inferior, a de farinha de milho 543%, a de massas alimentícias 150%, a de conservas de carne 664% — e assim por aí fora!

É evidente que seria inútil pretender que Daniel Chipenda pense no que diz: mas é-se forçado a concluir que o comandante de mercenários fez a mais notável descoberta económica dos últimos tempos. Em Angola, em 1977, não só não se produziu nenhuma farinha de trigo, nenhuma farinha de milho, nenhuma massa alimentícia (o que corresponderia a uma quebra de 100%) como se deve ter passado a fabricar a antifarinha, a antimassa,

a anticonserva de carne que justifica que a quebra tenha ido — abaixo de zero!

Esta demonstração da estupidez e ignorância dos agentes do imperialismo nem por isso atenua a gravidade das provocações que desenvolvem; o facto de um quotidiano pago pela direita para dizer mentiras e escrever disparates ser tribuna de novas parvoíces não surpreende; o que não é admissível é que Portugal democrático, o Portugal interessado vitalmente em desenvolver as suas relações com todos os países do mundo, em desenvolver uma política de paz e de amizade, continue a dar guarida a toda esta escória, a pactuar com manobras que atingem os interesses e a independência do Povo português.

Avante!  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2, 1.º, Lisboa, 1. Tel. 739896/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2, 1.º, Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3, 1.º, Lisboa-1. Tel. 769726/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C, Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáculo, 10 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 579 - Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almeida, 18-2, 1.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 23394. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 23493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Bako, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impressão na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Várzea Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 84025



# Actividades do Partido

● **Campo Maior** — Por iniciativa dos comunistas deste concelho realizou-se no passado dia 8 de Março uma sessão comemorativa do Dia da Mulher, que reuniu no Cinema Central mais de 700 pessoas. Tomaram a palavra a camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central do PCP, uma operária agrícola da «Unidade dos Trabalhadores» e um membro da Comissão Concelhia de Campo Maior, do PCP. Seguiu-se uma parte cultural preenchida com poemas e canções.

Em Alcácer do Sal, um almoço de confraternização reuniu no dia 5 do corrente 75 participantes — comunistas e simpatizantes. A camarada Sofia Ferreira, do Comité Central, que esteve presente, fez uma intervenção política sobre a actual situação política. Em Casabes, o aniversário do Partido foi comemorado com um almoço no Centro de Trabalho, que reuniu 150 pessoas.

● **Assembleia em Santo André** — Realizou-se no passado dia 4 de Março a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Santo André do Partido Comunista Português. Com uma ordem de trabalhos que preencheu toda a tarde, os comunistas da freguesia de Santo André, concelho do Barreiro reuniram-se para apreciar e aprovar o relatório de actividades apresentado pela Comissão de Freguesia cessante.

Depois da votação do relatório passou-se à distribuição dos novos cartões e, passado um curto intervalo, procedeu-se à eleição da nova Comissão de Freguesia, composta por 17 elementos — 11 operários, 3 empregados, duas domésticas e um técnico.

● **Ainda o Aniversário do Partido** — Continua a chegar-nos notícias das jornadas que, comemorando a data do aniversário do PCP, contribuíram para o esclarecimento político que se desenvolve em todo o País. Assim, a Organização de Colares do PCP levou a efeito no passado dia 6, no Centro de Trabalho do Mucifal, uma festa-convívio que reuniu militantes e simpatizantes comunistas. O camarada Abrantes, da Comissão Concelhia de Sintra, fez uma intervenção política. Durante a reunião, em que foi lembrado o Dia Internacional da Mulher, foram aprovadas duas moções, uma de saudação ao Comité Central do PCP e outra ao Movimento Democrático das Mulheres.

# Agenda

**Dia 18, Sábado**  
Leiria, 1.º Festival Amador de Canto Livre promovido pela União da Juventude Comunista. ● Lisboa, às 9 e 30 horas, no Centro de Trabalho de Alcântara, reunião de quadros da 2.ª zona. ● Lisboa, às 15 horas, 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia dos Anjos, no Teatro da Graça. ● Barreiro, às 17 horas, no Pavilhão dos Trabalhadores da Quimigal, CUF, comício com a camarada Avaro Cunhal, secretário geral do PCP, Jaime Serra, da Comissão Política, e C. Ramilhos do CC, antecedido de Canto Livre. ● Torre da Marinha (Sebalães 21 e 30 horas), no Centro de Trabalho de Independente Futebol Club Torrens, sessão, com a camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, seguida de Canto Livre.

# Comemorado de Norte a Sul o Dia Mundial da Mulher

Milhares de pessoas, na sua maioria mulheres, participaram em diversas jornadas promovidas no Norte por comissões unitárias para assinalar o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Por iniciativa de mais de quatro centenas de mulheres da área do Grande Porto realizou-se, no dia 8 do corrente à noite, um Comício-Festa no cinema Estúdio, que se encontrava totalmente esgotado. A lotação largamente excedida. Falaram uma professora, que desenvolveu o tema «A mulher e a Constituição», uma operária têxtil para abordar os problemas das trabalhadoras, em particular no seu sector. Uma modista denunciou, com numerosos exemplos, o aumento do custo de vida. Foram aprovadas 2 moções: uma de solidariedade às vítimas das cheias e, outra, contra o aumento do custo de vida, dos preços dos produtos incluídos no cabaz de compras e pelo alargamento deste a outros géneros de primeira necessidade. A finalizar a jornada, actuaram Shila, José Jorge Leiria, Nuno Gomes dos Santos, Alberto Albuquerque e os grupos «Resistência» e «22 de Maio».

Também na quarta-feira da semana tra noctua mais de 500 pessoas participaram no Comício-Festa promovida pela Comissão Unitária de Vila do Conde no Cine-Teatro «Neiva», além de terem escutado intervenções de 3 representantes dos promotores da jornada, que versaram alguns dos problemas mais sentidos das mulheres. Os presentes aprovaram uma moção contra o aumento do custo de vida e pelo congelamento dos preços dos bens incluídos no cabaz e o seu alargamento a outros.

Cerca de um milhar de pessoas acorreram à sessão que, em Viana do Castelo, assinalou a passagem da data proposta por Clara Zetkin para Dia Internacional da Mulher. A CUM do Porto fez-se representar por uma delegação. Tal como nos outros locais, foi aprovada uma moção contra o constante aumento

do preço dos géneros. Entretanto, em Viana do Castelo, na sede da União dos Sindicatos, esteve patente uma exposição acerca da Mulher, de 3 a 12 do corrente.

As crianças também não foram ignoradas. Em S. Pedro da Cova o Movimento Democrático da Mulher promoveu uma festa infantil com a presença de 300 crianças. Também no sábado, em Águas Santas, Areosa, a CUM local organizou um convívio infantil a que assistiram cerca de 400 crianças. Actuaram palhaços, ilusionistas e o Grupo de Latas do Aleixo.

## Grande concentração em Braga

A sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher, que a Comissão Promotora constituiu por representantes de Sindicatos, Comissões de Moradores, Comissões Unitárias de Mulheres dos vários Concelhos do Distrito e o núcleo local do MDM, levou a cabo, na tarde do passado domingo, atingiu na cidade de Braga um elevado nível de participação, ao ponto de se ter tornado na maior concentração de mulheres jamais realizada em toda a província do Minho e, seguramente, uma das mais concorridas de quantas ocorreram já no Norte do País.

De facto o amplo recinto do Teatro-Circo, onde se realizou um Comício-Festa, tornou-se pequeno para abrigar as cerca de 3000 pessoas que ali acorreram e aplaudiram entusiasticamente as intervenções condenando a política governamental, quer pela sua incapacidade para impedir o constante agravamento do custo de vida, quer pela cobertura que tem dado à repressão patronal. O desemprego e os despedimentos arbitrários de que têm sido vítimas as mulheres trabalhadoras, foram temas abordados por uma operária têxtil de Riba d'Áve.

Um elemento do MDM de Braga referiu-se largamente ao significado do Dia Internacional da Mulher, à luta trágica de um grupo de mulheres americanas que, em greve pelos seus legítimos direitos, morreram queimadas por ordem do patrão, na fábrica em que trabalhavam, facto que ocorreu em 8 de Março. Essa a razão por que o Dia Internacional da Mulher passou a ser comemorado em todo o mundo nesse dia, apesar das dificuldades sempre eventuais pelos regimes às comemorações. O Departamento das Mulheres da CGTP-IN, através duma saudação que foi lida no Teatro-Circo entre aclamações, associou-se à jornada de Braga, que terminou com um convívio em que participaram Paço Bandeira, o grupo «Estamos Vivos», o GATEC e um trio de operários da GRUNDIG.

## Comemorações em Lisboa

Na zona de Lisboa continuaram as iniciativas para assinalar o dia 8 de Março. Assim, na Sociedade Guilherme Cossou, realizou-se no passado dia 11, pelas 21.30, uma sessão comemorativa subordinada ao tema «O quotidiano e a alienação da Mulher», promovida pela Comissão Unitária de Trabalhadores dos Órgãos de Informação e que contou com a colaboração de Carlos Paredes, Célia Metrasse, Maria Belo e Maria Teresa Horta.

Na Cova da Piedade e englobada no programa comemorativo do 85.º aniversário da Sociedade Cooperativa Piedense, também se realizou uma sessão assinalando o Dia Internacional da Mulher, a que estiveram presentes representantes das Associações de Amizade com os países socialistas e elementos do MDM, que se referiram à luta da mulher pela igualdade, em todo o mundo, e às experiências conseguidas nos países socialistas, neste campo.



Contra as arbitrariedades do patronato, os operários conserveiros reforçam a sua unidade e apoiam delegada sindical ameaçada de despedimento

# Conserveiras de Portimão lutam contra despedimento de delegada sindical

A Administração da Concentral, em Portimão, procurou na semana passada reinstalar na aquela empresa de conservas de peixe o velho sistema de controlo de produção. O método consiste na contagem, de meia em meia hora, do número de latas produzidas por cada operário.

Este tipo de controlo, unanimemente repudiado pelos trabalhadores, se visa por um lado aumentar os ritmos de produção e dividir os trabalhadores.

Na sequência do conflito entre os trabalhadores e o patronato viria a ser movido pela administração da empresa um processo disciplinar à operária Maria Luísa Ernesto, presidente da delegação de Portimão do Sindicato Conserveiro.

Os conserveiros de Portimão lutam contra o despedimento de delegada sindical ameaçada de despedimento. Não obstante a inequívoca posição das trabalhadoras conserveiras, a ameaça de despedimento mantém-se, tendo a Comissão de Trabalhadores da empresa recebido a «nota de culpa» formulada pelo patronato contra Maria Luísa Ernesto.

As tentativas de isolamento e, se possível, de despedimento dos trabalhadores que mais se destacam na defesa dos interesses da sua classe são normais por parte do patronato, sobretudo quando se sentem com força e apoiados pelas autoridades. Contra estas manobras, os trabalhadores — com uma arma poderosa — a sua unidade.

As conserveiras de Portimão saberão certamente encontrar formas de se oporem a mais esta arbitrariedade do patronato e de defenderem o posto de trabalho da sua delegada sindical.

# Consciência e manipulação nas greves da FP e Professores

Consciência da parte dos trabalhadores organizados, manipulação da parte do Governo foram características salientes das duas greves nacionais da semana passada. O Governo, através dos ministérios visados pelas paralisações na Função Pública e no Ensino, fez uma tentativa inqualificável para desmobilizar os trabalhadores e confundir por completo a opinião pública. Os Sindicatos classificaram, nomeadamente, essa atitude como «coacção psicológica», «intimidação» e «tentativa fraudulenta» de desmobilização.

Falta acrescentar a ingerência ilegal do Governo nos assuntos sindicais, o uso indevido e demagógico da palavra «política» que fez lembrar os tempos do fascismo, e por último a falsidade dos números com a qual um ministro CDS fez alarde de tanto zelo que levou um dirigente sindical da FP a qualificar de bombardeio o número de «informações falsas ou precárias» que a Direcção-Geral de Informação (pelos vistos mobilizada para o efeito) fez chegar às redacções dos jornais, rádio e TV, funcionando aquele órgão do Governo como verdadeira «central de contra-informação».

Errado seria considerar que essa campanha não produziu efeitos. Mas não produziu aqueles que o Governo desejava. Embora dirigida a sectores das classes trabalhadoras com experiência sindical recente, a tentativa de desmobilização não evitou que a grande maioria dos trabalhadores da Função Pública e do Ensino defendessem os seus direitos e interesses legítimos através da greve, cuja adesão se pode considerar um êxito.

A acção dos Sindicatos e dos trabalhadores caracterizou-se pela elevada consciência perante a forma de luta utilizada. Até ao último momento, tudo fizeram para desbloquear a situação e chegar a um acordo, evitando uma

paralisação que decorreu sem o mínimo incidente apesar de envolver centenas de milhares de trabalhadores em todo o País.

## Os salários

Num comunicado extenso e pormenorizado, vindo a público no próprio dia da greve, a Comissão Negociadora Sindical da Proposta Reivindicativa Comum (PRC) da Função Pública punha a claro o estado das negociações, nomeadamente no aspecto salarial, e acusava o Governo de intransigência perante as propostas sindicais. Os Sindicatos nunca poderiam aceitar «porque contrário à própria Lei 47/77», o montante máximo de 6 milhões de contos para satisfação de todas as reivindicações salariais da PRC, que era a posição do I Governo desde o início das negociações em 30 de Novembro de 1977», frisava o comunicado.

Apesar de uma última contraproposta apresentada pela CNS antes da greve, na qual se prescindia de algumas regalias e se diminuía a tabela salarial da PRC uniformemente em 200 escudos para cada letra, o Governo não cedeu, mantendo «a sua posição intransigente quanto ao montante global de 6 milhões de contos» e aos aumentos especiais que vão «de 4100 escudos para o chefe de divisão a 6200 escudos para o director-geral — Letra B (cargos predominantemente de confiança política) enquanto se mantém igualmente intransigente no aumento de 1000 escudos para o salário mínimo e deixa uma vez mais por resolver os problemas dos quadros técnicos e dos trabalhadores administrativos». É, em resumo, esta posição que o Governo considera «política», tentando defender a sua política, a política da coligação PS/CDS, contra os direitos, interesses e garantias dos trabalhadores e do Movimento Sindical.

## Mais unidos e mais fortes

Para além dos números provisórios, divulgados pelos Sindicatos, na generalidade acima dos 80 por cento de adesão nacional, deve salientar-se, tanto na FP como nos Professores, a forte reafirmação da unidade que os divisionistas não conseguiram furar. «Hoje estamos mais unidos e mais fortes», O MEC (Ministério da Educação e Cultura) está mais fraco e isolado perante os professores e os trabalhadores», afirmou o presidente da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa durante a manifestação no dia de greve.

«A greve nacional dos professores deverá ser entendida pelo MEC como um aviso de que os professores não desistem», acrescentaria aquele dirigente sindical lembrando que até agora «nenhum ponto de acordo foi estabelecido, nenhum problema foi resolvido», de modo a garantir «a satisfação das reivindicações dos professores e um ensino democrático de acordo com a Constituição». É o que exigem afinal os professores. Negociação e abertura democrática dentro do espírito e da letra da Lei Fundamental do País. Um compromisso claro do MEC de que negociará com os Sindicatos.

## Outras lutas

Os centros de produção fabril da Portucel paralisaram na quase totalidade em 8 do corrente. Objectivo principal: aprovação do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) nomeadamente as cláusulas respeitantes a matéria salarial.

Nas Minas da Panasqueira, a comissão de delegados sindicais acusa o Governo de permitir que a entidade patronal faça descontos abusivos nos salários por paralisações de trabalho. Na Plessey Automática Eléctrica

Portuguesa, a administração que se recusava a negociar uma tabela salarial para todos os trabalhadores, acabou por se mostrar disposta a negociar depois da quarta paralisação de mais de 90 por cento dos 3492 trabalhadores da empresa.

Nos bancários, a paralisação proposta pelas direcções sindicais foi rejeitada em Lisboa e aprovada no Norte e no Centro. «A prática da direcção autodemissão, em vésperas de abandonar o Sindicato, não inspira aos bancários a mínima confiança em relação aos seus objectivos, critérios e propostas; não podem pois os bancários ir para a greve só porque a direcção o pretende», afirmava entretanto num comunicado a lista unitária candidata às eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Na Sociedade Nacional de Sabões (SNS), a greve decorre há mais de 50 dias. A última proposta apresentada pelas organizações dos trabalhadores prevê a aceitação dos horários de 42 e 45 horas semanais com a correspondente compensação salarial. Numa manifestação de solidariedade, nomeadamente contra a repressão patronal na SNS que já se concretizou em 46 processos disciplinares depois da greve, mais de oito mil trabalhadores da 7.ª Zona de Lisboa concentraram-se no último dia 10 em frente das instalações da empresa onde foram lidas 18 moções de apoio de várias comissões de trabalhadores, sindicatos e delegados sindicais.

As outras lutas, designadamente a da Função Pública, mereceram também a solidariedade e o apoio de órgãos representativos dos trabalhadores na luta comum que se inscreve na orientação geral das propostas de reivindicações aprovadas no Plenário Nacional de 4 de Fevereiro findo da CGTP-IN, central única dos trabalhadores portugueses.

# Três lutas o mesmo apelo

Pelo pagamento de salários em atraso, contra os despedimentos e contra o regresso do patrão respectivamente nas empresas Habitat (Miraflores, Construção Civil), Phillips (Sul) e Fundação de Oeiras, os trabalhadores tomam posição, manifestam-se junto dos órgãos do Poder, apelam à unidade dos seus camaradas de trabalho e, no caso da Habitat, paralisam hoje, dia 16, durante todo o dia, exigindo imediatamente o pagamento dos salários que não recebem há cinco meses.

Num pré-aviso de greve, suscrito por seis Sindicatos, incluindo o da Construção Civil e o dos Escritórios do Distrito de Lisboa, com base nas deliberações tomadas pelos trabalhadores da Habitat em plenário geral, são apresentadas ao Governo seis reivindicações que, além dos salários em atraso e do subsídio de Natal, incidem no apoio financeiro para a recuperação da empresa, na manutenção dos postos de trabalho, na audição dos trabalhadores sobre a proposta por eles apresentada para a recuperação da empresa e na nomeação pelo Governo de um órgão de gestão com capacidade para gerir a Habitat.

Apoiada pela célula do PCP na empresa, o êxito dessa luta dependerá, segundo os trabalhadores comunistas afirmam num comunicado, da capacidade de acção e mobilização de todos os seus camaradas de trabalho em unidade e solidários com os seus órgãos representativos (CT e Comissão Intersindical). Os recentemente voltaram a expor a situação da empresa aos órgãos de soberania.

Na Fundação de Oeiras, a célula

do PCP desmascara num comunicado as manobras do patrão, que pretende regressar «em condições mais vantajosas do que as que tinha quando abandonou a empresa», tentando dividir os trabalhadores através de laços de modo a arranjar ambiente para que o seu regresso seja solicitado, ao mesmo tempo que os seus «homens de confiança» dentro da empresa boicotam pelas mais variadas formas o seu desenvolvimento, nomeadamente contrariando a trabalhos em que a Fundação se acobicia as encomendas, acabará por sofrer elevados prejuízos», actuando «sem qualquer plano de desenvolvimento conhecido» donde deriva «uma forte anarquia na produção que se faz sentir a vários níveis e em diversos sectores». Comandada pela entidade patronal para facilitar o seu regresso, esta situação da empresa não deve iludir os trabalhadores desunidos, como quer o patrão e os seus lacaios, mas reforçando a sua unidade para evitar os despedimentos e a repressão e exigir uma gestão capaz para a Fundação de Oeiras.

# Em preparação o Festival Mundial da Juventude

Com início às 10 horas, decorrerá no próximo domingo, na sede do Sindicato dos Rodoviários de Lisboa, uma importante reunião aberta a todas as organizações juvenis que apoiam a luta pelo reforço da solidariedade anti-imperialista, pela Paz e amizade. Trata-se de uma reunião nacional que tem como objectivo fundamental a constituição do Comité Nacional Preparatório (CNP) do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que terá lugar na República Socialista de Cuba, entre 28 de Julho e 5 de Agosto próximos.

A ordem de trabalhos da referida reunião inclui a troca de informações, discussão e aprovação do apelo nacional; eleição do CNP e do Comité Executivo; e a elaboração do programa de actividades.

representado na reunião no máximo por três elementos, devidamente credenciados para o efeito. Sublinhando o impacto que terá a realização do XI Festival e à sua importância para o reforço do movimento internacional da juventude progressista, o documento do organismo juvenil da CGTP-IN refere: «A Juventude democrática portuguesa saúde entusiasmadamente todas as alterações positivas ocorridas no plano nacional e Internacional e exprime a sua participação activa no XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza sob o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a Paz e a amizade». Desta forma, a Juventude portuguesa integra-se na vasta mobilização da juventude democrática e progressista do Mundo inteiro, em torno dos Ideais do Festival, dando assim um importante contributo, não só para a defesa e consolidação das conquistas do 25 de Abril como sagradas na Constituição, mas também para que a Paz, a amizade e o progresso social sejam uma realidade entre a Juventude e os povos de todo o Mundo.

# Kamal Joumbatt foi assassinado há um ano

A convite do Comité Comemorativo do 1.º aniversário do assassinato de Kamal Joumbatt ex-Presidente do Partido Socialista Progressista do Líbano, partiu para Beirute, capital do Líbano, António Abreu, membro do CC do PCP, que participará num Seminário dedicado à memória de Kamal Joumbatt e no qual se analisará o papel do movimento de libertação nacional árabe e da luta dos povos contra o imperialismo mundial.

# Solidariedade do PCP com o PC Mexicano

A propósito do vil assassinato do camarada Carlos Hernandez Chavarría, membro do PC Mexicano, o Secretariado do CC do PCP enviou ao Presidente da República do México o seguinte telegrama:

«Condenamos e protestamos contra o assassinato de Carlos Hernandez Chavarría e pedimos esclarecimento público sobre os responsáveis deste crime, inserido nas múltiplas provocações e tentativas de forças reaccionárias contra o Partido Comunista Mexicano e conjunto das forças democráticas. Este assassinato integra-se no conjunto de esforços da direita mexicana para impedir o avanço do movimento operário e popular, no seio do qual o PC Mexicano tem vindo a ocupar um lugar destacado.



Flores dos pioneiros soviéticos para os mártires do Tarrafal

# Pioneiros

Os Pioneiros de Portugal organizam-se um pouco por todo o país, registando-se já muitos exemplos de núcleos formados e com actividade regular. Algumas notícias nos chegam dessa actividade das crianças e para as crianças. Núcleo do Vitória — Na última reunião houve debate. Os temas foram o Tarrafal, o Dia Internacional da Mulher, o aniversário do Partido. Um telegrama, de que damos conta noutra local, saúda o PCP pelo seu 57.º aniversário. Núcleo de Torres Vedras — Houve uma sessão de «slides» e um colóquio sobre «Chariot». E também uma exposição de desenhos sobre o Tarrafal. Os Pioneiros torrensenses preparam uma gincana com o objectivo de aprenderem os sinais de trânsito. Flores da URSS — Os Pioneiros soviéticos do Clube Internacional da Amizade Yuri Gagarine enviaram aos seus amigos portugueses um cesto de flores, para homenagear os mártires do Tarrafal. Flores da URSS, enviadas com duas filhas onde podia ler-se: «Luz eterna aos heróis tombados na luta contra o fascismo, pela libertação do Povo português»; e ainda: «Aos lutadores pela libertação de Portugal». Estas flores de amizade foram levadas ao monumento do Alto de São João por uma delegação dos Pioneiros dos Olivais e de antigos presos do Tarrafal. Crianças e veteranos da luta antifascista trocaram depois impressões sobre o significado daquele acto e sobre o Tarrafal.

# A morte de Georges Cogniot

Faleceu Georges Cogniot, duas horas depois de votar pelo futuro de França, nestos dias em que os progressistas daquele país escolhem um novo modo de vida para o povo. Um voto mais que foi contado do lado dos que querem acabar com a exploração.

Este último acto político de um militante comunista, que se verificou duas horas antes de nos dekar, foi um acto que encerrou uma vida de coerência dedicada aos ideais da liberdade.

Nascido em 1901, de uma família de pequenos agricultores, o camarada Cogniot participou nas batalhas contra a guerra, contra o advento do fascismo, na Resistência.

Chefe da Redacção do órgão central do Partido Comunista Francês antes da guerra, retomou o mesmo posto após a Libertação, até 1949.

Um nome ligado à história do PCF, Georges Cogniot foi membro do Comité Central daquele partido irmão, desde 1926. Militante exemplar,

consagrou toda a sua vida à luta pelas aspirações da classe operária e do povo de França. Foi colaborador próximo de grandes dirigentes como Jacques Duclos, Benoit Franchon e Maurice Thorez.

A morte deste camarada, que foi deputado e senador, causou profunda consternação entre os comunistas e os trabalhadores franceses, consternação que é partilhada, pelos comunistas e pelo povo português.



Georges Cogniot, ligado à história do PCF, foi membro do Comité Central desde 1926

# Semana

8 Quarta-feira 1830 - Nasce em Messines o poeta João de Deus.

Considerando política a greve dos trabalhadores da Função Pública, o Governo determina a perda do vencimento e proíbe os piquetes de greve. ■ A CIP, CAP e CCP anunciam a realização de um Congresso em Outubro. ■ Os professores mantêm a greve para o dia 10, após considerarem que o «MEC não dá garantias de querer negociar, não apresenta contrapropostas, nem procura obter um consenso». ■ O Conselho de Ministros decide atribuir uma verba de 1300 mil contos para reparar os estragos do temporal e subsidiar as vítimas. ■ A Assembleia da República aprova, com o voto contra do PCP e a abstenção do PSD, a lei para as empresas em autogestão, da autoria do PS. ■ É anunciado que a RDP reiniciou a cobrança das taxas. ■ Desembarcam, no porto de Lisboa, 18 carros de combate norte-americanos, oferecidos pela RFA e que se destinam a equipar a Brigada NATO. ■ O general Vasco Lourenço, Governador Militar de Lisboa, denuncia, durante a visita ao Regimento de Infantaria de Queluz, a proliferação «de notícias militares sem fundamento que têm vindo a aparecer de uma maneira nitidamente programada». ■ O secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes, recebe as direcções dos Sindicatos dos Jornalistas, dos Gráficos e dos Trabalhadores na Imprensa. ■ O Governo reúne-se pela segunda vez com a CGTP/Intersindical. ■ Encontra-se de visita ao nosso país uma delegação dos Sindicatos Ferroviários da URSS.

9 Quinta-feira 1975 - É fundada a União da Juventude Comunista (UJC).

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desloca-se ao Norte do País a fim de contactar directamente com as populações afectadas pelas cheias. ■ A Assembleia da República aprova, com o voto contra do PCP e a abstenção do PSD, a lei para as empresas em autogestão, da autoria do PS. ■ É anunciado que a RDP reiniciou a cobrança das taxas. ■ Desembarcam, no porto de Lisboa, 18 carros de combate norte-americanos, oferecidos pela RFA e que se destinam a equipar a Brigada NATO. ■ O general Vasco Lourenço, Governador Militar de Lisboa, denuncia, durante a visita ao Regimento de Infantaria de Queluz, a proliferação «de notícias militares sem fundamento que têm vindo a aparecer de uma maneira nitidamente programada». ■ O secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes, recebe as direcções dos Sindicatos dos Jornalistas, dos Gráficos e dos Trabalhadores na Imprensa. ■ O Governo reúne-se pela segunda vez com a CGTP/Intersindical. ■ Encontra-se de visita ao nosso país uma delegação dos Sindicatos Ferroviários da URSS.

10 Sexta-feira 1768 - Nasce o pintor Domingos António Sequeira, considerado o maior pintor português da primeira metade do século XIX.

Greve a nível nacional dos trabalhadores da Função Pública e dos professores. Os ministros Rui Pena (CDS) e Sottomayor Cardia (PS) tentam minimizar a grande adesão à greve registada, respectivamente, entre os trabalhadores do Estado e os professores, apresentando cifras irrisórias. O Telegiornal, ignorando a greve, vai ao ponto de afirmar que por motivos alheios à sua vontade não lhe é possível transmitir o Boletim Meteorológico. Os motivos alheios são a greve. ■ Segundo um acordo assinado em Lisboa, a Grã-Bretanha vai emprestar 800 000 contos a Portugal. ■ Mário Soares parte para Genebra, onde conferenciará com o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt. ■ É revelado que antes de Julho começará a ser pagas algumas indemnizações aos accionistas das empresas nacionalizadas. ■ Em Marvila, milhares de trabalhadores concentram-se junto à sede da Sociedade Nacional de Sabões, numa manifestação de apoio à luta dos operários daquela empresa. ■ O MAP corta novamente o Crédito Agrícola de Emergência.

11 Sábado 1975 - Tentativa de golpe do estado reacionário comandado por Spínola mas rapidamente dominado pelas Forças Armadas, activamente apoiadas pelas massas populares.

Começa no Pavilhão dos Desportos a Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado. ■ Evocando a tentativa de «putch» de 11 de Março de 1975, o Governador Militar de Lisboa, general Vasco Lourenço, salienta durante a cerimónia efectuada no Ralls que «é preciso lembrar os lamentáveis acontecimentos que se verificaram nesse dia». ■ O Conselho da Revolução declara inconstitucionais dois decretos do Governo Regional dos Açores, um dos quais permite o exercício cumulativo de funções autárquicas com outras funções públicas e outro criando uma comissão regional de turismo. ■ Segundo alguns órgãos de Informação e devido à reintegração na Armada do almirante Rosa Coutinho, o Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Souto Cruz, teria apresentado o seu pedido de demissão. ■ A Comissão Negociadora Sindical da Função Pública convida o ministro da Reforma Administrativa para um debate na televisão sobre as reivindicações dos trabalhadores.

12 Domingo 1962 - A Rádio Portugal Live lança para o ar a primeira emissão.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desloca-se novamente ao Norte, como prometera, visitando em especial Vila do Conde onde se iniciou das carências ali existentes no sector naval e portuário. ■ A Comissão Nacional da Juventude Socialista reúne-se em Lisboa decidindo declarar ao MEC a sua «aprensão face à progressiva degradação da qualidade do ensino», esperando por outro lado que o MEC «passe a manifestar um outro espírito de abertura e flexibilidade nas suas relações com todos os que estão envolvidos no processo escolar». ■ Em Coimbra, o ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut, revela que o anteprojeto do Serviço Nacional de Saúde será tornado público dentro de dias. ■ Chega a Lisboa uma missão militar jugoslava, chefiada pelo general Kadijevic. ■ A Comissão de Reformas da Armadora comemora o primeiro aniversário. ■ Com um importante discurso do camarada Álvaro Cunhal encontra a Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado.

13 Segunda 1828 - O rei absolutista D. Miguel dissolve as Cortes e anula a Constituição.

Freitas do Amaral, presidente do CDS, parte para a RFA, a convite do presidente do partido da direita, CDU, numa visita de quatro dias. ■ As eleições francesas ocupam todas as primeiras páginas dos órgãos de Informação nacionais. ■ Mário Soares chega de Genebra, onde conferenciou com Willy Brandt. No mesmo dia é recebido pelo Presidente da República e condecorado pelo Governo venezuelano com a Ordem de Simão Bolívar. ■ A «Ordem da Armada» publica o despacho do Chefe do Estado-Maior anulando o documento que passava compulsivamente à reserva o almirante Rosa Coutinho. ■ Os trabalhadores bancários do Sul e Ilhas rejeitam a proposta de greve apresentada pelo sindicato por se considerarem insuficientemente esclarecidos e por terem em conta que se aproximam as eleições para os corpos gerentes do sindicato. No entanto, os bancários do Norte e Centro aprovaram as propostas de greve apresentadas pelas respectivas direcções.

14 Terça-feira 1975 - O Conselho Superior da Revolução procede à nacionalização da banca, a que se segue a dos seguros.

Regressado há um dia do estrangeiro, Mário Soares parte para a América Latina, onde chefiará a missão da Internacional Socialista. Antes de partir, Mário Soares profere uma conferência no Instituto dos Altos Estudos Militares na qual foca a política geral do Governo. ■ O Orçamento Geral do Estado, que será discutido na Assembleia da República, regista um aumento de 60 milhões de contos para despesas do Estado. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, confere posse ao presidente da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas, comandante Almeida e Costa, membro do Conselho da Revolução. ■ Com destino a Cabo Verde e à Guiné-Bissau, o navio «António Carlos» carrega respectivamente 300 e 200 toneladas de batata, que constituem a primeira parte do auxílio de emergência de Portugal àqueles dois países. ■ O major Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução, encontra-se na capital jugoslava a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros

# Os Comunistas na Assembleia da República

## A aliança PS/CDS contra a gestão dos trabalhadores e contra o Regimento da AR!

Os votos conjuntos dos deputados do PS e do «sector-sombra» da Assembleia da República estiveram na origem de dois actos graves, um na vida da democracia portuguesa e outro na vida da própria Assembleia da República. Esses dois actos, distintos entre si, não são mais do que o reflexo da aliança contra-natura do PS com o CDS. Senão vejamos:

○ Partido Socialista, que inscreve no seu programa a defesa da autogestão, fez passar na Assembleia, com os votos vindos da «sombra», dois projectos de lei que mais não representam do que o escancarar das portas das empresas em que os trabalhadores assumiram a gestão após o 25 de Abril ao patronato que as sabotou e abandonou.

○ No decorrer da discussão do voto provocatório acerca do aniversário da morte de José Staline apresentado pelo deputado da UDP, destacou-se o deputado independente Aires Rodrigues. E destacou-se de tal maneira que, por duas vezes, foi calorosamente ovacionado pelos deputados do seu partido, o PS, e por alguns do PPD. O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Manuel Alegre, chegou mesmo a interromper várias vezes Aires Rodrigues para lhe dizer «muito bem». O deputado Aires Rodrigues foi expulso do PS ao abrigo daquilo que ficou conhecido por «processo anti-Trotsky». Querera Aires Rodrigues reingressar no PS, agora ao abrigo do «processo anti-Staline»?

○ Aliás, este deputado independente viria ainda a efectuar uma notável descoberta no decorrer da discussão, descoberta que encheu de júbilo a bancada do PPD e alguns dos seus ex-camaradas de partido. É que Aires Rodrigues descobriu que os actuais partidos social-democratas eram... partidos operários!

○ Infeliz - para não dizer pior - foi a intervenção de Carlos Lage, do PS, no debate do voto da UDP. Disse a determinada altura o dirigente da bancada socialista que «perante os crimes cometidos por Staline, as figuras dos outros ditadores da História empalidecem... Hitler, Salazar, Mussolini, Franco são assim, por Carlos Lage, reabilitados por «palidez». Eis o que acontece quando os sentimentos anticomunistas prevalecem sobre os sentimentos antifascistas. Ou como as colheradas de óleo de fígado de bacalhau permitem que os socialistas fiquem com a memória curta e a vergonha pouca.

○ O PPD está cada vez mais preocupado com

segundo caso assume aspectos de escândalo pelo ultrapasसर descarado de claras regras regimentais.

Aliás, a sessão da passada terça-feira teve a particularidade - que cremos inédita - de ter consumido todo o seu tempo no período de antes da ordem do dia.

Ficou claramente demonstrado - conforme acentuou o deputado Carlos Brito e apesar dos votos contrários do PS e dos «sombros» - que a intervenção no debate da greve dos trabalhadores da Função Pública do ministro Rui Pena foi indevida e ilegítima. No seu afã de governar desligados dos trabalhadores e da realidade nacional, o PS e o seu aliado da extrema

Reforma Agrária. Ou melhor: com a sua destruição. No espaço exacto de um mês, o deputado Marques Mendes proferiu duas declarações políticas, manifestando a preocupação do PPD pela execução da Lei Barreto. O PPD acha que o processo de destruição da Reforma Agrária não está a andar tão depressa como quer.

Há já quem classifique a bancada do CDS como a «bancada das sombras», em virtude de grande parte dos seus membros serem as «sombros» dos ministros do Governo PS-CDS. Na verdade, aquela bancada é, na Assembleia da República, saída do 25 de Abril, a sombra do 24 de Abril.

O deputado socialista Marques dos Santos, intervindo sobre a greve dos trabalhadores da função pública, não só meteu os pés pelas mãos, como foi mais longe. Certamente recordado do tempo recente em que era

### Dia a Dia

#### Provocação anticomunista desencadeada pela UDP

Ao longo de duas horas e durante duas sessões, a AR discutiu um voto apresentado pelo deputado Acácio Barreiros sobre a figura de José Staline. Esfregando as mãos de contentes, os partidos da direita e o PS aproveitaram a oportunidade para tecerem considerações anticomunistas e anti-soviéticas. O voto foi rejeitado pelo PS, PPD, CDS e deputados independentes, tendo-se os deputados comunistas absteio na sua votação. Em declaração de voto proferida pela deputada Alda Nogueira foi acentuado que o voto da UDP foi trazido não para proporcionar qualquer glorificação do papel impar do povo soviético na derrota do nazi-fascismo, mas com o objectivo contrário.

Arrastando para a Assembleia a questão de Staline, conforme acentuou a determinado passo Carlos Brito e os acontecimentos vieram a comprovar, o deputado da UDP quis proporcionar ataques à União

#### Avalos do Estado relativos a operações de crédito interno e externo

Os votos favoráveis dos deputados que apoiam a coligação governamental aprovaram - com os votos contrários dos deputados do PCP e do PSD - na generalidade e na especialidade a proposta de lei 155/I, que fixa em 43,5 milhões de contos e no equivalente a 1600 milhões de dólares dos EUA, os limites para a concessão de avalos do Estado relativos a operações de crédito interno e externo.

Os deputados comunistas votaram contra invocando o agravamento do endividamento global externo. Esta lei, conforme acentuou em declaração de voto o deputado comunista Cavalheira Antunes, é mais um instrumento da política de subordinação ao imperialismo do Governo PS/CDS. Com a aprovação deste diploma, é subtraída à Assembleia da República a fiscalização dos actos concretos de concessão de avalos - que devem ser fixados no Orçamento Geral do Estado ou em autorizações expressas.

#### 8 de Março comemorado pela Comissão de Trabalhadores da AR

No dia 8 de Março, a Comissão de Trabalhadores da AR promoveu um debate a propósito do Dia Internacional da Mulher, no qual intervieram, além de diversos trabalhadores, as deputadas Alzira Lemos, do PS, Helena Roseta, do PPD, e Alda Nogueira, do PCP. Interviu igualmente um deputado do CDS. O debate centrou-se no tema «A Situação da Mulher Portuguesa», tendo no final os trabalhadores presentes oferecido a cada uma das trabalhadoras e das deputadas que intervieram no debate uma rosa vermelha.

## Projectos do PCP e PSD sobre organizações fascistas analisados por Lino Lima

Como é sabido, o Conselho da Revolução solicitou à Comissão Constitucional a emissão de parecer sobre a eventual inconstitucionalidade por omissão das medidas legislativas necessárias para tornar exequível o n.º 4 do art.º 46 da Constituição na parte em que declara não serem consentidas «organizações que perflhem a ideologia fascista». E, em consequência do parecer produzido, o Conselho da Revolução recomendou à Assembleia da República, de harmonia com o art.º 279 da Constituição, que legislasse sobre essa matéria. No seguimento desta recomendação o Partido Comunista Português apresentou à Assembleia da República, em 29 de Junho passado, o projecto de lei 75/I no qual se definia o que era ideologia fascista e organizações que perflhem a ideologia fascista, proibindo-as. Posteriormente, em 28 de Outubro, o PSD e o CDS apresentaram também os seus projectos. Discutidos na Assembleia da República, na generalidade, os três projectos em conjunto, o plenário rejeitou o projecto do CDS e remeteu para a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias a discussão, na especialidade, dos projectos do PCP e do PSD. Esta discussão começou a fazer-se em 8 do corrente.

Il - O problema fulcral em discussão é o seguinte: - o que são, para os efeitos do n.º 4 do art.º 46 da Constituição, «ideologia fascista» e «organizações que perflhem a ideologia fascista», uma vez que o texto constitucional não as define? Isto tem desde logo a importância de impedir que, sob o pretexto de regulamentar aquele dispositivo, se venha a restringir, através de uma lei ordinária, o direito referido na Constituição a todos os cidadãos de se associarem livremente e sem dependência de qualquer autorização, isto é, terá a importância de obstar a que, sob o pretexto de regulamentar o que sejam organizações de ideologia fascista - alterar a Constituição, restringindo os direitos nela consignados e, nomeadamente, abrindo as portas à perseguição de organizações que nada tenham a ver com a ideologia fascista.

III - Segundo o projecto do PCP, regime fascista é o regime que foi derrubado em 25 de Abril. É um passado concreto, um modelo histórico que o povo português sofreu, e ideologia fascista é a correspondente a esse regime, a que tem por objecto a defesa do salazarismo, do corporativismo, do colonialismo, do belicismo e do racismo, bem como a exaltação de expoentes, princípios, instituições e métodos do regime suprimido em 25 de Abril de 1974».

Foi este o conceito expresso no art.º 2.º do projecto do PCP e baseou-se no Preâmbulo da Constituição, que declara: «A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista». Portanto para o PCP, as «organizações que perflhem a ideologia fascista», proibidas no n.º 4 do art.º 46 da Constituição, são somente aquelas que perflhem a ideologia correspondente ao regime derrubado no 25 de Abril.

IV - No projecto do PSD não se tem em conta essa ligação com o passado concreto anterior ao 25 de Abril. Nele fala-se desde logo em organizações que «persegam finalmente antidemocráticas». Ora, como vimos, a Constituição não obriga que as organizações se conformem com a ordem democrática, tal como é estabelecida na Constituição, ou que os seus programas e projectos políticos se harmonizem com os objectivos constitucionais. Segundo esse projecto, consideram-se organizações que perflhem a ideologia fascista as que «persegam finalidades antidemocráticas, exaltando a violência, ameaçando com ela ou usando-a, como meio de luta política; ou propugnando a supressão ou a restrição dos direitos e das liberdades garantidas pela Constituição em termos por ela não consentidos; ou denegando de forma sistemática a democracia pluralista e as suas instituições...», etc. Quer dizer: - a tipificação feita no projecto do PSD não é ligada ao concreto histórico que antecedeu o 25 de Abril e, portanto, a sua definição é muito mais lata do que aquilo que a Constituição permite, podendo traduzir-se na limitação do direito de associação, tal como é definido na Constituição. Abstractamente, são aceitáveis várias das formulações do PSD, ou seja, várias dessas formulações são características das organizações que perflhem a ideologia fascista, mas, para corresponder ao conceito constitucional, torna-se necessário que esses actos se destinem concretamente a repor um regime idêntico ao derrubado em 25 de Abril. Se o não forem, poderão cair sob a alçada do Código Penal, quando pune os crimes contra a segurança interna do Estado, ou são abrangidos pelo Decreto-Lei 594/74, de 7 de Novembro, que regula o direito de associação. Mas o que não poderão é ser consideradas «organizações que perflhem a ideologia fascista», a que se refere o n.º 4 do art.º 46 da Constituição.

## Actividade do Grupo Parlamentar do PCP

No decorrer da última semana, o Grupo Parlamentar do PCP recebeu delegações do Sindicato dos Mineiros, da Comissão de Trabalhadores do Tojal, da Comissão de Trabalhadores dos Móveis Sousa Braga, da Comissão de Trabalhadores da Grã-Pará, do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Porto e da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores das Empresas Intervencionadas da Indústria Conserveira.

No mesmo período, os deputados do PCP formularam ao Governo oito requerimentos: situação na empresa AC (Arquitetura e Construções); construção de um edifício escolar em Alandroal; representação do movimento sindical no conselho de gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social; pensão social; crédito agrícola de emergência e subsídios aos agricultores com base na portaria 470/75; acordos secretos relativos ao Pão de Açúcar, despedimentos colectivos na Sociedade Gráfica Fonseca Lda., de Matosinhos; situação dos trabalhadores do extinto quadro Auxiliar Administrativo da Segurança Social.

### Intervenções

## «Grave atentado aos interesses dos trabalhadores»

(...) Esta questão não pode deixar de colocar-se aqui quando o PPD/PSD e o CDS, mais não fizeram do que condenar a arbitrariedade cometidas por esses empresários. (...) Resulta dos projectos de lei do PS que este partido parte do princípio de que os casos de autogestão se não devem à acção da arbitrariedade ou a todo o processo que conduziu os trabalhadores a assumirem a gestão das referidas empresas. (...) Paralelamente, vendo que no novo quadro político e social não mais podia ter lugar a escandalosa protecção de que antes disfrutavam e em usar das prepotências de que antes abusavam, esse conjunto de empresários procurou, por todos os meios criar dificuldades a o avanço e consolidação do processo democrático. E é esse tipo de empresários que o questionário PSD apresenta como vítimas e por quem o CDS chora lágrimas de crocodilo! Não se ouviu aqui uma referência desses partidos aos legítimos

direitos dos trabalhadores atropelados antes e silenciaram as arbitrariedades cometidas por esses empresários. (...) Resulta dos projectos de lei do PS que este partido parte do princípio de que os casos de autogestão se não devem à acção da arbitrariedade ou a todo o processo que conduziu os trabalhadores a assumirem a gestão das referidas empresas. (...) Paralelamente, vendo que no novo quadro político e social não mais podia ter lugar a escandalosa protecção de que antes disfrutavam e em usar das prepotências de que antes abusavam, esse conjunto de empresários procurou, por todos os meios criar dificuldades a o avanço e consolidação do processo democrático. E é esse tipo de empresários que o questionário PSD apresenta como vítimas e por quem o CDS chora lágrimas de crocodilo! Não se ouviu aqui uma referência desses partidos aos legítimos

socialista consagrado na Constituição, o sector das empresas em autogestão é para ser abanado e liquidado, não é para ser defendido. Esta é a questão. Aqui reside a linha de fronteira entre os que se reclamam dos trabalhadores, e os que aqui falam em nome dessa falta do patronato; a linha de fronteira entre os que querem assumir as suas responsabilidades para com os trabalhadores e para com o interesse nacional e os que, do outro lado, sonham com o regresso ao passado e com a liquidação das conquistas de Abril (Joaquim Felgueiras, em 8/3/77)

UM VOTO DE PROVOCACAO O voto apresentado pela UDP à Assembleia da República sobre a controvertida figura de Estaline, foi aqui trazido não para proporcionar qualquer glorificação do papel impar do Povo soviético na derrota do nazi-fascismo, mas com o objectivo contrário. Precisamente com o objectivo de alimentar

exploração! (Jorge Leite, em 9/3/78). O Grupo Parlamentar do PCP votou contra os projectos (...). O Partido Socialista por considerar que, a serem transformados em lei, constituiriam um grave atentado contra os interesses dos trabalhadores e contra o interesse nacional e porão em risco a sobrevivência e futuro das empresas em que os trabalhadores assumiram a gestão após o 25 de Abril.

(...) Quase no fim deste debate, nós deputados comunistas, e bem poderíamos dizer os milhares de trabalhadores que labutam neste sector, parafusando um cérebro diabo, que se as empresas em autogestão têm dificuldades, então vivam as empresas em autogestão! Vivam com o trabalho a organização, a capacidade criadora dos trabalhadores! Vivam com o apoio que merecem dos órgãos do Governo! Vivam com o carinho e entusiasmo de todos quantos acreditem no fim da

é um dos maiores estaleiros do Mundo, ocupando uma área de um milhão de metros quadrados, equivalente a um terço da sua área disponível. E também o mais moderno estaleiro da Europa, o mais bem equipado, tendo como padrão uma doca de construções de navios, respectivamente de 300000 e 700000 toneladas; 3 cas que estão preparados para r e c e b e r e simultaneamente a construção e reparação de navios que têm uma capacidade de 4 navios em reparação simultânea. (...) Da parte dos trabalhadores, muitos esforços têm sido recuados para defender a Setenave como empresa nacionalizada, para organizar a construção e reparação naval. Como exemplo disso, ali está a aceitação, em Assembleia Geral de Trabalhadores, dum horário que permite a empresa uma maior competitividade (no sector de reparações) e grandes economias. (António Juzarte, em 8/3/78)

#### PROBLEMAS DA SETENAVE

(...) Situada na Península da Mitrena, em Setúbal, a Setenave é uma das empresas nacionalizadas no ramo da construção e reparação naval.

Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado

Uma sala cheia, a mesma sala que tantos delegados e convidados já conheciam de ali se terem desenvolvido das mais significativas jornadas políticas promovidas por comunistas e interessando a todos os trabalhadores e democratas portugueses. O Pavilhão dos Desportos, às 9 horas da manhã de sábado encontrava-se já repleto, os delegados ocupavam os seus assentos, liam as propostas que sobre as mesas os esperavam, os convidados tomavam os seus lugares e, passados minutos, os camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Jaime Serra, Blanqui Teixeira, Carlos Brito e José Vitoriano ocuparam os primeiros lugares da mesa. Iniciava-se a Conferência das Organizações do PCP para a defesa e dinamização do sector nacionalizado.



Em cima: o momento da votação que aprovou a Declaração. À esquerda: centenas de convidados seguram durante dois dias, os trabalhos da Conferência. À direita: um aspecto dos serviços de apoio que funcionaram junto ao Pavilhão dos Desportos.

José Vitoriano declarou aberta a sessão, passando-se imediatamente à votação da mesa, do secretariado, da comissão de redacção e da comissão de mandatos, conforme as propostas já em posse dos delegados. Estes aprovaram por unanimidade a composição de todas as comissões, levantando o cartão vermelho, arrancando os primeiros aplausos a todos os presentes.

Novamente o camarada José Vitoriano, que presidiu à sessão da manhã, tomou a palavra para apresentar as saudações do Comité Central à Conferência que se iniciava, sob o lema que decorava a sala: «Para a Recuperação da Economia no Interesse dos Trabalhadores Pela Democracia e Independência Nacional».

Foi dada a palavra ao camarada Carlos Costa, a primeira intervenção, que apresentou os objectivos da Conferência. Seguiu-se a intervenção da camarada Soledade Alves, da Organização Regional de Lisboa, que caracterizou o sector público.

Seguiu-se a intervenção da camarada Soledade Alves, da Organização Regional de Lisboa, que caracterizou o sector público. Seguiu-se a intervenção da camarada Soledade Alves, da Organização Regional de Lisboa, que caracterizou o sector público.

O mesmo camarada viria a presidir à sessão da tarde, dando a palavra a Francisco Fialho doze, pela Setenave; Mauricio Ferreira, do Barreiro, falou sobre a EDP; Armando Magalhães, da ORN, sobre a União dos Bancos Portugueses. Novamente dezenas de saudações foram anunciadas. Seguidamente falou o camarada A. Cabrita Martins, sobre a TAP; José

Covas sobre os Transportes; António Brito, Sorefame; Fernando Teixeira, Construção Naval e Carvalheira Antunes sobre a rentabilidade das empresas do sector público. Até ao fim do dia as saudações que chegavam à mesa, uma longa lista que se acumulava, iam sendo lidas nos intervalos das intervenções. Jorge Carvalho da Silva falou sobre a Metalomecânica, Fernando Guerreiro sobre os Transportes Marítimos, AGPL; Faustina Veiga, Petrol, Pereira Martins, sobre a «Tranquilidade», Seguros. O camarada Blanqui Teixeira interveio seguidamente sobre a política de investimentos, antes do intervalo que se verificou na parte da tarde. Foram nestas altura entregues aos delegados os exemplares do projecto de conclusões da Conferência.

Coube a palavra ao camarada Veiga de Oliveira, do CC, a seguir ao intervalo, tendo feito uma exposição sobre a organização do aparelho de Estado face ao Sector Público. Frederico de Carvalho falou sobre a política de energia; Manuel Ferreira Araújo, sobre a Lisnave; Silva Graça sobre as autarquias e o sector nacionalizado; José Pinheiro, indústria extractivas; Carlos Machado sobre a Covina; António d'Allessio, Caixa Geral de Depósitos; João Lobo sobre a Totta e Acores; Mário Tavares sobre o Totta e Acores; Abelard Vilela, Rodoviária Nacional; Georgino Nunes sobre a «Imperio», Seguros. Finalmente a camarada Margarida Tengerinha, do CC faria a última intervenção de sábado, falando das empresas nacionalizadas da agricultura.

Às 9 horas de domingo, iniciavam-se os trabalhos da 3.ª sessão da Conferência. A pouco e pouco, o Pavilhão dos Desportos retomava o aspecto e o ambiente do dia anterior. Delegados e convidados voltavam aos lugares. O debate ia prosseguir, com o mesmo entusiasmo e a mesma confiança. Mas este estado de espírito, tão próprio dos comunistas, não foi o único aspecto comum dos dois dias da jornada. Na verdade, ao longo das 90 intervenções da Conferência ficou bem patente, em todas elas, a mesma objectividade que deixou transparecer o firme empenhamento das organizações e dos militantes do Partido no trabalho preparatório, o qual, não é de mais repetir, reuniu também os esforços e a colaboração de muitos técnicos e trabalhadores não comunistas.

Tal como no primeiro dia, as intervenções de domingo não se detiveram apenas na análise objectiva da actual situação em diferentes sectores e empresas — incluíram, também, propostas concretas, nascidas de amplos debates e de estudos responsáveis, para a solução de múltiplos problemas que se colocam na luta pela defesa e dinamização do sector nacionalizado da economia, tanto a nível de empresa, como a nível sectorial. Presidiu à 3.ª sessão, que decorreu até às 13 horas,

o camarada Carlos Brito. O primeiro orador foi José Claudomiro, da ORN, que falou sobre Comércio Externo. Seguiram-se as intervenções de Sousa Marques, da ORS (Coordenação do Sector Nacionalizado); Pedro Serra, da ORL (Tecnologia Estrangeira em Portugal); Margarida Ferreira, que falou sobre a SONADEL, empresa de produtos químicos; Maria da Luz Gonçalves, que se referiu à ofensiva contra as nacionalizações na Madeira; José Ferreira, da ORL (Projectos); e Ezequiel Vicente, da Organização da Conferência, que abordou os aspectos mais salientes das relações do sector público com o sector privado.

Até ao primeiro intervalo, ainda usaram da palavra os camaradas Vitor Gonçalves, trabalhador da CP; Cesário Martins (Hotel Algarve); Jorge Pires (Quimigal); Josefa Flores («Diário Popular»); e José Vitoriano, que falou sobre Política Salarial e Direitos dos Trabalhadores. No recomeço dos trabalhos registou-se a intervenção de Górgio Duarte, que se referiu à participação do Estado em empresas. Seguiram-se as intervenções de Rui Dantas Ferreira (Política de preços no sector público produtivo); Oscar Coimbra de ORL (Pescas); Manuel Cruz, ORA (Pirites alentejanas); Manuel Almeida (Cometina); Fernando Oliveira, da ORL (Centraler); Cândida Lima Fernandes (Fisipe); e Avelino Gonçalves (A integração na CEE, uma das vias de ataque às nacionalizações).

Segundo referiu o camarada Carlos Brito no final da sessão, só durante a manhã de domingo foram recebidas 85 saudações, enviadas, nomeadamente, por organizações e militantes do Partido, comissões de trabalhadores e grupos de delegados sindicais.

Após um intervalo de hora e meia para o almoço, os delegados voltaram aos seus lugares. Dava-se início à 4.ª sessão, sobre a presidência de Blanqui Teixeira. Subiram, então, à tribuna para usar da palavra os camaradas Fernando Amaro, da ORAL (Turismo e recuperação económica); Edmar Oliveira, da ORN (Estaleiros de Viana do Castelo); Maria Custódia Simão, da ORS (Os Serviços Municipalizados do Barreiro); Joaquim Teixeira, da ORN (Interfarma); José Trindade, da ORS (Portucel); José Manuel Fernandes, também da ORS (Equimetal); Florino Silva, da ORA (Ferbrilas); Alexandre Romeiras, da ORL (Telecomunicações); Manuel Godinho, da ORA (A ofensiva contra a Reforma Agrária), que seria calorosamente aplaudido; José Matos Cunha, da ORS (Secil); Fernando Custódio Martins, da OROR (Lusofame); Carlos Mendes, da ORL (Direcção-Geral de Construções Hospitalares); José Augusto Correia, da ORL (Snapa); e Manuel Alves Sousa, da ORL (Banco Fenscás & Burnay). A última intervenção antes do intervalo

esteve a cargo do camarada Carlos Brito, que falou sobre a contra-revolução legislativa. Durante a primeira parte da sessão, chegaram à Conferência mais 14 saudações, entre as quais uma de um grupo de trabalhadores socialistas do sector das Pescas, que se encontravam na sala como convidados. A referência a esta última saudação arrancou vibrantes aplausos de todos os presentes.

Após um breve intervalo, foi dada a palavra a Carlos Carvalhas que abordou o tema A planificação e as empresas nacionalizadas. A Conferência ouviu, em seguida, as exposições de Eduardo Viegas, da ORN (Celuloses); Jerónimo Fernandes, da OROR (Compel); e José Ribeiro Rodrigues, também da OROR (MDF). Depois de Américo Silveira, que se referiu à ofensiva contra as nacionalizações nos Açores, tendo sido vibrantemente aplaudido, registaram-se as intervenções de Vitor Dias (A luta pela conquista das nacionalizações); Manuel Morais Bento, da ORS (Parry e Son); Marques Ribeiro, da ORL (empresas intervencionadas); Fernando Gouveia, também da ORL (Banco de Fomento); José Sequeira Nunes, da ORN (Seguros); João Lemos Costa (Portucel-Viana); Maria José Lopes, da ORN (empresas têxteis participadas); e Jorge Manuel Aguiar, da ORL (Tabaqueira).

Depois de uma intervenção sobre as conclusões da Conferência por Aurélio Santos, os delegados votaram por unanimidade e aclamação duas propostas: uma que autorizou a Comissão de Redacção a rever o texto das conclusões, introduzindo-lhe algumas emendas de estilo; outra, de saudação «a todos os camaradas dos Serviços de Apoio, pela dedicação que deram prova ao longo dos trabalhos desta Conferência».

O início da 5.ª e última sessão foi um dos momentos mais vibrantes da jornada. Milhares de pontos erguidos acompanharam a entoação de diversas palavras de ordem: «Avante pelo Socialismo», «A luta continua», «A vitória é difícil mas é nossa», etc. Um coro gigantesco entou canções de luta e unidade, e gritou várias vezes «PCP!». Milhares de comunistas presentes no Pavilhão dos Desportos simbolizaram durante 15 minutos de intenso entusiasmo e alegria, toda a sua determinação, toda a sua confiança no futuro da democracia e do nosso país.

Finalmente, foi aprovado, por unanimidade e aclamação, o documento das conclusões. Em seguida, o camarada João Paulo Guerra leu a Declaração da Conferência, também aprovada por aclamação. O discurso de encerramento esteve a cargo do camarada Álvaro Cunhal, calorosamente ovacionado. A intervenção do secretário-geral do PCP, que publicamos à parte, seria frequentemente interrompida por vibrantes aplausos e palavras de ordem.

# Declaração

1 As nacionalizações são uma realização e conquista histórica do Povo português e da Revolução de Abril e encontram-se consagradas como irreversíveis na Constituição.

As nacionalizações liquidaram os fundamentos do poder do capital monopolista, dono e senhor do Estado e da economia no regime fascista. A destruição do poder económico dos monopólios confirma-se, na marcha do processo revolucionário, como uma necessidade inerente à defesa da própria democracia. As nacionalizações permitiram salvar a economia portuguesa da sabotagem económica conduzida pelo capital monopolista contra o 25 de Abril e liquidar a principal base material de apoio da reacção e do fascismo.

As nacionalizações abrangeram um conjunto de 254 empresas da banca e seguros, dos transportes e comunicações, dos sectores básicos da indústria, das pescas e outras empresas que assumam um carácter monopolista. O sector nacionalizado da economia adquiriu uma extensão, um peso e uma importância qualitativa que o tornam um instrumento decisivo da política económica. As nacionalizações, com as outras profundas transformações democráticas nas estruturas económicas e sociais — a Reforma Agrária e o controlo do gestão — criaram as condições para a democratização económica e social da sociedade portuguesa, para o desenvolvimento planificado e independente da economia nacional, para a satisfação dos mais profundos e justos anseios dos trabalhadores e do povo.

O sector nacionalizado é o sector determinante da economia e o motor da recuperação económica: dispõe de um quase completo domínio sobre as fontes de financiamento e de um conjunto de empresas e sectores estratégicos que constituem um meio poderoso para reorganizar e dinamizar a economia. A defesa e a dinamização das empresas nacionalizadas é condição indispensável para a resolução dos mais graves problemas que inquietam o Povo português. A dinamização do sector nacionalizado aumentará a produção nacional e alargará o mercado interno, condições necessárias para a recuperação económica e a saída da crise.

2 Contra as conquistas económicas e sociais da democracia portuguesa está em curso, há longo tempo, uma violenta ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. Trata-se de uma política ao serviço do grande capital e dos latifundiários, de capitulação perante as exigências do FMI, justificada com a miragem da adesão à CEE e assente num ruinoso e humilhante recurso a créditos externos. Uma política que despreza os vastos recursos e energias nacionais e a intervenção criadora dos trabalhadores. Uma política virada contra os interesses do povo e do País que tem aumentado ao extremo os défices da economia nacional. São conhecidos e visíveis os efeitos da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista: o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, a deterioração da situação económica e financeira, o agravamento dos défices das balanças comercial e de pagamentos até à beira da ruptura financeira, o aumento da dependência de Portugal em relação ao imperialismo.

Aspecto concreto e parte integrante da política de recuperação capitalista é a ofensiva contra o sector nacionalizado, visando a sua destruição ou a sua reconversão ao serviço do grande capital e do imperialismo. A ofensiva contra o sector nacionalizado, desencadeada a nível legislativo, económico, financeiro, político e ideológico, constitui uma vasta e global operação apontada contra a viabilidade económica das empresas do sector, contra a base fundamental da nossa economia, contra o arranque da recuperação económica do País, contra os interesses de Portugal e dos portugueses. A política de recuperação capitalista traduz-se, no sector nacionalizado, pela asfixia financeira das empresas, pela manutenção das estruturas herdadas do capital monopolista, por uma política de crédito discriminatória das empresas nacionalizadas, pela transferência das mais-valias geradas no sector nacionalizado para o sector privado, pela anarquia económica, pelas restrições da produção, pela indeterminação dos objectivos, por uma gestão capitalista, incompetente e burocrática, pela tentativa de liquidação do papel dos trabalhadores.

Esta é a política de recuperação capitalista. Apontada contra o sector nacionalizado atinge não só uma conquista da democracia portuguesa e os interesses de todo o Povo português, como as possibilidades reais existentes de vencer a crise económica com um grande esforço colectivo baseado nos recursos nacionais.

3 A defesa e dinamização do sector nacionalizado da economia é condição necessária e indispensável para a aplicação com êxito de uma verdadeira política de recuperação económica. Em defesa das condições para a resolução dos graves problemas nacionais, no interesse do povo e do País, em defesa da democracia portuguesa e da independência nacional, a Conferência das Organizações do PCP aponta como linhas gerais para a dinamização do sector nacionalizado da economia: o saneamento económico e financeiro das empresas; a reestruturação das empresas nacionalizadas; uma política de crédito preferencial e bonificada às empresas nacionalizadas; uma justa política de preços; a coordenação nos e dos sectores nacionalizados e a planificação económica; novos investimentos, novas produções; uma nova orientação do comércio externo; uma clara definição dos objectivos de gestão; uma gestão democrática e efectiva; o desenvolvimento do controlo operário.

A Conferência, examinando a situação das empresas e do sector nacionalizado da economia, com base numa ampla e interessada participação de milhares de trabalhadores das empresas do sector público, aponta um vasto conjunto de medidas abrangendo a política financeira, a política de gestão, a política salarial, as relações com o aparelho de Estado, a dinamização por sectores, a coordenação e planificação, bem como medidas abrangendo os principais sectores nacionalizados e um grande número de empresas. Tais medidas constituem os eixos de uma política visando a dinamização do sector nacionalizado e o aumento da sua eficácia, contributo indispensável para a saída da crise e condição sem a qual não é possível recuperar e relançar a economia.

Esta é a política em relação ao sector nacionalizado que corresponde, num âmbito mais geral, a uma política de recuperação económica, o que implica, como foi demonstrado na Conferência Económica de Junho de 1977, uma política de expansão da produção, redução da importação, aumento de exportações, produção nacional de produtos agora importados, aumento de ingressos externos, poupança de gastos desnecessários ou dispensáveis, tudo com o objectivo de diminuir rápida e drasticamente os défices das balanças comercial e de pagamentos, a diferença entre a produção e o consumo nacionais.

4 Os trabalhadores têm um papel determinante na luta para a defesa e consolidação do sector nacionalizado da economia, objectivo democrático e patriótico do interesse do Povo português e de Portugal. A Conferência, demonstrando mais uma vez que os trabalhadores são capazes de encontrar soluções para

os mais graves e complexos problemas nacionais, aponta como condição indispensável para a defesa e dinamização do sector nacionalizado e para a recuperação económica, a participação dos trabalhadores, através das suas estruturas representativas. Exercendo o controlo de gestão em toda a sua dimensão, os trabalhadores poderão combater a sabotagem, combater a negligência e o demissionismo de responsáveis e de chefias, contribuir para a apresentação de soluções para os principais problemas e forçar a aplicação das medidas adequadas, lutar contra os desperdícios, diminuir os custos de produção, promover a melhor utilização da capacidade produtiva, reduzir os consumos. Os trabalhadores, pela sua elevada consciência social e pelo profundo conhecimento do processo da produção e das condições objectivas em que se desenvolve a actividade das empresas, têm um papel determinante a desempenhar no quadro de uma gestão democrática que se oriente por critérios que tenham na devida conta a perspectiva nacional da função económico-social das empresas nacionalizadas e não unicamente pelo critério do lucro empresarial que tem orientado a actuação incompetente, sabotadora e hostil ao processo democrático desenvolvida por um considerável número de gestores colocados à frente de muitas das empresas.

A Conferência sublinha que a defesa e a dinamização do sector nacionalizado, a saída da crise e a recuperação económica e financeira, são compatíveis com a manutenção e mesmo com o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas.

A Conferência apela à classe operária, aos trabalhadores, a todos os democratas, para que tomem nas suas mãos, com redobrada firmeza e combatividade a defesa das nacionalizações e a dinamização do sector nacionalizado, tornando-o mais eficiente, mais capaz de responder às necessidades do povo e do País.

A ofensiva contra as nacionalizações será previsivelmente agravada com a aplicação do Programa do Governo PS/CDS que prevê expressamente medidas que põem em causa os sectores e empresas nacionalizadas e apontam para o primado do sector capitalista a cujos interesses pretende submeter o sector público. Perante a ameaça que a política do Governo PS/CDS representa para as conquistas de Abril, os trabalhadores das empresas nacionalizadas têm diante de si uma luta difícil e árdua. Mas contam com a activa solidariedade e apoio de toda a classe operária, dos trabalhadores das cidades e dos campos. Contam igualmente, com as condições favoráveis criadas pelo reforço do movimento unitário dos trabalhadores, pelos progressos na unidade de amplos sectores sociais, com a considerável aproximação e cooperação entre todos os democratas que hoje se pronunciam, trabalham e lutam em defesa do regime constitucional, do progresso do País e da independência nacional.

5 Os trabalhos realizados no âmbito da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia representam um novo e grande passo em frente na acumulação de conhecimentos pelos trabalhadores de vanguarda e pelo seu Partido, o Partido dos trabalhadores, o Partido Comunista Português.

O PCP é o maior, mais forte e organizado Partido nacional. O PCP é também o Partido que possui o maior capital de conhecimentos sobre os grandes problemas nacionais, nomeadamente sobre os problemas económicos e o que mantém, em relação a todos esses problemas, uma atitude mais construtiva.

A Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia, demonstra uma vez mais que, pela sua influência política e social, pelas suas raízes na classe operária, pela sua presença real na vida nacional, pela sua intervenção constante em defesa dos interesses populares, e nacionais, pelo seu permanente esforço unitário para reunir todas as energias para superar as dificuldades e construir uma vida melhor para os portugueses, o PCP é uma força essencial e indispensável para a solução dos problemas nacionais, para a saída da crise, para a defesa e para o prosseguimento da democracia portuguesa.

6 A política de recuperação capitalista, iniciada com o VI Governo Provisório sob a hegemonia PS/PPD, intensificada e oficializada pelo Governo PS e previsivelmente agravada com a guilinda mais à direita na política portuguesa que se consubstancia na entrada do CDS para o Governo, agravou todos os problemas nacionais, mas não conseguiu até hoje os seus objectivos. Dispondo de consideráveis apoios e estímulos por parte do grande capital e do imperialismo, a ofensiva de recuperação capitalista tem-se defrontado com a firmeza do movimento popular e das forças democráticas que, numa luta árdua, têm defendido no essencial as conquistas de Abril, continuando no presente a manifestar a mesma disposição combativa. Nas empresas e sectores nacionalizados, como no conjunto da vida nacional, amplia-se a consciência e fortalece-se a unidade em torno do objectivo democrático e patriótico de defender as nacionalizações, defendendo com elas a própria democracia portuguesa.

Apesar de submetidas a uma violenta ofensiva, as nacionalizações serão defendidas.

As nacionalizações serão defendidas, porque constituem uma das garantias essenciais para a saída da crise e para a recuperação económica e financeira do País.

As nacionalizações serão defendidas, porque correspondem às profundas aspirações de um povo que durante décadas foi submetido à mais feroz exploração por parte dos grupos monopolistas que com elas perderam justamente o poder e os privilégios que afrontosamente detinham e exibiam num quadro nacional de atraso e miséria.

As nacionalizações serão defendidas, porque simbolizam aos olhos dos trabalhadores o caminho para uma nova vida, mais feliz e mais segura, liberta da exploração do homem pelo homem, o caminho do Socialismo.

As nacionalizações serão defendidas, porque representam uma linha essencial de defesa das liberdades e do regime democrático consagrado na Constituição e em torno do qual se mobiliza hoje a consciência e acção de todos os que permanecem fiéis aos ideais do 25 de Abril.

As nacionalizações serão defendidas, porque essa é a vontade dos portugueses e esse é o interesse de Portugal como País livre, democrático e independente.

11/12 de Março de 1978

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DO PCP PARA A DEFESA E DINAMIZAÇÃO DO SECTOR NACIONALIZADO DA ECONOMIA

Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado

DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARES

As conclusões e intervenções, que culminaram um extenso e prolongado trabalho colectivo, constituem uma valiosa contribuição para a dinamização do sector nacionalizado e para a saída da crise.

Dois factos são incontrovertidos: Primeiro: esta Conferência é uma nova confirmação de que os problemas nacionais têm solução, de que Portugal pode sair da crise não com uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, mas com a consolidação, a garantia e o aproveitamento das potencialidades das grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, os direitos dos trabalhadores.

Segundo: esta Conferência é uma nova confirmação de que os problemas nacionais se podem resolver e Portugal pode sair da crise, não contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores, não contra o PCP, mas com o PCP.

Lutas inseparáveis

A defesa das conquistas da Revolução constitui um todo indivisível. A luta em defesa das nacionalizações é inseparável da luta em defesa da Reforma Agrária, em defesa do controlo operário, em defesa das cooperativas e empresas em autogestão, em defesa das empresas intervencionadas, em defesa dos rendeiros contra as prepotências dos senhorios ricos, em defesa dos interesses, direitos e liberdades dos trabalhadores alcançados desde o 25 de Abril.

Por isso, a nossa Conferência saudou calorosa e fraternalmente os trabalhadores da Reforma Agrária, (...) expressando-lhes a confiança em que a Reforma Agrária será defendida com êxito e acabará por ser realizada até ao fim, até ao dia em que não reste nem mais um latifúndio e em que toda a terra dos latifúndios, toda sem excepção, seja entregue de uma vez para sempre a quem a trabalha.

A Conferência saudou também calorosa e fraternalmente os trabalhadores das empresas intervencionadas e desintervencionadas, (...) garantindo-lhes que o Partido luta e lutará para que sejam rectificadas ilegalidades e injustiças de muitas desintervenções e para que, nesses casos, empresas que foram sabotadas e conduzidas à beira da falência pelos antigos patrões e foram salvas pelos trabalhadores, sejam de novo entregues aos trabalhadores, que com o seu trabalho, o seu talento, o seu sacrifício, mostram serem capazes de uma gestão proveitosa para a empresa, para o povo e para o país.

A Conferência saudou ainda calorosa e fraternalmente as Comissões de Trabalhadores que continuam corajosamente a exercer o controlo de gestão, contra as ameaças, as provocações, as medidas repressivas e os despedimentos, expressando-lhes o apoio e solidariedade de todo o nosso Partido e assegurando-lhes que o PCP luta e lutará para que seja respeitado e exercido o controlo de gestão conforme a Constituição estabelece.

A defesa das nacionalizações e das outras conquistas da Revolução é condição para a solução de todos os principais problemas económicos políticos e sociais que Portugal defronta.

1 - As nacionalizações, conquista histórica da Revolução portuguesa

As nacionalizações constituem uma transformação radical e revolucionária das estruturas socioeconómicas levada a cabo pela Revolução portuguesa.

Esse carácter radical e revolucionário não resulta do facto de serem nacionalizações, mas de serem nacionalizações tal como foram, da sua essência de classe, da sua natureza, do seu significado económico e social, do seu alcance e repercussões, das modificações profundas que introduziram nas estruturas da economia portuguesa.

O carácter das nacionalizações

Nem sempre as nacionalizações têm um carácter revolucionário. As nacionalizações aparecem com frequência em países capitalistas, como um elemento e um factor de desenvolvimento do capitalismo.

A nacionalização de sectores não rentáveis, de empresas esgotadas e envelhecidas, de infra-estruturas custosas e indispensáveis a grandes empreendimentos capitalistas - é norma dos governos dos Estados capitalistas.

O próprio governo fascista levou a cabo em Portugal algumas nacionalizações, e certos técnicos da ditadura lançavam a ideia da nacionalização de sectores básicos (como a electricidade e as minas) para suporte dos grupos monopolistas.

Tais nacionalizações são sempre decididas a mando ou acordo com os grupos monopolistas e no interesse destes. As nacionalizações realizadas pela Revolução portuguesa tiveram carácter radicalmente diferente. Elas foram levadas a cabo por iniciativa das classes trabalhadoras e das forças revolucionárias contra a resistência tenaz do capital financeiro, dos grupos monopolistas, de todas as forças reacionárias e conservadoras.

Elas não foram medidas de conveniência e defesa do grande capital, mas medidas de emergência e defesa da Revolução contra a sabotagem económica e a conspiração dos grandes senhorios da economia portuguesa.

Elas não limitaram apenas o poder dos grupos monopolistas: liquidaram esse poder e os próprios grupos.

Enquanto em países do capitalismo monopolista do Estado as nacionalizações podem ser um factor do reforço e desenvolvimento do capitalismo, em Portugal, as nacionalizações, junto com a Reforma Agrária e outras medidas revolucionárias, abriram à democracia portuguesa a perspectiva do socialismo.

Os esquerdistas e as nacionalizações

(...) Quando hoje se ouvem propagandistas de grupos esquerdistas gritarem que é necessário defender as conquistas da Revolução, é bom lembrar que, em 1975, juntando a voz à reacção, embora com argumentos diferentes, combatiam violentamente a Reforma Agrária e as nacionalizações.

Qual foi, por exemplo, a atitude do actual deputado esquerdista da Assembleia da República ante as primeiras históricas nacionalizações em 14.3.75?

Esse senhor, no dia 21 de Março de 1975, proclamava que as nacionalizações eram um recurso da burguesia, para «acabar com a anarquia capitalista e segurar a barca capitalista».

E outros propagandistas do mesmo grupo proclamavam que essas medidas revolucionárias eram um «esforço extremo para tirar o capitalismo da situação caótica que atravessa e para travar o caminho à revolução popular» «eram uma burla», (...) eram a última arma económica e política da burguesia (...).

Quem então os acreditasse ficaria afinal a pensar que as nacionalizações haviam sido realizadas pelos próprios Mellos, pelos Champallimaud, pelos Espírito Santo, pelos Quinas, pelos Vinhas e por outros grandes banqueiros e industriais como «esforço extremo», como «saída», como «última arma» para se salvarem. Mas a verdade é que todos esses senhores se salvaram, não com as nacionalizações, mas fazendo as malas e fugindo em grande velocidade para o estrangeiro, onde aliás poderiam ficar para sempre, porque em Portugal não fazem falta nenhuma.

E esses senhores procederam assim porque de facto as nacionalizações expropriaram e liquidaram, justa e oportunamente, os grupos monopolistas.

O sector nacionalizado e a Constituição

A Conferência deu um quadro muito completo e actualizado do sector nacionalizado. Os sectores básicos e estratégicos da economia portuguesa (...) fugiram à órbita do capitalismo monopolista e da propriedade privada e passaram a ser propriedade do Estado. (...) As nacionalizações (...) criaram possibilidades extraordinárias para uma nova política económica nacional, libertada do domínio e da exploração dos grandes grupos monopolistas, ao serviço do povo, do progresso e da independência nacional.

As nacionalizações, a par da Reforma Agrária, da criação de numerosas cooperativas e empresas em autogestão, do controlo operário ou controlo de gestão, constituíram não declarações de princípio, mas transformações reais, que fazem assentar a organização económico-social da República Portuguesa na apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como os recursos naturais.

Não se trata de um «enxerto» marxista na Constituição, como pretende a reacção, mas da própria substância da organização económica portuguesa tal como a Constituição a define e nos termos da própria Constituição, insuscetível de revisão constitucional.

A Constituição está em vigor. O seu cumprimento é obrigatório para aqueles que a votaram e para aqueles que votaram contra.

O facto de o CDS ter votado contra a Constituição e conduzir uma sistemática campanha contra ela não lhe dá qualquer direito, agora no Governo a que foi levado pela mão do PS, a tomar quaisquer decisões contrárias à Constituição. O cumprimento da Constituição é igualmente obrigatório para os governos regionais dos Açores e Madeira, uma vez que aliás não levaram a cabo (e não levarão a cabo) o seu propósito de separar os dois Arquipélagos da Pátria portuguesa.

É uma verdade histórica, que não pode ser reescrita pelos promotores da recuperação capitalista, que a natureza das nacionalizações consagradas na Constituição é a de nacionalizações revolucionárias que liquidaram os grupos monopolistas. (...)

As nacionalizações são uma conquista histórica da Revolução portuguesa. São irreversíveis segundo a Constituição. São parte integrante da organização económica da República Portuguesa que aponta para a perspectiva do socialismo. São uma garantia da independência de Portugal.

São ainda por tudo isso um instrumento de capital importância para a saída da crise e a recuperação económica.

Os trabalhadores e as forças democráticas portuguesas querem defendê-las e saberão defendê-las.

2 - A ofensiva contra as nacionalizações arma da recuperação capitalista

A ofensiva contra as nacionalizações (...) faz parte integrante da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista iniciada por vários Ministérios do VI Governo Provisório, abertamente lançada pelo Governo do PS sozinho aliado de facto à direita e confirmada no Programa de coligação PS-CDS.

A ofensiva contra as nacionalizações desenvolve-se seguindo várias linhas de ataque e utilizando métodos e formas muito diversos.

Política económica contra o sector nacionalizado

A primeira linha de ataque às nacionalizações é a adopção de uma política económica e financeira que coloque as empresas nacionalizadas em situação de inferioridade em relação às empresas capitalistas, criando-lhes dificuldades insuperáveis e facilitando os lucros, a acumulação, os investimentos e a expansão das empresas capitalistas. (...)

Os mecanismos são variados e convergentes. Através da política de preços, na quase totalidade das empresas nacionalizadas os preços são contidos, dependentes de complicados requisitos burocráticos, de pedido ao Governo e despacho de dois Ministérios, ao contrário das empresas capitalistas, que, com o 1.º pacote, viram liberalizados os preços dos seus produtos.

O objectivo é forçar as nacionalizadas a venderem os seus produtos e serviços abaixo do valor e permitir às capitalistas venderem os seus produtos acima do valor. O Governo procura, assim, que através dos preços uma grande parte do valor criado no sector nacionalizado seja transferido para as empresas capitalistas, que sejam estas a realizá-lo e a acumulá-lo.

É aquilo que os trabalhadores classificam, e bem, como ouvimos afirmar na Conferência, tornar o sector nacionalizado a «vaca leiteira» das empresas capitalistas. Será vaca leiteira, mas os trabalhadores não a deixarão facilmente ordenhar.

Através da política de crédito, o Governo procura também colocar as empresas nacionalizadas em situação de inferioridade. O crédito selectivo exerce-se a favor do sector capitalista, ao mesmo tempo que às empresas nacionalizadas são dificultados os avales, é cortado o crédito bancário e, segundo o Programa PS-CDS, é apontado o recurso ao crédito externo. (...)

Prática do recurso inconsiderado ao crédito e a elevação das taxas de juro por imposição do FMI levaram, num sistema de bola de neve, a uma situação em que se amontoaram tantas dívidas e tão elevados juros que as empresas nacionalizadas estão impossibilitadas de alcançar saldos positivos. É, em grande parte, a banca nacionalizada que se apropria dos lucros das empresas sob a forma de juros.

Concedendo depois créditos preferenciais aos capitalistas, a banca nacionalizada está no fim de contas, a tirar mais-valia ao sector nacionalizado para entregá-la ao sector capitalista.

Através da política de investimentos, põem-se também restrições e dificuldades ao sector nacionalizado e mobilizam-se e concentram-se recursos para as empresas capitalistas.

Todo o esquema de indemnizações para investimentos não é mais do que uma forma de entrega preferencial de bens e recursos aos capitalistas, à custa da estagnação e degradação do sector público. (...)

Criação de obstáculos

A segunda linha de ataque às nacionalizações é a falta de apoios e estímulos do Governo aos sectores e empresas nacionalizadas, o atraso de decisões urgentes, a criação de obstáculos, muitas vezes a partir da própria gestão, à realização de projectos e iniciativas vantajosas e por vezes indispensáveis à laboração normal, à solução de dificuldades e à expansão de empresas nacionalizadas.

3 - O desastre da recuperação capitalista e o esforço nacional necessário

Tal como as ofensivas contra a Reforma Agrária, contra o controlo operário e os interesses e direitos dos trabalhadores, contra as empresas em autogestão, a ofensiva contra as nacionalizações insere-se, não numa política de recuperação económica, mas numa política de recuperação capitalista, numa política de defesa dos interesses das classes exploradoras contra os interesses do povo e do país.

Resultados desastrosos

Ao contrário do que afirma a reacção e o Governo, a ofensiva contra as nacionalizações contraria, enterra, prejudica e compromete a recuperação económica e financeira de Portugal.

Abrangendo as empresas nacionalizadas os sectores básicos da economia nacional, uma política que aprofunde as dificuldades dessas empresas, para demonstrar «a superioridade da iniciativa privada» e preparar as desnacionalizações e reprivatizações, significa o aprofundamento das dificuldades da economia portuguesa no seu conjunto.

Prossiguingo a ofensiva contra as conquistas da Revolução e o caminho da recuperação capitalista, o Governo PS-CDS não conduzirá à saída da crise, antes conduzirá ao seu agravamento e a uma situação que, embora num processo irregular, será cada vez mais dificilmente recuperável.

A política de recuperação capitalista já mostrou, ao longo dos 16 meses de vida do Governo PS sozinho, que não conseguirá resolver qualquer dos grandes problemas nacionais.

O Governo PS justificou toda essa política com a necessidade da recuperação económica e financeira do país, designadamente com a necessidade de reduzir radicalmente os défices das Balanças Comercial e de Pagamentos.

Afirmou que tais objectivos seriam atingidos com a congelação da contratação colectiva, com os aumentos dos preços, com as desvalorizações do escudo, com os aumentos da taxa de juro, com o 1.º e o 2.º pacotes, com o miserio «cabaz de compras», com o apertar do cinto do povo trabalhador, ao mesmo tempo que se destinam milhões de contos de indemnizações aos capitalistas. (...)

E afinal os resultados dessa política, tal como o PCP previa e previnha com rigor quase matemático, foram precisamente o contrário dos resultados prometidos pelo Governo e pelo PS. (...)

Todos os sacrifícios do povo aproveitaram somente às classes exploradoras. A situação económica e financeira do país degradou-se cada vez mais até chegar à beira da bancarrota.

Como foi já referido na Conferência, de 1976 para 1977 o défice da Balança Comercial subiu de 73 milhões de contos para 112 milhões e o défice da Balança de Pagamentos subiu de 29 para um nível que deve ultrapassar os 50 milhões de contos.

A dívida externa passou de 104,5 milhões de contos em fins de 1976 para 205 milhões em fins de Outubro de 1977. Venderam-se mais de 100 toneladas de ouro. Hipotecou-se mais de metade do ouro que resta.

Os empréstimos externos

Incapaz de mobilizar os recursos nacionais, sem imaginação, nem fôlego, nem iniciativa, o Governo PS-CDS, como anteriormente o Governo PS, vê nos empréstimos externos a única salvação para as carencias e desequilíbrios da nossa economia.

O Governo correu e corre de empréstimos atrás de empréstimos, endividou o Povo português, hipotecou as reservas e recursos, e compromete assim o futuro da nossa economia e a independência nacional.

É necessário que o país tome a tempo consciência do que significam e do que representam estes empréstimos.

Eles não são em regra contrários para o desenvolvimento económico, para investimentos, para reforçar a capacidade produtiva nacional, para que Portugal consiga finalmente elevar a sua produção ao nível do seu consumo. Eles são contrários para tapar buracos de tesouraria, para cobrir os défices da Balança de Pagamentos, para pagar aquilo que se consome ou para pagar dívidas na altura do vencimento.

É dinheiro para gastar, para queimar, para arder, ficando o país obrigado a pagá-lo e a pagar juros que subiram em 1977 a 8 milhões de contos e poderão subir em 1978 a cerca de 20 milhões.

Por outro lado, esses empréstimos são acompanhados de imposições do imperialismo que cortam as possibilidades reais de recuperação económica no interesse do povo e da nação portuguesa e que põem em perigo a liberdade e a democracia.

Aceitar as imposições do FMI e dos países imperialistas acerca da política económica, (...) significa atar Portugal de pés e mãos e impossibilitar que Portugal, com o seu trabalho e o seu esforço, resolva os seus problemas e encontre o caminho da solução das suas dificuldades.

O PCP não é contrário a créditos externos. Mas entende que o Governo português não está autorizado a aceitar ingerências externas na política interna portuguesa e imposições estrangeiras que comprometam o futuro independente de Portugal.

A prosseguir tal política, o aprofundamento da crise será temporariamente encoberto por empréstimos externos, mas adiante a crise rebentará com mais força. A prosseguir tal política, não

No seu plano de recuperação, o grande capital está interessado em impedir o bom funcionamento, a eficácia, a produtividade e o êxito na produção do sector nacionalizado.

Representa um verdadeiro perigo para as nacionalizações e para a economia portuguesa a entrega de departamentos dos Ministérios da gestão, de postos-chave e lugares de chefia em empresas nacionalizadas a gente ao serviço do grande capital e dos antigos monopólios, a inimigos das nacionalizações, a partidários da recuperação capitalista e da restauração do poder dos grupos monopolistas.

Tal gente está apostada, não no êxito, na eficiência e nos resultados das empresas e sectores nacionalizados, mas na sua crescente situação deficitária, no seu fracasso e na sua aparente inviabilidade, de forma a criar as condições várias para a sua reprivatização. (...)

Caminho para desnacionalizações

A terceira linha de ataque é o estabelecimento de esquemas jurídicos que abram caminho à desnacionalização de sectores e empresas, seja pela entrega da propriedade ou da gestão de empresas nacionalizadas a capitalistas, seja pela permissão de criação de empresas privadas em sectores nacionalizados.

A lei da chamada delimitação do sector público e do sector privado, define as direcções desta linha de ataque. (...)

Na Conferência foram citados numerosos casos que mostram como se começa a querer levar à prática esta política.

Vimos a insistência com que o CDS e o PPD reclamam a criação de tais bancos disfarçados, aos quais caberia certamente, além do mais serem veículos transmissores dos financiamentos da banca nacionalizada para empresas capitalistas.

Vimos como surgem as primeiras tentativas de criar empresas privadas de aviação na autorização dada a uma empresa privada para actividades aéreas não regulares e no plano de solução dos transportes aéreos à margem da TAP anunciado pela reacção instalada no ponto regional da Madeira e Açores.

Vimos como aparecem projectos para desintegrar da Rodovia Nacional diversas actividades, designadamente as cargas, por exemplo, rentáveis.

Vimos como o MIT do Governo anterior decidiu desintegrar do que da Siderurgia e entregar ao sector capitalista a construção do Forno 1, Cal e da Central de Oxigénio, com fundamento, não no interesse nacional mas no «grande interesse ao sector privado».

Vimos como, apesar de a capacidade de produção de sacos de pau pelo sector nacionalizado ser de 240 milhões de sacos/ano para um procura de 150 milhões de sacos, já surgem tentativas de instalação de uma fábrica por industriais de rações. (...)

Toda esta ofensiva se desenvolve acompanhada por uma violenta e permanente campanha de mentiras, distorções, difamação com o objectivo de desprestigiar e desautorizar as nacionalizações e preparar o terreno e a opinião pública para a recuperação capitalista e a reconquista das empresas nacionalizadas pelo grande capital. (...)

Contra tal ofensiva, o PCP defende firmemente a nacionalização, não apenas como factor decisivo da construção duma economia nova, progressista e independente ao serviço do povo e do país, mas como um factor de primordial importância para a saída da crise.

Exige que se aumente a produção nacional em que as nacionalizações democráticas e patrióticas, temos confiança em que as nacionalizações tal como a Reforma Agrária, serão defendidas e as empresas nacionalizadas serão dinamizadas e darão uma contribuição decisiva para a recuperação económica de Portugal.

tardará muito que Portugal não apareça de novo à beira da ruína financeira, ainda em piores condições do que agora: mais endividado, mais hipotecado e com menos recursos.

A vida, a prática, os acontecimentos, demonstram sem sombras de dúvida que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não é a política de «salvação nacional», conforme anunciou Primeiro-Ministro, mas a política do «desastre nacional».

Um esforço nacional e patriótico

Os propagandistas do Governo afirmam que não há alternativa democrática para a sua política. Creio, camaradas, que tal como o VI Congresso do Partido e a Conferência Económica realizada em Junho do ano passado, esta nossa Conferência foi uma afirmação vigorosa de que uma alternativa democrática realmente existe.

Como o PCP tem repetidamente insistido, a saída da crise exige um grande esforço nacional baseado fundamentalmente nos recursos e energia internos.

Exige que se aumente a produção nacional em particular nos sectores cujo processo produtivo depende menos de importações. Exige a intensificação rápida da produção nacional de produtos há importados, mesmo que eventualmente a superior preço de custo. Exige a limitação de importações de produtos supérfluos ou mais facilmente dispensáveis. Exige uma nova política de comércio externo e de cooperação internacional, diversificando mercados, procurando acordos e sistemas de compensação e novas linhas e esquemas de crédito. Exige finalmente, como condição indispensável, a participação dinâmica e criadora dos trabalhadores portugueses.

Para que esse esforço nacional seja possível é necessário sustentar a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, resistir às transformações que a Revolução provocou na economia portuguesa, manter os limites entre as várias formações económicas (capitalistas e não capitalistas) e estimular a dinâmica própria de cada uma delas.

As empresas capitalistas têm também naturalmente um importante papel a desempenhar na recuperação económica do país.

Devem ser-lhes asseguradas condições do seu funcionamento, do os estímulos e apoios necessários.

Deve em particular ser dado o apoio e estímulo a numerosas pequenas e médias empresas industriais, comerciais e agrícolas que estão sendo conduzidas à ruína pela política de recuperação capitalista pelos pacotes, pelas elevadas taxas de juro, e que é necessário apoiar devidamente dada a elevada contribuição que dão para o produto nacional.

Mas respeito, apoio e estímulo ao sector privado implica que o sector privado desista da revanche e da reconquista, desista da reconquista do capitalismo monopolista, reconheça de uma vez para sempre as transformações das estruturas socioeconómicas que se deram no processo de democratização e são hoje parte integrante do regime democrático português.

O sector de arranque

As forças do grande capital, os partidos reacionários, a direcção do PS, o Governo de coligação do PS com a extrema-direita legal, giram numa só vez, que o sector privado é o sector de arranque. (...)

É um absurdo pensar que o arranque da recuperação económica pode partir do sector privado, além do mais porque não é, pela sua natureza e importância, o sector básico da economia portuguesa. (...)

Do bom ou mau funcionamento e dos bons ou maus resultados de todo o sector nacionalizado depende o funcionamento e os resultados da economia nacional.

O papel determinante e decisivo da recuperação económica do país cabe às empresas e sectores-chave da economia portuguesa e em primeiro plano, como instrumentos acionadores da recuperação económica e da criação das bases de desenvolvimento, a Reforma Agrária e as nacionalizações.

Cada um dos sectores e empresas nacionalizados não vai apenas por si, mas pelas repercussões das suas actividades em toda a vida económica.

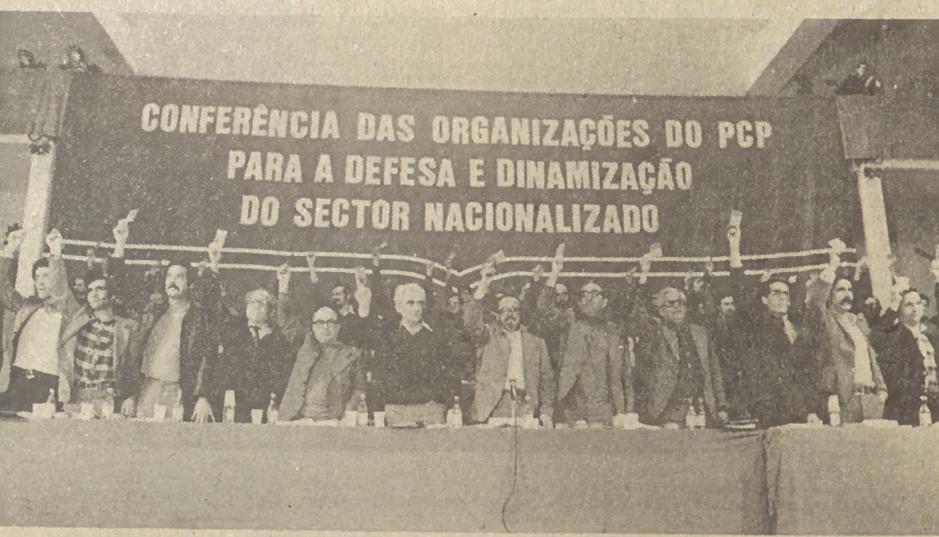
Sacrificar o sector nacionalizado no altar da recuperação capitalista seria impossibilitar a recuperação económica do país e afundar mais e mais Portugal no pantano dos empréstimos externos.

A dinamização do sector nacionalizado identifica-se com a dinamização da própria economia portuguesa.

Defendendo e dinamizando o sector nacionalizado, os trabalhadores dão uma contribuição, que pode ser decisiva, para a saída da crise, a recuperação económica, a construção de um Portugal livre, democrático e independente.

Se o PS abandonou há muito o objectivo do socialismo que consistia do seu próprio programa, o PCP, vanguarda da classe operária e do povo trabalhador, será sempre fiel ao seu programa e ao carácter libertador da Revolução portuguesa.

Defendendo e dinamizando o sector nacionalizado, os comunistas contribuem para manter na realidade portuguesa umas das bases fundamentais que, ao lado da Reforma Agrária e das outras conquistas da Revolução, continua a abrir à democracia portuguesa a perspectiva do socialismo.



# AVANÇO CUNHAL



## 4 - A dinamização do sector nacionalizado e a política económica nacional

As sérias dificuldades que atravessam muitas empresas nacionalizadas resultam, no fundamental, da política de recuperação capitalista.

Por isso a dinamização dos sectores e empresas nacionalizadas depende, por um lado, de medidas concretas e eficazes ao nível do sector e de empresa, depende, por outro, da rectificação da política económica e financeira do Governo.

### Pressupostos da dinamização

(...) A ofensiva contra as nacionalizações afecta a actividade económica dos sectores básicos correspondentes e impede o aproveitamento das suas imensas potencialidades para a saída da crise e o lançamento de uma política de desenvolvimento.

Falar na dinamização das empresas nacionalizadas é falar na necessidade de abandonar, corrigir, substituir a política de recuperação capitalista. Um pressuposto para a dinamização é o respeito efectivo e integral das nacionalizações e o abandono de esquemas declarados ou camuflados de desnacionalizações e reprivatizações.

A dinamização do sector nacionalizado como o de toda a economia portuguesa, exige uma política que tenha como objectivos imediatos: não a recessão ou a estagnação (como exige o FMI e o Governo decretai), mas a expansão da produção, tão rápida quanto possível; não a invasão do mercado interno por produtos estrangeiros, muitos dos quais perfeitamente dispensáveis (como exige o FMI e o Governo aceita), mas a limitação de certas importações e a produção nacional de produtos importados; não o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores para fazê-los pagar o preço da crise (como exige o FMI e o Governo aceita), mas a defesa dos interesses de quem trabalha, compatíveis com a saída da crise; não o esbanjar incontrolado de recursos e energias, como continua a suceder, mas a economia de meios e uma verdadeira campanha nacional contra os desperdícios.

### Planificação, preços, crédito, investimentos

A dinamização do sector nacionalizado, tal como a dinamização de toda a economia nacional, exige o planeamento e a planificação que, embora sem rigidez, avaliem e determinem o aproveitamento de possibilidades e recursos, marquem as metas, estabeleçam a articulação necessária entre os vários ramos, sectores e empresas em toda a economia nacional.

As grandes linhas de planificação têm de conter-se estritamente nos limites constitucionais, não sendo de admitir que o Governo tenha mudado de plano como quem muda de camisa, cedendo a vozes de comando dos imperialistas e do FMI ou dos capitalistas do CDS.

No que respeita às empresas nacionalizadas, situando-se fundamentalmente em sectores básicos, é muito estreita a inter-relação das suas actividades com as actividades de outros sectores e empresas. A sua dinamização tem de estar obrigatoriamente inserida numa política económica global.

Os delegados à Conferência deram numerosos exemplos da impossibilidade de resolver isoladamente os problemas de tal ou tal empresa ou de tal ou tal sector nacionalizado.

A anarquia da produção é norma do capitalismo. Na economia portuguesa, dadas as transformações revolucionárias verificadas, a recuperação económica exige imperiosamente o termo da anarquia, da descoerência, da estreiteza sectorial ou de empresa.

O planeamento e a coordenação necessários à dinamização do sector nacionalizado, assim como à dinamização de toda a economia nacional, não podem porém compreender-se como uma intervenção dirigista, tecnocrática e burocrática do Governo e de repartições do Estado.

Para a correcção, a eficácia e a possibilidade da aplicação de medidas de planificação e coordenação no sector nacionalizado é condição indispensável a participação na sua elaboração, discussão e aplicação dos trabalhadores das empresas respectivas.

No Portugal dos dias de hoje, que tem as marcas profundas e exaltantes da Revolução, nada se pode fazer de bom em política sem a intervenção criadora e dinâmica da classe trabalhadora.

A dinamização do sector nacionalizado exige uma nova política de preços que corrija os actuais critérios de discriminação. Não é de facilitar o aumento dos preços segundo a mera consideração das administrações respectivas, mas tão-pouco são sustentáveis preços inalteráveis impostos pelo Governo quando não cobrem os custos e são mantidos em virtude da sua função social. (...)

Em tais casos, ou os preços aumentam, ou o Estado tem de suportar as diferenças. Qualquer outra solução é condenar as empresas nacionalizadas ao endividamento, à asfixia financeira e à ruína. (...)

A dinamização do sector nacionalizado exige uma nova política de crédito e investimentos.

Todas as informações e opiniões expressas na Conferência mostram que os sucessivos aumentos das taxas de juro criaram situações financeiras incompatíveis, pelos encargos financeiros e a descapitalização.

Através da banca nacionalizada o Estado domina quase em absoluto a política de crédito, as fontes internas de financiamento, a orientação fundamental dos investimentos.

A política de crédito e de investimento nas mãos de um Governo ao serviço do capital pode converter-se num poderoso instrumento de asfixia financeira das empresas nacionalizadas, de recuperação capitalista, de

reconstrução de esquemas conducentes à restauração do capitalismo monopolista.

A política de crédito e de investimento pode e deve ser não uma arma de recuperação capitalista, mas um poderoso instrumento de progresso e desenvolvimento económico e, no concreto, de dinamização das empresas e sectores nacionalizados.

As taxas de juros devem ser diminuídas, e não aumentadas, como exige o FMI.

O Governo tem a obrigação de financiar as empresas nacionalizadas e particularmente de financiar os investimentos, reforçando a capacidade produtiva, promovendo a produção de produtos para exportar e de produtos actualmente importados.

Defendendo os interesses nacionais, o Povo português não pode aceitar que o sector capitalista seja o aliado do Governo e que o sector nacionalizado seja considerado pelo Estado como primo pobre em casa de tia rica.

### Política de comércio externo

A dinamização do sector nacionalizado exige uma nova política de comércio externo e de cooperação internacional.

Nas relações externas deve presidir o critério dos interesses nacionais, e não dos interesses de recuperação capitalista e das pressões dos EUA, do FMI e da "Europa comossa".

Na Conferência foram apontadas numerosas situações e exemplos que mostram que o Governo, obsecado pela integração no Mercado Comum e na órbita imperialista e pela conquista das boas graças do FMI, cria vantagens preferenciais para o sector capitalista e dificulta na prática o desenvolvimento das vendas e possibilidades de cooperação tecnológica internacional de empresas nacionalizadas.

As empresas nacionalizadas são grandes exportadoras e foram aqui referidos numerosos exemplos. (...) Por outro lado, as empresas nacionalizadas são também importadoras e esse facto (como os camaradas referiram) dá-lhes elevado poder contratual.

Impõe-se encargar a sério a criação de empresas públicas exportadoras e alargar a margem de iniciativas das empresas nacionalizadas.

Acordos e esquemas de compensação (...) poderiam ser altamente vantajosos para as empresas nacionalizadas, para a economia nacional, para a poupança de divisas. (...)

No mesmo sentido são de lembrar possibilidades de acordos de cooperação técnica e tecnológica que poderiam trazer grandes proveitos para a economia nacional e que estão praticamente adormecidos. (...)

No que respeita aos preços dos produtos portugueses, incluindo das empresas nacionalizadas no mercado internacional, quando não são competitivos, obrigam a subsídios ou outras formas de apoio. Em vendas que trazem ao país centenas de milhares e mesmo milhões de contos em divisas (construção naval e metalomecânica pesada, por exemplo) um encargo interno do Estado de algumas dezenas de milhares de contos é, numa situação de desequilíbrio cambial, altamente compensado com a importação de divisas.

No que respeita aos preços de produtos estrangeiros no mercado português, há sectores de produção nacional que carecem de protecção pautal. (...)

É de combater uma política que possibilite que os têxteis nacionais sejam duramente contingentados em mercados tradicionais e que o mercado interno seja invadido sem contingentações nem barreiras pelos excedentes do Mercado Comum.

Uma preocupação constante tem de ser a de evitar importar aquilo que se produz ou pode produzir em Portugal. É inadmissível que em 1977 se tenham importado 125 000 toneladas de cimento (e produtos intermédios), estando entretanto parado o forno IV da SECIL, conforme os camaradas aqui referiram. É inadmissível que o Governo tenha dado autorização para a importação maciça de produtos fabricados pela Siderurgia Nacional.

Em sentido inverso, não é economicamente vantajoso para o país exportar apenas por exportar, deixando as operações entregues à anarquia imposta pelos interesses privados ou à improvisação de departamentos ou funcionários.

Por isso se impõe corrigir a orientação do Governo PS/CDS de abdicar da intervenção do Estado no comércio externo e entregá-lo ao capitalismo privado.

A diversificação dos mercados abastecedores e compradores é uma condição essencial para a redução do défice da Balança Comercial e para a vida e dinamização de numerosas empresas nacionalizadas.

Só razões de classe e não razões nacionais podem levar ao abandono efectivo da diversificação do mercado, "deixando cair" (como disseram os camaradas da Lisnave) os clientes dos países socialistas.

Neste sentido impõe-se combater a política do empatar, a rotina burocrática, o desleixo, o abandono de possibilidades, a rasteira política disfarçada em decisão técnica. Sem prejuízo das relações com os países capitalistas, impõe-se iniciativa e dinamismo nas relações com os países socialistas, com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe, com os países árabes e outros países do chamado Terceiro Mundo. (...)

Falando de Angola e Moçambique, não podemos deixar passar em claro o facto inquietante de que o Governo português permite que se desenvolva contra estes Estados a mais caluniosa e infame campanha através da imprensa e da Rádio pertencente ao Estado. O PCP reclama que sejam tomadas medidas para que este escândalo termine e para que os órgãos de comunicação social do Estado contribuam para o reforço de relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo, designadamente com os povos de Angola e Moçambique.

## 5 - Medidas urgentes de recuperação financeira e reanimação económica

Além da definição correcta das grandes linhas da política económica e financeira do País, impõe-se ao nível das empresas nacionalizadas medidas concretas que permitam ultrapassar e vencer os graves problemas existentes.

### Saneamento financeiro

Impõem-se, em primeiro lugar, medidas de saneamento financeiro.

Em resultado do sistema de especulação vindo do passado fascista e de circunstâncias e erros diversos após o 25 de Abril, designadamente do VI Governo Provisório e dos 16 meses de Governo PS, o endividamento e os encargos financeiros de grande parte das empresas nacionalizadas atingiram tal volume, sobretudo nos dois últimos anos, que, para muitas delas, tem de considerar-se impossível o restabelecimento do equilíbrio económico e financeiro se continuarem indefinidamente a ter juros ao nível actual.

Se os resultados da exploração não dão sequer em numerosos casos para a recuperação económica das empresas. (...)

O Governo não dá os apoios necessários para o saneamento financeiro. Mas impõe por vezes despesas imorais e em pura perda, como os 2000 contos atribuídos aos fascistas e bufos reintegrados na PORTUGAL. (...)

De 1976 para 1977, com a política dos pacotes, os encargos financeiros das empresas nacionalizadas subiram verticamente, registando-se em algumas empresas aumentos de mais de 100% e mesmo de mais de 200%.

Não há empresas, por muito bem organizadas que estejam, por muito eficientes que sejam, que consigam resistir a tal sangria de recursos. (...)

Como os empréstimos a curto prazo aumentam progressivamente e o Governo faz subir vertiginosamente as taxas de juro (...) a situação tenderá a agravar-se cada vez mais se não se adoptarem rapidamente medidas de carácter excepcional.

Entretanto, a quase totalidade das empresas nacionalizadas têm boas possibilidades de uma actividade eficaz e rendosa, desde que se proceda ao seu saneamento financeiro.

O saneamento financeiro das empresas nacionalizadas é uma questão básica e geral. (...)

Foram propostas medidas de organização, o melhoramento geral da actividade, o aumento da produtividade e das vendas, a diminuição das vendas, a diminuição dos preços de custo. Foram também propostos aumentos de capital, a diminuição das taxas de juros e a conversão de créditos a curto prazo em créditos a médio ou longo prazo.

Estas e outras propostas, que indicam algumas linhas fundamentais para o saneamento financeiro das empresas e precisam de ulterior aprofundamento, constam também das conclusões da Conferência.

### Reestruturação e coordenação

Impõem-se, em segundo lugar, medidas de reorganização, reestruturação, reconversão e coordenação de empresas e sectores.

Numerosos delegados à Conferência deram especial relevo a esta questão.

Os antigos grupos monopolistas constituíam os seus impérios próprios, com empresas diversificadas, concorrentes com as empresas análogas dos outros grupos. A liquidação dos grupos monopolistas e a nacionalização das respectivas empresas tornam necessário que as empresas do antigo grupo se desprendam dele e se rearrumem com novos critérios.

Medidas de reorganização, reestruturação, reconversão e coordenação de sectores e empresas tornam-se necessárias para melhorar a sua eficiência, economizar recursos, evitar duplicações inúteis de instalações e serviços, assegurar uma maior utilização da capacidade, simplificar e encurtar os circuitos de comercialização. (...)

É uma necessidade económica por fim à descoerência, que se traduz num dispêndio de recursos, que monta a somas monstruosas no conjunto nacional. (...)

No que respeita aos transportes, a planificação e coordenação é condição fundamental para a dinamização do sector e a melhoria da sua situação financeira. Este objectivo aparecerá no Programa do Governo PS, mas nunca se cumpriu. Agora já não é necessário cumprir porque desapareceu do Programa do Governo PS-CDS.

Pelo que conhecemos e pelo que ouvimos aqui dizer aos camaradas da CP-Sul, estamos certos de que, no que respeita aos transportes do Sul, se os trabalhadores da CP, da RN, da Quimigal e das Minas de Aljustrel e Lousal se reunissem e estudassem o problema, saberiam fazer aquilo que os ministros e os burocratas ainda não souberam ou não quiseram fazer: definir as linhas gerais dum plano de transportes na região, de que resultaria eficiência e economia.

Os arautos da restauração do capitalismo monopolista pretendem conservar ao máximo as estruturas antigas e opõem-se naturalmente à reorganização, reestruturação e reconversão, porque tais medidas tornam muito mais complexa a pretendida restauração dos antigos grupos.

Por isso, a reestruturação tem encontrado grandes obstáculos. (...) As nacionalizações não estarão seguras enquanto a reorganização, reestruturação e reconversão não forem levadas a cabo, e que sem tais medidas se torna extremamente difícil, senão impossível, a dinamização das empresas e sectores nacionalizados.

### Direitos dos trabalhadores

Impõe-se em terceiro lugar, que os interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores das empresas nacionalizadas sejam respeitados e que não se pretenda, com diminuição de salários reais, agravamento das condições de trabalho e despedimentos fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise.

O PCP tem sempre defendido que a saída da crise, assente num grande esforço de produção, é perfeitamente compatível, não só com a manutenção, como com o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

Nas empresas nacionalizadas, a dinamização, a eficiência, a produtividade, mesmo a rentabilidade, dependem em parte decisiva do esforço e da intervenção dos trabalhadores, e esse esforço e intervenção, além de determinados pela consciência cívica e política, tem também inevitavelmente de ligar-se ao estímulo material.

Nos debates preparatórios da Conferência, foram examinados em diversas empresas complexos problemas de leques salariais, de horas extraordinárias, de prémios de produtividade. É geral a afirmação de que os trabalhadores estão prontos a defender as nacionalizações e estariam prontos também a fazer sacrifícios com esse mesmo objectivo.

Mas, tanto nas nacionalizadas como nos restantes sectores da economia nacional, uma coisa é certa: os trabalhadores estão prontos para o trabalho, o esforço, o sacrifício, sob condição de tudo isso ser para bem de todo o povo e da pátria e não para encher os cofres aos milhões, para aguentar com um alto trem de vida uma burocracia parasitária e para que sejam entregues centenas de milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas.

### Gestão democrática e controlo de gestão

Impõe-se, em quarto lugar, a democratização da gestão das empresas nacionalizadas com a nomeação de gestores competentes e íntegros e a intensificação do controlo pelos trabalhadores.

Para gestão das empresas nacionalizadas é necessário que sejam nomeadas pessoas que dediquem os seus esforços à melhor organização, eficiência e dinamização das empresas, ao melhoramento da sua situação financeira, tendo a guia-las, não objectivos obscuros de recuperação capitalista, mas o bem do povo e do País. (...)

Não reclamamos normalmente que os gestores das empresas nacionalizadas tenham o cartão do PCP ou de outro partido progressista. Mas reclamamos que não sejam agentes dos monopólios, da recuperação capitalista e imperialista enviados para essas empresas para cumprir a missão de covardes das nacionalizações.

Par a nomeação de gestores competentes e íntegros é condição para a dinamização das empresas nacionalizadas que se reforce o controlo operário.

Esta grande conquista da Revolução, consagrada na Constituição com o título de "controlo de gestão", continua a exercer-se com grande êxito em numerosas e importantes empresas, mas está actualmente a ser alvo de furiosa ofensiva do Governo, do patronato e de administrações de empresas nacionalizadas. (...)

O controlo de gestão continua porém a ser de capital importância nas empresas nacionalizadas, para a dinamização das empresas e para a saída da crise. (...)

Isso exige que os organismos executivos do controlo de gestão estejam intimamente ligados pelos seus membros à actividade das empresas, evitando criar aparelhos pesados, funcionários desnecessários ou situações burocráticas.

O controlo de gestão é essencial para que sejam tomadas medidas necessárias à boa situação financeira, ao bom trabalho e ao êxito das empresas. Deve acompanhar de perto a política de preços de mercados, de "stocks", de crédito e de emprego. Deve ser vigilante para impedir a sabotagem económica. E deve também mobilizar os trabalhadores para a boa organização, a eficiência, a poupança de recursos nas empresas nacionalizadas.

### O PCP e a solução dos problemas

A Conferência comprovou o que demonstra a actividade diária do nosso Partido: que os comunistas não se limitam a criticar uma política, mas apresentam alternativas e caminhos para a solução dos problemas.

Estreitamente ligados à classe operária, às massas laboriosas, aos sectores progressistas da sociedade portuguesa, os comunistas dão uma contribuição directa e real para a solução dos grandes problemas nacionais.

Qualquer que seja a política portuguesa no futuro próximo imediato, uma coisa é certa: o dia virá em que se tornará claro para a grande maioria do povo português que a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a liquidação da Reforma Agrária e das nacionalizações, a restauração do poder dos monopólios, seria uma catástrofe nacional.

E que a saída da crise, o desenvolvimento económico, o bem-estar do povo e a independência nacional se podem e devem alcançar adoptando uma política económica dentro "das grandes linhas que o PCP hoje indica.

## 6 - A dinamização do sector nacionalizado e o Governo PS-CDS

A Conferência agora realizada é uma nova demonstração da contribuição construtiva que o PCP procura constantemente dar para a solução dos problemas nacionais.

No que respeita à Reforma Agrária, dizemos: garante o Governo às UCP's e Cooperativas a posse da terra e o apoio mínimo em crédito e em técnica, e a Reforma Agrária está em condições de dar ao País uma produção de mais alguns milhões de contos, que ajudarão a sair da crise e a ultrapassar as dificuldades financeiras actuais.

No que respeita às nacionalizações dizemos: garante o Governo a sua irreversibilidade, adopte-se uma política económica e financeira verdadeiramente nacional e não ao serviço da recuperação capitalista, tomem-se algumas medidas de emergência, e as empresas nacionalizadas serão rapidamente dinamizadas e darão ao País uma contribuição decisiva para a saída da crise.

O PCP e todos os seus militantes, estreitamente ligados à classe operária e às massas trabalhadoras, empenharão as suas enormes energias, a sua capacidade organizativa, a sua experiência e a sua dedicação, farão tudo quanto estiver ao seu alcance para a defesa e dinamização do sector nacionalizado, para a saída da crise, para a real recuperação económica e financeira do País.

### A política do PS e o movimento popular

Infelizmente, a direcção do PS, coligada com a extrema-direita legal, afunda-se mais e mais numa política ao serviço da recuperação capitalista. E na Assembleia da República a contra-revolução legislativa continua.

A lei sobre a autogestão, que há dois dias foi aprovada na generalidade pelos votos do PS e do CDS contra os votos dos comunistas, visa a devolução ao patronato reacţionário da maior parte das empresas autogeridas e a criação de um regime chamado de autogestão, mas que será de facto de comando do Estado. Está lei está para as empresas em autogestão como a Lei Barreto está para a Reforma Agrária.

Uma vez mais, o PS se coliga com o partido do grande capital para entregar de mão beijada aos exploradores, sabotadores e fascistas, o produto do esforço dos trabalhadores.

Não cremos que haja um único trabalhador do PS, a não ser que tenha perdido completamente a consciência de classe, que possa aprovar uma tal política.

Os dirigentes do PS não ficam porém por aí. (...) Preparam-se, em coligação com o CDS, para fazer aprovar novas leis sobre a organização sindical e sobre comissões de trabalhadores que constituem verdadeiros atentados à liberdade sindical e ao direito de organização dos cidadãos.

Mas que não se iluda a coligação acerca da possibilidade de dividir e abafar o grande movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses.

O que não conseguiremos com as vultosas ajudas do imperialismo e da social-democracia, o que não conseguiremos com os instrutores e os cursos ministrados pelos especialistas da CISL e da AFL-CIO americana (que se escreve CIO, mas todos sabem ser também CIA), o que não conseguiremos com as mais odiosas campanhas; o que não conseguiremos com Cartas Abertas e Cartas Fechadas, com Madicças e com Gonalhas: - não conseguiremos agora com leis, medidas e manobras divisionistas a coligação anti-sindical PS/CDS.

O movimento operário e popular continua forte e unido e as tendências unitárias ganham terreno, não só ao nível da classe operária, mas em todas as classes e camadas antimonopolistas.

Nunca esteve tão enraizada nas massas e com tão grande número de sindicatos a gloriosa CGTP-Intersindical Nacional.

Nunca o movimento unitário dos pequenos e médios agricultores no Centro e no Norte tinha adquirido tamanha amplitude e coesão, com a multiplicação de movimentos e organizações de classe e formas de coordenação que faziam dia a dia perder terreno à CAP do Casqueiro.

Nunca, desde há alguns anos, se notara tamanho desejo de aproximação e entendimento de democratas e a participação em

Iniciativas comuns, multiplicando-se um pouco por toda a parte o número de casos em que se estabelecem laços de cooperação entre comunistas e socialistas, de daqui saudamos fraternalmente.

Em suma o nosso Partido, reforçado com o sangue novo e entusiasmado de 27 000 novos membros da Promoção Conquistada de Abril que lhe permitiram atingir em Janeiro último 142512 militantes, fora os 30 000 da UJC e UEC - nunca o nosso Partido esteve tão estreitamente ligado à classe operária e às massas confirmando aparecer aos olhos do povo trabalhador como o único grande partido que defende de forma consequente, firme e abnegada os interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas, as conquistas da Revolução, as liberdades e direitos dos cidadãos, o regime democrático consagrado na Constituição.

### Fracasso previsível do Governo PS-CDS

Os dirigentes do PS e do CDS anunciaram um Governo estável até 1980. Não é com esta política que vão lá!

E não vão lá porque uma coisa são os planos e projectos voluntaristas desenhados nos gabinetes e nas chancelarias e outra são as realidades sociais e a vontade dos povos.

Governo PS-CDS defronta a própria realidade portuguesa, defronta o povo e defronta as suas próprias contradições.

Defronta a realidade portuguesa, de que fazem parte integrante as conquistas da Revolução. Podemos estar certos. Com a política recuperação capitalista este Governo não resolverá nenhum dos problemas fundamentais do País. Não tardará muito tempo que não esteja de novo envelado e encerrado numa nova crise gerada pelo fracasso da sua política.

O Governo PS-CDS defronta as massas populares opostas e indignadas por uma política que pretende fazer recair sobre os que trabalham todo o preço da crise.

Tal política provocará inevitavelmente a agudização dos conflitos sociais.

Tendo em conta a situação económica e financeira do País, o nosso Partido tem sido e continua a ser particularmente cauteloso na consideração do recurso à greve. Mas, se prosseguir a política da recuperação capitalista, se prosseguir a política de cinto apertado para os trabalhadores e de bolsa aberta para os capitalistas, é inevitável que as greves se multiplicarão. As greves da Função Pública e dos Professores do dia 10, com a participação significativa do estado de espírito das massas, juntando-se a tantas outras que estalam por toda a parte, tomam o valor de um aviso que o Governo deveria ter em conta.

O Governo PS-CDS defronta-se ainda com as suas próprias contradições, pois que, se fazer um casamento em S. Bento não oferece dificuldades de maior, esse mesmo casamento não pode repetir-se onde quer que os trabalhadores do PS têm na sua frente com inimigo de classe e inimigos políticos, os patrões e os caciques locais fascistas e reacţionários do CDS.

A política de recuperação capitalista, a prosseguir, causará sérios danos a Portugal. Mas acabará também por jogar por terra o Governo PS-CDS.

Os planos antidemocráticos da coligação não conseguirão atirar abaixo estruturas, reformas, liberdades, direitos, regime, tudo quanto o Povo português alcançou com a Revolução. Se o Governo insistir em tal política, não será o regime democrático, mas sim o Governo que acabará por ir abaixo agarrado ao fracasso da sua própria política.

A classe operária, as massas populares, são a carne, o sangue, a consciência e o coração da nossa pátria e constituem uma imensa força criadora, indispensável para a recuperação económica e financeira e para a construção de um Portugal democrático e independente.

Com a classe operária, com as massas populares, sempre prontos a unir os seus esforços aos de todos os democratas, o PCP, unido, firme, confiante, continuará a lutar em defesa das conquistas da Revolução, em defesa das liberdades, do regime democrático e da independência nacional.

Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado

Relance sobre 12 intervenções

Moncorvo

O jazigo de ferro de Moncorvo está incompletamente estudado, com problemas complexos da estrutura geológica e de composição do minério. A sua exploração exige que sejam criadas infra-estruturas sociais para permitir fixação de um agregado populacional importante. — José Pinheiranda

Crise e sabotagem

A crise da indústria naval a nível mundial, a falta de planificação do sector a nível nacional e várias formas de boicote e sabotagem utilizadas pela reacção interna e externa têm trazido ao sector graves dificuldades. No momento em que seria necessário alargar o mercado para áreas como os países socialistas, os países árabes, Moçambique e Angola é com apreensão que os trabalhadores vêm as posturas dos Negócios Estrangeiros do Comércio Externo serem entregues ao CDS. — Fernando Teixeira

Um exemplo

A data da constituição da RN, as dívidas a curto prazo dos ex-patrões ascendiam a cerca de 2 800 000 contos. A situação líquida era negativa, na ordem dos 1 300 000 contos. Frederico Carvalho

Energia

...Elaborar uma política da energia a médio e longo prazo, em estreita relação com o plano económico de desenvolvimento que está definido na Constituição, e que deve ter nos termos constitucionais a participação dos trabalhadores e das populações. — Frederico Carvalho

Nos Seguros nomeadamente:

Iniciar e prosseguir com firmeza a reestruturação das companhias nacionalizadas, de acordo com as posições expressas pelos trabalhadores de seguros, alterando a estrutura capitalista, que ainda se mantém, com a eliminação da "imagem de marca". — Sequeira Nunes

Nos Açores com o PPD

O capital da SATA, companhia aérea dos Açores, estaria completamente nacionalizado se o Governo Central não tivesse desistido, a favor do Regional, da compra das acções pertencentes ao sector privado, o que permitiu que os PPD's açorianos possam agora definir uma política aérea regional, contrária aos interesses nacionais e do Arquipélago. — Américo Luis

Turismo — o nosso e o deles

Apesar de três milhões de turistas que, em 1977, entraram no País (significando um aumento superior a 40% em relação a 1976) manteve-se o reduzido número de países de origem (82% dos visitantes vieram de seis países) e a dependência a um diminuto grupo de grandes operadores multinacionais. Tendência contrária verifica-se com o turismo nacional, reflectindo a redução dos salários reais (menos 13% de dormidas em hotéis em relação a 1976). — Fernando Amaro

Telecomunicações

Abrangendo investimentos elevados e grande número de trabalhadores o sector das telecomunicações que está quase totalmente nacionalizado sofre fortes ataques das multinacionais especialmente interessadas não só em fornecer equipamentos mas também de avançar nos campos do projecto, instalações e conservação. — Alexandre Rameiras

Anarquia

O sector da comercialização da madeira funciona na maior anarquia o que coloca a empresa pública Portuol na dependência dos grandes intermediários. — Eduardo Vieira

Controlo de gestão

Os trabalhadores lutam, por outro lado, pela consolidação e desenvolvimento do controlo de gestão nos vários sectores de produção da Quimigal e nas várias empresas na sua órbita e articulá-lo, por forma a garantir a informação indispensável à consolidação da unidade entre os trabalhadores da Quimigal e destes com os das empresas na sua órbita, e assim criar condições para defender e garantir o correcto desenvolvimento do projecto Quimigal. — Jorge Pires

Na Madeira

Na sua política local contra o sector nacionalizado, o PSD/PPD dispõe de todas as facilidades, pois detém a maioria na Assembleia Regional, o Governo Regional e os sectores de chefia nos Bancos e nas empresas dos tabacos e das cervejas. ...Utilizam a Caixa Económica do Funchal para atacar a Banca Nacionalizada, tentando, nomeadamente, concentrar nela os recursos dos emigrantes e as poupanças locais e abrindo delegações em vários pontos do Arquipélago. Pretendem, ainda, criar moeda própria, o que é inconstitucional. — Maria da Luz

Os bancos: uma arma

A nacionalização da banca arrastou consigo avultadas participações noutras empresas dos mais variados sectores de actividade económica. Em consequência destas medidas, constitucionalmente consagradas, tornou-se quase completo o domínio do sector público sobre circuitos financeiros, dispondo o Estado de uma arma fundamental, capaz de permitir toda uma planificação virada para o desenvolvimento não capitalista. — Francisco Serrano

Finanças e Setenave

Os trabalhadores têm afirmado insistentemente junto dos órgãos do poder que deverá proceder-se ao saneamento financeiro da empresa, ao relançamento das necessidades da frota nacional, ao estabelecimento de esquemas de financiamento e subsídios à construção naval, à efectiva planificação e coordenação do sector da Indústria Naval, à necessidade do estabelecimento duro política de diversificação das relações viradas para os mercados não tradicionais, nomeadamente os mercados de Angola e Moçambique, outros países em vias de desenvolvimento e os países socialistas. — Francisco Filho Doca

Na Siderurgia Nacional

Para diminuir a dependência na importação de matérias-primas, defendemos a utilização de 130 mil toneladas de cinzas de pirite, de 40 mil de minérios de Moncorvo e o aproveitamento dos minérios do Alvão. É considerado necessário concluir os estudos para o aproveitamento dos carvões nacionais em mistura com importados, aumentar a quota da Polónia e diversificar as origens. — Gustavo Vieira Pires

Dois crises no cimento

O grande capital desencadeou uma ofensiva contra o sector nacionalizado, escolhendo a CIMPOR como um dos alvos preferenciais. E daqui a chamada "crise do cimento" que teve grande repercussão pública. Esta crise apresentou duas componentes: uma crise real, provocada pela incapacidade transitória da produção em satisfazer completamente o mercado, em resultado da demora na montagem de duas modernas linhas de fabrico e falta de dinamismo na condução das duas empresas do sector cimenteiro (a empresa pública CIMPOR e a SECIL, com 59 por cento do capital nacionalizado); e uma crise forjada, com fins políticos, empolando as dimensões da primeira componente. — Carlos Vilar da Fonseca

O sector público

A extensão do sector público provém, no essencial, da nacionalização após o 25 de Abril de 254 empresas que arrastaram ainda participação maioritária do Estado em mais 192. Aquelas nacionalizações deram origem, após fusões e reorganizações, a 85 empresas públicas. Entretanto foram criadas mais 23, 19 das quais originárias de organismos já anteriormente integrados no sector estatal. Antes do 25 de Abril existiam já 5 empresas públicas. Assim o actual sector público é constituído pelo conjunto de 113 empresas públicas e das já referidas 192 controladas que devem também ser consideradas como nacionalizadas. — Soledade Alves

Para a riqueza e variedade das intervenções, que foi uma constante da Conferência, contribuiu a participação de vários camaradas do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, de membros do CC e do camarada Silva Graça, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Carlos Costa interveio sobre o objectivo, o âmbito e o método da Conferência, Blanqui Teixeira sobre política de investimentos, José Vitoriano sobre política de salários e defesa dos direitos dos trabalhadores do sector nacionalizado, Jaime Serra sobre o controlo de gestão, Carlos Brito sobre a Constituição e a contra-revolução legislativa, Severiano Falcão sobre a defesa e dinamização do sector nacionalizado, Velga de Oliveira sobre a organização do aparelho de Estado face ao sector público da economia, Avelino Gonçalves sobre a integração na CEE e o sector nacionalizado, Carlos Carvalhas sobre a planificação e as empresas nacionalizadas, Gorjão Duarte sobre as empresas com participação do Estado e Silva Graça sobre as autarquias e o sector nacionalizado.

Dessas intervenções destacamos a seguir algumas passagens:



OS DÉFICES

... O défice da balança comercial, que já em 1976 tinha subido vertiginosamente de 50,2 milhões de contos (em 1975) para 75 milhões (em 1976), subiu agora (em 1977) para 112 milhões de contos. ... O défice da balança de pagamentos (que em 1975 foi de 25,9 milhões de contos em 1976 de 29,4 milhões) e que o Governo previa ser de 22 milhões em 1977, ultrapassou no último ano, de certeza, os 50 milhões de contos! — Carlos Costa.

O OURO

... Quando da nossa Conferência (em Junho de 1977), calculámos as reservas de ouro em 850 toneladas, das quais, 350 já estavam liquidadas. Agora já não devemos ter mais de 750 toneladas, das quais cerca de 400 já estão hipotecadas. Naquela altura computámos a nossa dívida externa (pública e privada) em 160-170 milhões de contos. Agora já devemos 210 a 220 milhões de contos, sem considerar o empréstimo de 12 milhões de contos acordados com E.U.A. na passada semana. — Carlos Costa.

A RESPON-SABILIDADE

... Uma das formas de ataque às nacionalizações é a limitação ou impedimento do controlo de gestão, a marginalização completa dos trabalhadores quanto às medidas de reestruturação e planificação e o controlo das empresas, a responsabilização dos trabalhadores (aumentos salariais e regalias) pelas dificuldades de algumas empresas nacionalizadas. Fazer cair principalmente sobre os trabalhadores os custos da

O MOTOR

... O capitalismo monopolista só é viável se o grande capital dominar o núcleo central da economia do País, o seu motor. Só dominando os sectores básicos é possível o grande capital determinar a orientação da economia que mais convém aos seus interesses. O imperialismo sabe-o melhor que ninguém. Por isso, desde sempre

desenvolveu esforços, na primeira fase da Revolução, para apoiar e manter o capitalismo monopolista, depois, para o recuperar. — Carlos Costa.

A EVOLUÇÃO

... Embora não sendo dominante no conjunto da economia, o sector público tem um papel determinante na evolução e desenvolvimento da nossa economia, devido aos sectores e ramos de actividade em que está implantado, pelo que produz, pelo peso que o seu investimento tem actualmente, pelo conjunto de empresas que dela dependem e pelos projectos de investimentos previstos para os próximos anos. As nacionalizações permitirão por outro lado a sabotagem económica monopolista. De 1974

A CONSCIÊNCIA

... Para defesa do prestigio, autoridade e eficiência das CTS, os seus membros devem lutar para que a condução de todos se seja irreprensível e sempre inspirada por uma elevada moral revolucionária. ... É significativo que seja o sector nacionalizado onde as paralizações e greves são menos frequentes e onde as reivindicações dos trabalhadores são mais modestas. O exercício do controlo de gestão e uma boa informação têm permitido ganhar a generalidade dos tra-

A TUTELA

... Os instrumentos que o Governo e a Administração Pública dispõem para orientar, influir e mesmo comandar directamente todo o sector nacionalizado, concentram-se na chamada tutela. ... É o Governo que nomeia os Conselhos de Gerência. E o Governo que estabelece, ou pode

conquista que é preciso defender mesmo à custa da renúncia temporária a certas reivindicações. — Jaime Serra.

OS LUCROS

... Já quase ninguém ignora que os lucros dos grupos monopolistas eram em grande parte provenientes da especulação financeira, escondiam muitas vezes uma situação de degradação económica que o corte do mercado das acções imediatamente pôs a descoberto. Basta-nos lembrar, por exemplo, que o maior

A CONSCIÊNCIA

... Para defesa do prestigio, autoridade e eficiência das CTS, os seus membros devem lutar para que a condução de todos se seja irreprensível e sempre inspirada por uma elevada moral revolucionária. ... É significativo que seja o sector nacionalizado onde as paralizações e greves são menos frequentes e onde as reivindicações dos trabalhadores são mais modestas. O exercício do controlo de gestão e uma boa informação têm permitido ganhar a generalidade dos tra-

A TUTELA

... Os instrumentos que o Governo e a Administração Pública dispõem para orientar, influir e mesmo comandar directamente todo o sector nacionalizado, concentram-se na chamada tutela. ... É o Governo que nomeia os Conselhos de Gerência. E o Governo que estabelece, ou pode

estabelecer, normas genéricas ou específicas para a gestão das empresas. É finalmente do Governo e da Administração Pública que dependem, no fundamental, todos os instrumentos económicos-financeiros, de planeamento de investimento, de crédito, de preços, de impostos e taxas, de subsídios, de trocas comerciais internas e externas, de aplicação de lucros, de normas salariais, etc., etc. ... Por isso, quando ouvimos acusar as empresas nacionalizadas de mau funcionamento, de prejuízos e de falta de dinamismo, — uma conclusão que devemos tirar imediatamente — ou a acusação é falsa, ou o Governo não governa — ou o Governo governa mal. O Governo não serve, porque não tem uma política nacional de defesa da nossa economia, da nossa independência e da nossa democracia. — Velga de Oliveira.

O MERCADO COMUM

... O P.C.P. tem expressado claramente a sua oposição à integração de Portugal no Mercado Comum. Fazê-lo não é por qualquer errada posição de cego chauvinismo. ... É o P.C.P. que se opõe à integração de Portugal no Mercado Comum, porque ele seria lesiva

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

nossa independência através da integração na CEE. — Avelino Gonçalves.

O CRÉDITO

... A política de crédito deveria ser o incentivador por excelência do desenvolvimento do sector nacionalizado, mas na prática tem sido um factor de estrangulamento. Refira-

O ESTADO

... A participação do Estado atinge os 100% em 35 empresas, que vão assim somar-se às empresas directamente nacionalizadas por decreto. O Estado ainda participa maioritariamente em mais 133 empresas da listagem efectuada. Destas 133, o Estado controla o capital social em mais de 90%, num total de 42 empresas. As 77 empresas em que o Estado controla o capital entre 90 e 100% podem e devem portanto considerar-se empresas do sector público. Finalmente, as restantes 201 empresas são participadas pelo Estado com valores que variam entre 5 e 50%. — Gorjão Duarte.

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

estabelecer, normas genéricas ou específicas para a gestão das empresas. É finalmente do Governo e da Administração Pública que dependem, no fundamental, todos os instrumentos económicos-financeiros, de planeamento de investimento, de crédito, de preços, de impostos e taxas, de subsídios, de trocas comerciais internas e externas, de aplicação de lucros, de normas salariais, etc., etc. ... Por isso, quando ouvimos acusar as empresas nacionalizadas de mau funcionamento, de prejuízos e de falta de dinamismo, — uma conclusão que devemos tirar imediatamente — ou a acusação é falsa, ou o Governo não governa — ou o Governo governa mal. O Governo não serve, porque não tem uma política nacional de defesa da nossa economia, da nossa independência e da nossa democracia. — Velga de Oliveira.

O CRÉDITO

... A política de crédito deveria ser o incentivador por excelência do desenvolvimento do sector nacionalizado, mas na prática tem sido um factor de estrangulamento. Refira-

O ESTADO

... A participação do Estado atinge os 100% em 35 empresas, que vão assim somar-se às empresas directamente nacionalizadas por decreto. O Estado ainda participa maioritariamente em mais 133 empresas da listagem efectuada. Destas 133, o Estado controla o capital social em mais de 90%, num total de 42 empresas. As 77 empresas em que o Estado controla o capital entre 90 e 100% podem e devem portanto considerar-se empresas do sector público. Finalmente, as restantes 201 empresas são participadas pelo Estado com valores que variam entre 5 e 50%. — Gorjão Duarte.

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

estabelecer, normas genéricas ou específicas para a gestão das empresas. É finalmente do Governo e da Administração Pública que dependem, no fundamental, todos os instrumentos económicos-financeiros, de planeamento de investimento, de crédito, de preços, de impostos e taxas, de subsídios, de trocas comerciais internas e externas, de aplicação de lucros, de normas salariais, etc., etc. ... Por isso, quando ouvimos acusar as empresas nacionalizadas de mau funcionamento, de prejuízos e de falta de dinamismo, — uma conclusão que devemos tirar imediatamente — ou a acusação é falsa, ou o Governo não governa — ou o Governo governa mal. O Governo não serve, porque não tem uma política nacional de defesa da nossa economia, da nossa independência e da nossa democracia. — Velga de Oliveira.

O CRÉDITO

... A política de crédito deveria ser o incentivador por excelência do desenvolvimento do sector nacionalizado, mas na prática tem sido um factor de estrangulamento. Refira-

O ESTADO

... A participação do Estado atinge os 100% em 35 empresas, que vão assim somar-se às empresas directamente nacionalizadas por decreto. O Estado ainda participa maioritariamente em mais 133 empresas da listagem efectuada. Destas 133, o Estado controla o capital social em mais de 90%, num total de 42 empresas. As 77 empresas em que o Estado controla o capital entre 90 e 100% podem e devem portanto considerar-se empresas do sector público. Finalmente, as restantes 201 empresas são participadas pelo Estado com valores que variam entre 5 e 50%. — Gorjão Duarte.

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

estabelecer, normas genéricas ou específicas para a gestão das empresas. É finalmente do Governo e da Administração Pública que dependem, no fundamental, todos os instrumentos económicos-financeiros, de planeamento de investimento, de crédito, de preços, de impostos e taxas, de subsídios, de trocas comerciais internas e externas, de aplicação de lucros, de normas salariais, etc., etc. ... Por isso, quando ouvimos acusar as empresas nacionalizadas de mau funcionamento, de prejuízos e de falta de dinamismo, — uma conclusão que devemos tirar imediatamente — ou a acusação é falsa, ou o Governo não governa — ou o Governo governa mal. O Governo não serve, porque não tem uma política nacional de defesa da nossa economia, da nossa independência e da nossa democracia. — Velga de Oliveira.

O CRÉDITO

... A política de crédito deveria ser o incentivador por excelência do desenvolvimento do sector nacionalizado, mas na prática tem sido um factor de estrangulamento. Refira-

O ESTADO

... A participação do Estado atinge os 100% em 35 empresas, que vão assim somar-se às empresas directamente nacionalizadas por decreto. O Estado ainda participa maioritariamente em mais 133 empresas da listagem efectuada. Destas 133, o Estado controla o capital social em mais de 90%, num total de 42 empresas. As 77 empresas em que o Estado controla o capital entre 90 e 100% podem e devem portanto considerar-se empresas do sector público. Finalmente, as restantes 201 empresas são participadas pelo Estado com valores que variam entre 5 e 50%. — Gorjão Duarte.

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

estabelecer, normas genéricas ou específicas para a gestão das empresas. É finalmente do Governo e da Administração Pública que dependem, no fundamental, todos os instrumentos económicos-financeiros, de planeamento de investimento, de crédito, de preços, de impostos e taxas, de subsídios, de trocas comerciais internas e externas, de aplicação de lucros, de normas salariais, etc., etc. ... Por isso, quando ouvimos acusar as empresas nacionalizadas de mau funcionamento, de prejuízos e de falta de dinamismo, — uma conclusão que devemos tirar imediatamente — ou a acusação é falsa, ou o Governo não governa — ou o Governo governa mal. O Governo não serve, porque não tem uma política nacional de defesa da nossa economia, da nossa independência e da nossa democracia. — Velga de Oliveira.

O CRÉDITO

... A política de crédito deveria ser o incentivador por excelência do desenvolvimento do sector nacionalizado, mas na prática tem sido um factor de estrangulamento. Refira-

O ESTADO

... A participação do Estado atinge os 100% em 35 empresas, que vão assim somar-se às empresas directamente nacionalizadas por decreto. O Estado ainda participa maioritariamente em mais 133 empresas da listagem efectuada. Destas 133, o Estado controla o capital social em mais de 90%, num total de 42 empresas. As 77 empresas em que o Estado controla o capital entre 90 e 100% podem e devem portanto considerar-se empresas do sector público. Finalmente, as restantes 201 empresas são participadas pelo Estado com valores que variam entre 5 e 50%. — Gorjão Duarte.

AS AUTARQUIAS

... Não há a mínima contradição entre a autonomia do poder local e as empresas públicas

Participação e entraves

Esta Conferência constituiu o desenvolvimento do método de trabalho colectivo de massas aplicado pelo nosso Partido para o estudo e análise dos problemas nacionais. Na sua preparação, realizaram-se 869 reuniões, das quais 338 foram abertas. Nessas reuniões participaram mais de 12 mil pessoas, das quais cerca de 25% não são membros do nosso Partido. Os temas da Conferência foram debatidos pelos trabalhadores de 236 empresas. Estes números referem-se apenas às iniciativas que até agora chegaram ao nosso conhecimento. Eles demonstram o grande esforço de análise e estudo que culminou nestas duas semanas de trabalho da Conferência. No decurso da preparação da Conferência foram elaborados 10 volumes de documentos que interessam aqui considerar. Um desses problemas foram certas dificuldades criadas na sua preparação. Algumas empresas (como foi aqui referido em relação à Petrogal) as gerências não permitiram a realização de reuniões de trabalhadores nas instalações de empresas. Outros casos, foi montada uma verdadeira campanha contra a realização da Conferência, como aconteceu nos Seguros. Neste caso as ordens vieram do próprio

Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Seguros, em circular aos Conselhos de Gerência. A carta, curiosamente, foi enviada depois de uma febril actividade traduzida em notas e comunicados da Organização de Seguros do PS, da Comissão Sindical "Cartabrista" da Companhia de Seguros Bonança e dos rufãos do pé-có-de-pé-eme-ela, todos, em coro afinados contra os estudos realizados para preparação da Conferência e invocando mesmo, para isso, o "sigilo profissional", como fez o sr. Frederico Lopes, presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Seguros. Do que não se há a preparação, é que desses sectores se tenham levantado objecções às "visitas de inspecção" que os srs. do Banco Mundial e do FMI andam a fazer nas empresas nacionalizadas, e ministérios, nem que tenham invocado o segredo profissional em relação à entrega de dossiês inteiros que esses senhores reclamam para fazer fotocópias.

... Foram feitas 90 intervenções na Conferência, das quais 39 sobre temas gerais, e temas sectoriais, sendo as restantes sobre a situação de empresas. Os relatórios aqui apresentados são, na generalidade, trabalhos colectivos. Muitos outros que mereceriam ser apresentados não puderam ser por falta de tempo, mas o conjunto dos que ouvimos apresentar ao quadro dos problemas gerais do sector nacionalizado. Aurélio Santos.

Na mão dos agrários

O Decreto-Lei 407-A/75 determinava a nacionalização dos latifúndios beneficiados no todo ou em parte pelos aproveitamentos hidroagrícolas dos vales do Sorraia, do Sado e outros. Mas grandes casas agrícolas abrangidas por esse decreto, nomeadamente o Ribatejo, continuam nas mãos dos agrários. Só em alguns casos foi avançada a criação de empresas públicas de produção agro-pecuária-forestal em 1º lugar a Herdade da Palma, mais recentemente

especifico. Com ele se pretendiu, sob o pretexto do estatuto de Sociedade Comercial que revestia o enorme latifúndio das Lezírias, deixar campo aberto a largas indumentas aos grandes accionistas da Companhia. Por outro lado, visou bloquear a nacionalização — que deveria ser simultânea — de outros latifúndios encravados nos domínios da Comp.ª e que esta alienou ao longo do tempo a favor de grandes agrários. Da intervenção de Margarida Tengarrinha.

Palavras de delegados e convidados

A Companhia das Lezírias confia nos Intermediários

Há pouco aproveitamento das culturas de Primavera — começou por nos dizer Abílio Oliveira Gonçalves, da Companhia das Lezírias — e as nossas terras são das mais ricas da Península e podem produzir quase tudo.

Destacando a importância do rendimento das safras de girasol, que no entanto são poucas, falou a seguir da introdução de novas culturas, como seja o tabaco.

O tabaco já se cultiva, mas pouco. Por outro lado a terra poderia ser melhor aproveitada. Nas várzeas mais ricas podiam-se fazer duas culturas: uma de sequeiro e outra de regadio.

O desenvolvimento hortícola, que já é grande, poderia ser ainda maior se houvesse um acompanhamento técnico mais intenso.

O que sucede com os produtos da Companhia — prosseguiu o nosso interlocutor — é que eles não são semeados nem colhidos a tempo e, sobretudo, são vendidos a intermediários.

Estes, como sucedeu no caso da couve-flor, compram o produto em sacas cheias até mais não para depois o venderem no Mercado da Ribeira por unidade.

A Companhia confia nos Intermediários e estes depois de levantarem a quantidade que pretendem só prestam contas no final, informando o que venderam e o que se estragou.

A reconversão da Rodoviária desperta Interesse e apreensão entre os trabalhadores

Para os trabalhadores da Rodoviária Nacional a discussão do Plano para a empresa apresentado pelo

Conselho de Gerência congrega as principais atenções, começou por referir Abelard Henriques Vieira, delegado à Companhia por esse assunto em detalhe, acrescentou:

A discussão tem vindo a ser conduzida pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da RN e tem despertado grande interesse, como comprova uma recente reunião em Braga que reuniu cerca de 400 trabalhadores. Mas o Plano causa também apreensão, sobretudo no que se refere aos 1300 trabalhadores

Contributo para travar as tentativas de desnacionalização

Penso que a importância do sector nacionalizado, a sua consolidação e o seu desenvolvimento assumem um papel decisivo na construção da democracia económica e política em Portugal — declarou-nos Blasco Hugo Fernandes que, representando

A determinação dos trabalhadores fará fracassar a ofensiva contra o sector nacionalizado

Referindo-se à importância do tema da conferência, Álvaro Rana, da Comissão Executiva e do Secretariado da CGTP-Intersindical, que integrava a delegação do movimento sindical unitário convidado para os trabalhos da Conferência, salientou-nos que as nacionalizações se enquadram dentro de uma das conquistas obtidas pelo 25 de Abril que nós na CGTP-Intersindical consideramos ameaçadas e, por isso mesmo, desde o Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro do ano passado, vimos reivindicando uma política económica que consolide o sector nacionalizado como sector de maior importância para colocar a economia ao serviço dos interesses dos trabalhadores e como garantia de defesa da independência nacional.

É tal a importância que temos dedicado à defesa do sector nacionalizado — acrescentou Álvaro Rana — que ainda recentemente, no Plenário de Sindicatos realizado em 4 de Fevereiro último, esse é um dos direitos constitucionais para o qual nós exigimos uma resposta concreta do Governo no sentido de não pôr em causa a sua consolidação.

Desta Conferência, aguardamos com muito interesse as conclusões que dela se vão retirar e esperamos, pelos vários dados já fornecidos nas intervenções, que dê uma ideia clara da importância deste sector, sobretudo para que não haja dúvidas de que é com a activa participação dos trabalhadores e do sector nacionalizado que se pode tirar do País da situação de crise em que se encontra.

excedentários, cuja conversão o Plano propõe.

O principal problema reside no facto de muitos deles serem já demasiado idosos para recomparam agora novas tarefas, temendo-se que a reconversão vise, em certa medida, levar ao despedimento. Decorrente desta situação e referindo-se a participação na Conferência, recordou a realização de reuniões quase paralelas, que exilgiu um grande esforço dos trabalhadores, pois são muitos os que comçam a trabalhar às quatro horas da manhã.

o MDP/CDE, assistiu como convidado especial aos trabalhos da Conferência.

Este problema — acrescentou — tem importância não só na indústria como na agricultura, onde esta medida pode conduzir ao desenvolvimento dos respectivos sectores e ao

o MDP/CDE, assistiu como convidado especial aos trabalhos da Conferência.

Este problema — acrescentou — tem importância não só na indústria como na agricultura, onde esta medida pode conduzir ao desenvolvimento dos respectivos sectores e ao

Este problema — acrescentou — tem importância não só na indústria como na agricultura, onde esta medida pode conduzir ao desenvolvimento dos respectivos sectores e ao

progresso económico e social do nosso país.

No caso da agricultura, em que existem grandes empresas capitalistas abrangidas pelas nacionalizações e que no passado foram fontes de fabulosos lucros para os respectivos accionistas e empresários, as nacionalizações vêm complementar no quadro geral da Reforma Agrária uma política a favor dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

Só queria acrescentar que a participação de todos os trabalhadores na análise dos problemas económico-sociais postos pelas nacionalizações e nas medidas para o seu avanço numa perspectiva unitária de que estamos a ver exemplo nesta Conferência contribuirá para travar as tentativas de desnacionalização que o Governo, que tem a participação do CDS pretende concretizar.

Do ponto de vista da Reforma Agrária — frisou ainda Blasco Fernandes —, do seu avanço não só na chamada zona de intervenção, como do seu alargamento a outras zonas, as medidas que se concretizam no sector industrializado, como é o das nacionalizações, pode dizer-se que são tão importantes como as próprias transformações agrárias já realizadas.

Técnicos comunistas deram o seu contributo na Carris

Nadir Ladeira dos Santos, delegado à Conferência, revelou ao «Avante!» como se processara o trabalho preparatório na Carris, empresa onde trabalha e na qual 16 técnicos não-militantes comunistas deram a sua participação na elaboração do relatório.

Na Carris, a responsabilidade do trabalho da Conferência das Empresas Nacionalizadas, assentou numa comissão composta por três camaradas técnicos, e por quatro outros camaradas em representação de cada uma das estações da empresa. Esta comissão fez doze reuniões que contaram com um total de presenças de 55 militantes e cinco simpatizantes.

Só de juros e encargos a Soponata val pagar cerca de 500000 contos

A Soponata, este ano, vai ter de pagar cerca de 500 000 contos de juros e encargos — revelou no seu breve depoimento ao «Avante!» Leopoldo Mansinho Soares, trabalhador da queixa e presidente da delegação à Conferência, que precisou: —Desses 500 000 contos, 118 000 são para a Caixa Geral de Depósitos em virtude do empréstimo que temos, com aval do Estado, no valor de 650 000 contos e com juro 18,25

Isto dá uma imagem do juro que a banca nacionalizada pratica para com as empresas nacionalizadas.

Depois de salientar que pode vir um juro bonificado que é preciso pedir quase como uma esmola, Leopoldo Soares focou alguns problemas da Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques, afirmando: —A Soponata tem estes juros e encargos porque foi obrigada

A opinião dos convidados do Partido Socialista

Já no final da Conferência, acabados que eram os últimos acordos do Hino Nacional, contactámos os dois representantes do Partido Socialista que assistiram aos trabalhos, Ricardo Martins Pereira e Ricardo Barros, procurando saber a sua opinião sobre os assuntos debatidos durante dos dois dias, bem como sobre as conclusões aprov



O mar destruiu o "cabeço" do molhe e fez desmoronar a torre do farol ali instalado. A fúria do mar deslocou blocos submersos em cerca de 30 metros contribuindo para afunilar ainda mais a entrada do porto

# Póvoa de Varzim: 2 301 pescadores lesados pela inércia do governo

O último temporal agravou consideravelmente a situação do porto da Póvoa de Varzim, provocando sérios prejuízos aos 2301 pescadores daquela cidade que, no último mês, foram ao mar apenas alguns dias. Além do assoreamento progressivo da barra, das suas perigosas "voltas de mar" (responsáveis pela morte de cinco pescadores em Março de 76), surgiu um novo escolho aos pescadores quando, na madrugada de 26 de Fevereiro, o mar destruiu o "cabeço" do molhe e o farol de orientação à navegação ali instalado.

Há uma semana, no decurso da visita do general Ramalho Eanes, à Póvoa representando o Sindicato dos Pescadores, da Associação Comercial e da edilidade local expuseram ao Presidente da República a gravidade da situação, apontando algumas das medidas a adoptar urgentemente: prolongamento da obra na bacia portuária; assistência técnica adequada; balizagem eficaz da entrada no porto; prosseguimento da construção do muro-cortina do molhe norte; alteamento e reforço do molhe sul.

Se o porto já estava em más condições, agora piorou ainda mais. Já se previa que isto sucedesse, uma vez que não foram tomadas, a tempo, as medidas apontadas pelos pescadores, começou por referir ao "Avante!" Manuel Vilaça, dirigente sindical dos pescadores.

Segundo revelou o nosso interlocutor, em 20 de Março de 77 verificou-se a primeira oscilação do "cabeço" do molhe norte, cuja reparação foi feita no Verão. Há 18 dias,

o temporal voltou a provocar o desmoronamento da torre do farol, com 12 metros de altura, e da sua base de apoio. Para a barra, foram lançados enormes pedregulhos, entre os quais dois troços com mais de 800 toneladas. Além disso, o mar moveu inúmeros blocos submersos, que se deslocaram cerca de 30 metros, contribuindo para afunilar ainda mais a entrada do porto.

**"É mais difícil entrar na barra do que navegar no mar alto"**

Esta uma opinião unânime transmitida por vários pescadores que não se cansam de manifestar o seu descontentamento perante a inércia das autoridades responsáveis. Na verdade, as condições de segurança daquele porto pesqueiro, o segundo do país, são verdadeiramente deploráveis. Sem sirene de aviso, em caso de nevoeiro, sem orientação à navegação, com as suas "voltas de mar" e os enormes blocos submersos, não

sinalizados, os barcos correm sérios riscos de abateamento. Nos últimos seis anos, quando se iniciou o assoreamento da barra, apenas duas dragas estiveram a trabalhar na Póvoa de Varzim. Primeiro, a "Porto", que não chegou a completar a tarefa, iniciada em Agosto de 73, por se ter avariado. Mais tarde, de 23 de Maio a 31 de Agosto de 77, foi a vez de uma draga holandesa. Esteve ancorada 98 dias, trabalhou 28 e obrigou a uma despesa de três mil e novecentos contos, considerada inútil pelos pescadores, que não só lamentam não ter sido desassoreada a entrada do porto como também a exiguidade da areia retirada, cerca de 50 mil metros cúbicos, isto é, metade do prometido pelas autoridades governamentais.

No passado dia 7 do corrente, foi autorizada a saída de cerca de 30 embarcações que rumaram para Matosinhos, verificando-se, no dia seguinte, a primeira saída para a faina de parte da frota pesqueira local. Entretanto, por decisão da Capitania adoptada na última quarta-

feira, foi proibido entrar ou sair da barra sempre que se verificasse uma das seguintes condições: estado do mar que o determine; entre hora e meia antes e depois da baixa-mar; entre o pôr e o nascer do sol; nevoeiro.

Esta tomada de posição, baseada na ausência de dados conclusivos sobre o novo plano hidrográfico da barra do porto, acarreta graves prejuízos para os pescadores, designadamente o aumento da jornada de trabalho; a paralisação temporária da frota; a diminuição do número de capturas. Embora se reconheça a necessidade de ser salvaguardada a segurança das tripulações, é urgente a tomada de medidas tendentes a superar esta situação. Devem ser prontamente vencidos, caso surjam, os impedimentos de natureza burocrática, ou outros, que retardem a concretização da comparticipação governamental, de 40 mil contos, anunciada há uma semana na Póvoa de Varzim, por um membro do Governo.

**Cais acostável porá termo à escravidão da mulher**

Não obstante terem sido adjudicadas em 1974 as obras do porto da Póvoa, cujo

contrato seria assinado dois anos depois, a sua conclusão continua a sofrer sucessivos adiamentos. Segundo apurámos, os cais acostável só para o próximo ano deve estar pronto. Actualmente, a descarga do peixe é feita em más condições, sobretudo à custa do esforço das companheiras dos pescadores que, depois de serem informadas via rádio, da chegada dos barcos, se dirigem para a praia.

Quando o cais acostável estiver concluído acabar-se-á a escravidão das mulheres que são obrigadas a ajudar na descarga do peixe; dizia-nos um pescador, recordando que uma das reivindicações formuladas pela classe, em Janeiro de 75, durante a greve dos 44 dias, era precisamente acabar com esta situação escandalosa.

Na manhã de quinta-feira, ainda os barcos não tinham surgido na estreita e perigosa entrada do porto, já se formavam pequenos grupos de mulheres com cestos vazios pousados, a seu lado, na areia. Depois das embarcações ficarem ancoradas próximo da praia, iniciava-se a passagem do peixe para pequenos botes que o transportavam para terra. As mulheres ajudavam a encaixá-los e começavam a trazer o peixe. Um balde de água era lançado para «lavar a cara» às espécies apanhadas que, após terem sido devidamente loteadas,

eram transportadas para a lota. Terminada a operação, as mulheres ainda tinham, com a ajuda de alguns tripulantes, de transportar o bote para o areal, onde ficava defendido das ondas da praia-mar. Salvo um ou outro, rebocado por um tractor, quase todos eram levados a pulso.

Além das más condições de aportagem e da exploração a que são sujeitas as suas companheiras, os pescadores da Póvoa do Varzim são vítimas de um conjunto de discriminações típicas das camadas mais exploradas dos trabalhadores, tal como os assalariados rurais do Norte. Recebem miseráveis salários, não têm direito ao trabalho, não lhes é aplicável a Lei Geral do Trabalho e a legislação sobre despedimentos e horários de trabalho.

Após ter denunciado o facto de se verificarem escandalosas fugas de peixe à lota, cerca de metade do total descarregado (185 mil contos, em 77) Manuel Vilaça declarou:

**Considero necessário e urgente a saída da legislação que nos defende e salvaguarde os nossos legítimos interesses, para que, no Ministério do Trabalho, não nos contínuem a dizer quando invocamos este ou aquele decreto - essa legislação não se aplica aos pescadores. Mas afinal, não somos trabalhadores?**



A descarga do peixe é feita em más condições, sobretudo à custa do esforço das companheiras dos pescadores. Com o cais acostável, que tarda a ser concluído, as condições de trabalho melhorarão substancialmente.



## A falta de crédito agrícola ameaça as Culturas de Primavera

O secretário de Estado da Estruturação Agrária, sr. António Campos, ordenou recentemente o corte do Crédito Agrícola de Emergência (CAE) às UCPs, Cooperativas Agrícolas e pequenos e médios agricultores cujas dívidas estão vencidas.

Ao retornar o pretexto das "dívidas vencidas" para justificar o corte de crédito, o actual secretário ignora pura e simplesmente um importante acordo estabelecido em Fevereiro de 1977, segundo o qual as verbas incluídas no CAE deviam ser transferidas para linhas de crédito a médio e longo prazo, mas utilizadas pelas UCPs e Cooperativas em investimentos.

Importa assinalar, por outro lado, que se as transferências se verificassem e se o Estado pagasse os produtos comprados àquelas organizações, bem como os subsídios de motomecanização que lhes deve, as dívidas vencidas deixariam de existir.

O novo fecho do crédito (que havia sido reaberto em Janeiro deste ano após grande luta dos trabalhadores) surge num momento em que pode pôr em causa o ano agrícola. Na verdade, os trabalhadores agrícolas estavam a preparar a segunda adubação de cobertura das searas mais fortemente afectadas pelo mau tempo que se fez sentir no nosso país. Por outro lado, a viabilização de uma boa campanha de culturas da Primavera, que os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo se propunham efectuar, poderá vir igualmente a ser afectada pela impossibilidade de aquisição de adubos e rações.

Nalguns concelhos do

Alentejo, como por exemplo no de Reguengos de Monsaraz, onde o crédito nem sequer chegou a ser reaberto, a situação financeira das UCPs e Cooperativas é já extremamente difícil.

A decisão do sr. António Campos, muito no estilo do que foi a actuação do MAP durante o anterior Governo, é altamente lesiva dos interesses da economia nacional.

Os trabalhadores agrícolas, embora apreensivos com a formação do Governo PS/CDS e conscientes dos perigos que o mesmo representa, decidiram levar por diante uma boa campanha de culturas da Primavera, semeando o máximo possível de terras preparadas com o objectivo não só de aumentar a produção global como também de aumentar os rendimentos por hectare.

Para que tal seja possível, frisar, é indispensável que o Governo assumia as suas responsabilidades e dá garantias, nomeadamente na criação de condições de estabilidade na zona da Reforma Agrária que permita a normalização dos trabalhos agrícolas (o que impõe uma paragem nos ataques à Reforma Agrária); o estabelecimento de formas de diálogo com os trabalhadores e as suas organizações; garantia de autonomia de gestão e fim dos cortes de crédito.

Os trabalhadores agrícolas foram claros nas suas posições. Estão dispostos a colocar a sua capacidade e força de trabalho ao serviço da agricultura e do interesse nacional. Para tanto, necessitam apenas das condições indispensáveis que compete ao Governo proporcionar.

## Roubos de gado: uma nova manobra de desestabilização

Os trabalhadores da Cooperativa Agrícola "Vitória do Sado" recuperaram finalmente, na passada terça-feira, as 186 cabeças de gado que lhes haviam sido roubadas, na madrugada do dia 2 deste mês, por oito indivíduos contratados pelo agrário Diogo Passanha.

As 186 cabeças de gado, avaliadas em 4905 contos, foram levadas da Cooperativa pelos mandatários do agrário que alegavam possuir uma credencial do Centro Regional da Reforma Agrária de Setúbal passada para o efeito.

Tendo os trabalhadores constatado que afinal não existia credencial nenhuma, foi alertada a GNR de Grândola, que só viria a intervir após comunicação oficial do CRR de Setúbal.

Cumpridos que foram todos os passos burocráticos, os trabalhadores recuperaram as cabeças de gado, quase quinze dias depois do roubo. O processo, porém, está longe de estar encerrado.

Com a entrega do gado aos seus legítimos proprietários, os trabalhadores da Cooperativa "Vitória do Sado" não se fez mais do que um acto de justiça. Mas para que a justiça seja completamente aplicada, importa agora que as autoridades julguem os indivíduos implicados no roubo, alguns deles, aliás, identificados desde a primeira hora.

Recorde-se que o crime de roubo de gado é punível com penas que vão de oito a doze anos de prisão.

A punição destes ladrões a soldo impõe-se, não só porque a lei deve ser cumprida

mas também como exemplo para os outros que de há um tempo a esta parte "florescem" nos campos.

Com efeito, os roubos de gado e alfaias agrícolas parecem ser já a nova tática utilizada para ajudar à desestabilização da vida nos campos.

Em Mora, por exemplo, a UCP "A Luta é de Todos" tem vindo a ser vítima de roubo de alfaias e da introdução de animais em terras semeadas de pastagens. Segundo os trabalhadores, tais actos são praticados durante a noite, conduzidos por indivíduos da região, ligados a agrários.

A GNR de Mora, não obstante já ter sido alertada, continua-se sem tomar providências.

Também no concelho de Nisa se têm verificado roubos de gado. Aqui, as vítimas são sobretudo pequenos agricultores.

Ainda na passada semana foram roubadas seis vacas, em Montalvão, das quais apenas três foram recuperadas. Alpalhão foi outra das terras "visitadas" pelos curiosos ladrões.

O caso do concelho de Nisa é tanto mais grave quanto esta "actividade" dos ladrões se vem arrastando quase há dois anos sem que as autoridades apurem responsabilidades ou tomem quaisquer medidas para que os animais sejam recuperados.

A impunidade serve de estímulo. Os trabalhadores esperam que o caso de Alcácer não fique encerrado sem a punição dos culpados. Esperam que seja dado um exemplo de justiça.

## Autarquias exigem lei de finanças locais

Os órgãos de poder local continuam a protestar contra a inexistência de uma lei de finanças locais que vise a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias e que corrija as desigualdades existentes entre autarquias do mesmo grau, estabeleça a Constituição.

Esta justa exigência acentuou-se ainda mais com a aprovação dos Planos de Actividades dado que, como se salientou na Assembleia Municipal de Azambuja, eles não passarão de planos de intenções se os municípios não souberem com que verba podem contar.

Também a Assembleia Municipal de Coruche aprovou uma moção nesse sentido, igualmente por unanimidade.

Este último órgão autárquico, que já aprovou a constituição do Conselho Municipal (com representantes dos trabalhadores, moradores, sindicatos, agricultores, comerciantes, colectividades, etc.) deliberou ainda por unanimidade, na sua reunião ordinária do passado dia 3, manifestar a toda a população do concelho a sua solidariedade pelos prejuízos causados pelo mau tempo.

Em comunicado divulgado a propósito, a edilidade afirma que desenvolverá todos os esforços para que no mais breve espaço de tempo sejam efectuadas todas as reparações necessárias.

## Polícia Municipal de Lisboa destrói hortas em bairro pobre

Ação devastadora da Polícia Municipal de Lisboa, no cumprimento de ordens da presidência da Câmara, atingiu pequenas hortas que normalmente circundam as barracas dos bairros pobres e degradados.

Foi em Campolide, no bairro do Tarujó, conhecido da população pelas suas posições progressistas. O pretexto para a intervenção (há sempre pretexto para acalmar a consciência) parece ter sido a «necessidade» de derrubar certas vedações existentes junto de algumas casas pré-fabricadas. Com as vedações foram as couves, as alfaias, as pequenas hortas.

O caso poderá parecer sem importância, malgrado o preço das couves estar cada vez mais fora do alcance do comum dos cidadãos. Mas não são as pequenas hortas destruídas que estão em causa, ainda que saibamos quanto elas podem ser valiosas para a sobrevivência de certos agregados familiares.

O que está em causa é a política que nestes casos vem sendo seguida pelo Município. Ou, melhor dizendo, por pessoas responsáveis do Município, que questões como estas não são alvo de deliberação colegial.

Não teria sido possível resolver o problema (se o havia) sem se recorrer a tais medidas?

## Política ao sabor das conveniências

Nos municípios de Serpa, Ferreira e Mora não haverá vereadores a tempo inteiro, pois a isso se opuseram os eleitos do PS. As respectivas câmaras são FEPU.

Entretanto, em Moura, onde o PS é maioritário quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, foi aprovada a nomeação de um vereador a tempo inteiro.

Que conclusão tirar de procedimentos tão contrários como estes? Que o PS não gosta de vereadores a tempo inteiro no Alentejo? Não propriamente, pois escolheu um em Moura. Que a sua política se guia pela defesa dos interesses das populações? Bem, isso depende.

Depende, como se nota em Serpa, Ferreira e Mora, das suas conveniências políticas.

## Há 18 anos: memória da luta do proletariado rural

Nos fins de Fevereiro de 1963, milhares de operários agrícolas em diversas cidades, vilas e aldeias do centro e sul do País (Escoural, Messejana, Montemor-o-Novo, Alpiarça, Moura e outras) manifestam-se junto das Casas do Povo reclamando trabalho.

Em virtude da capacidade de resistência do proletariado rural, o fascismo foi obrigado a fazer algumas cedências e verificaram-se vitórias parciais. Com lutas deste tipo, em que cada homem e mulher dos campos arriscava a liberdade - e quantas vezes a vida - se temperou a vontade revolucionária do povo trabalhador do sector agrícola.

## Assembleia de Rendeiros de Gouveia

O Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte realizou no mês passado, na Casa do Povo de Nespereira, uma Assembleia de Rendeiros do concelho de Gouveia, onde foi exigida a revogação dos artigos 18.º e 19.º da Lei dos Senhores ricos e eleitos os representantes dos rendeiros à Comissão Concelhia de Arrendamento Rural.

## Vitória da Liga PMA em Montemor-o-Velho

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho ganhou recentemente as eleições para a direcção da Cooperativa Agrícola do concelho. Malgrado as cheias do Mondego terem isolado vários eleitores residentes nos locais mais afectados, o facto não impediu que os mesmos se deslocassem de barco à sede do concelho para elegerem a nova direcção.

A CAP, que havia apresentado uma lista retirada à última hora, não ficou satisfeita com o resultado eleitoral. Como já vem sendo usual em casos que tais, o desagrado manifestou-se com a agressão ao presidente da nova direcção.

O agressor, Ludgero Maurício Roque, membro da Liga, da CAP, representante da firma Agropre e membro da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura, poderá vir a perder alguns destes cargos, nomeadamente o primeiro e o último, tal a indignação que o seu acto provocou nos agricultores locais.

## União de Agricultores no concelho de Soure

Atendendo aos graves problemas com que se debatem os agricultores do concelho de Soure e conscientes de que só unidos e organizados os poderão resolver, quarenta e um agricultores daquele concelho formaram a comissão instaladora da União de Agricultores concelhia.

Num comunicado distribuído a propósito, sublinha-se que a União trabalhará para que seja extinto o antigo Grémio da Lavoura e se forme uma Cooperativa Agrícola forte, capaz de servir todos os seus associados em boas condições. Para além disso, os promotores da União propõem-se debater os problemas que mais afectam a lavoura e desenvolver todos os esforços para conseguir a sua resolução, na defesa dos interesses dos agricultores, de que se salienta: o melhoramento do abastecimento e qualidade dos adubos, rações e pesticidas; estabilização dos preços; garantia de escoamento; melhoria na recolha de leite; criação de um seguro de culturas.



Com o crédito agrícola de emergência cortado as sementeiras da Primavera estão comprometidas. Só a força dos braços não chega para afastar do horizonte a perspectiva de dias difíceis.

# A formação ideológica tarefa de todo o militante

O grande mérito de Marx e Engels reside no facto de, partindo de uma análise profunda a integral do desenvolvimento da sociedade, terem convertido o socialismo de uma utopia numa ciência. Marx e Engels expuseram (pela primeira vez de forma completa, se bem que muito sintética) as ideias do socialismo científico, no famoso **Manifesto do Partido Comunista**, escrito a pedido da Liga dos Comunistas, primeira organização de comunistas, criada em 1847. A força imensa do "Manifesto", publicado em 1848, baseia-se no facto de nele se demonstrar não só a inevitabilidade da revolução socialista que conduzirá ao derrubamento do capitalismo, mas também a missão histórica universal da classe operária como coqueira do capitalismo e construtora da sociedade socialista.

**1.** Marx e Engels deduzem a inevitabilidade da passagem revolucionária do socialismo da análise das leis do desenvolvimento da sociedade capitalista. O papel progressista da burguesia na História da sociedade consistiu em ter suprimido o domínio das relações feudais e criado novas forças produtivas no mercado mundial. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo cedo demonstrou a sua fatal contradição: a contradição entre o carácter social da produção e a forma privada da apropriação, assim como outras contradições antagonistas. À medida que se desenvolviam e socializavam as forças produtivas esgotava-se o papel progressista da burguesia, que se tornava um travão ao desenvolvimento da sociedade.

dirigi-la) ou socialista (já que o seu objectivo é construir o socialismo). O marxismo ensina que o principal problema da revolução é o problema do poder. A supressão das relações burguesas, sublinharam Marx e Engels, só é possível com base no derrubamento pela violência da burguesia, com a transformação do proletariado em classe dominante e com a concentração nas mãos "do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante" de todos os meios de produção (Ibidem, p. 84).

A tese - fundamentada no "Manifesto" - da missão histórica universal do proletariado como classe verdadeiramente revolucionária, chamada e derrubar o regime capitalista, a realizar a revolução socialista e a construir a nova sociedade - foi inteiramente confirmada pelo curso da História. A classe operária, que nos

organizações consiste em que não expressa os interesses de uma qualquer parte do proletariado, mas sim os interesses "do proletariado na sua totalidade", em todas as etapas do seu desenvolvimento. Na luta dos proletários dos diferentes países, os comunistas defendem "os interesses comuns do proletariado, independentes da nacionalidade". Por outras palavras, os comunistas actuam como força internacional, reflectindo deste modo, quer a comunidade da situação social do proletariado mundial, quer a existência de um inimigo comum, quer os objectivos comuns da classe operária de todos os países.

O princípio fundamental do internacionalismo proletário, "Proletários de todos os países, uni-vos!", é formulado neste primeiro documento programático do socialismo científico.

**4.** No "Manifesto", Marx e Engels formularam vários princípios fundamentais da estratégia e da tática dos partidos proletários. O mais importante deles é o seguinte: Os comunistas lutam pela realização dos objectivos e interesses imediatos da classe operária, mas representam no movimento presente também o futuro do movimento (Ibidem, p. 101). Ao elaborarem a sua política, os comunistas partem da análise concreta de uma dada situação histórica, do conteúdo objectivo da revolução e da distribuição das forças de classe no seu país. Com a particularidade de que, como sublinha o "Manifesto", "por toda a parte os comunistas apoiam todos os movimentos revolucionários que lutam contra as condições sociais e políticas existentes", "por toda a parte trabalham para a aliança e o entendimento dos partidos democráticos", se bem que tenham presente a inconsequência e a limitação de classe próprias desses movimentos ou partidos. (Ibidem, pp. 102/103).



Karl Marx

tempos do "Manifesto" apenas dava os primeiros passos como força social, encontra-se hoje no centro da nossa época. Cresce, fortalece-se, organiza-se, constitui a força revolucionária dirigente, conquista novas vitórias. Em Portugal, desempenhou o papel de vanguarda na transformação revolucionária da sociedade e é hoje a mais consequente defensora das conquistas de Abril

**3.** Marx e Engels fundamentaram a tese de que o proletariado deve possuir o seu próprio partido político, o partido dos comunistas, chamado a dirigir o movimento operário.

No "Manifesto", Marx e Engels sublinharam que o partido comunista deve ser a parte mais avançada e resoluta dos operários, a que "maior impulso lhes dá". No plano teórico constitui a parte mais preparada da classe operária e tem a enorme vantagem do "conhecimento das condições, do andamento e dos resultados gerais do movimento proletário". As concepções teóricas e os princípios dos comunistas não são algo de inventado e artificial, isolado da vida e da prática. Pelo contrário, são "expressões gerais de circunstâncias concretas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenrola diante dos nossos olhos" (Ibidem, pp. 75/76).

Como sublinharam Marx e Engels, o partido comunista, sendo vanguarda da classe operária, não se contrapõe às outras organizações proletárias. A diferença que o separa das outras

O progresso social acaba por impor a superação das contradições básicas do capitalismo, a supressão da propriedade privada capitalista e a sua substituição pela propriedade social dos meios de produção. Etal só se pode realizar com a revolução socialista, com a supressão do poder da burguesia e a construção da sociedade socialista. A substituição do capitalismo pelo socialismo - ensinaram Marx e Engels - é o resultado lógico e inevitável do desenvolvimento da sociedade capitalista e das suas contradições.

**2.** Marx e Engels demonstraram que a burguesia não só criou poderosas forças produtivas, não se limitou a forjar as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que vão usar estas armas - os modernos operários, os proletários" (Manifesto, edições Avante!, p.67).

Os fundadores do marxismo deram no "Manifesto" uma brilhante definição da missão histórica universal do proletariado como classe mais revolucionária, chamada a destruir o regime capitalista e a construir a nova sociedade; o socialismo e o comunismo.

Todos os movimentos anteriores foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da maioria imensa no interesse da maioria imensa. O proletariado... não pode sublevar-se, não pode erguer-se, sem fazer ir pelos ares a superestrutura completa dos estratos que formam a sociedade oficial" (Ibidem, pp. 72/73). Diferentemente dos socialistas utópicos e dos reformistas de todos os matizes, Marx e Engels consideravam que a substituição do capitalismo pelo socialismo só pode efectuar-se pela transformação radical das bases políticas, económicas, sociais e culturais da sociedade, através da revolução socialista. Chamaram a esta revolução proletária (pois ao proletariado cabe

# Temas ideológicos Os comunistas e a economia

«A classe operária e as massas populares não intervêm na vida nacional apenas para reclamar e para exigir. Nas condições criadas pelas transformações revolucionárias intervêm também para criar e para construir».

A. Cunhal «A Revolução Portuguesa - o Passado e o Futuro» - pág. 331

783 delegados das organizações do PCP (601 trabalhadores e empregados e 137 técnicos e intelectuais) e cerca de 8 mil convidados, entre comunistas, simpatizantes do Partido, trabalhadores sem partido ou doutros partidos escutaram com a máxima atenção, discutiram, comentaram durante dois dias as 90 intervenções apresentadas na Conferência do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado. Por detrás destes dois dias de trabalho intenso, entusiástico, estiveram 869 reuniões do Partido, 338 delas alargadas a técnicos e trabalhadores não comunistas (que atingiram 25%) num total de 12 mil pessoas de cerca de 300 empresas.

Ainda não há um ano, em Junho do ano passado, 28 mil trabalhadores comunistas, sem partido ou doutros partidos, em 1283 reuniões prepararam 747 estudos e contribuições escritas e 126 projectos de intervenções elaboradas colectivamente para a Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica.

Pela primeira vez assistimos a este fenómeno inteiramente novo no nosso País - a discussão à escala de massas, pelos próprios trabalhadores, por aqueles que estão directamente ligados à produção, dos problemas da economia nacional. Prova clara, irrefutável, da consciência que os próprios trabalhadores têm de que são capazes de encontrar soluções para os problemas nacionais difíceis e graves e de que essas soluções só podem ser encontradas e postas em prática com a sua directa e activa participação.

No centro desta iniciativa revolucionária, construtiva e patriótica, ditada pelos mais elevados e urgentes interesses nacionais - esteve, como organizador e mobilizador, o PCP, a vanguarda da classe operária portuguesa.

«Os trabalhos da Conferência demonstraram - foi destacado durante a sua realização - que os trabalhadores das empresas nacionalizadas compreendem que lutando para a sua dinamização, não asseguram apenas o seu pão e o seu trabalho - garantem também o pão e o trabalho de muitos outros trabalhadores e famílias portuguesas, têm uma participação indispensável na recuperação económica do país e dão uma contribuição patriótica à defesa da democracia e à defesa das novas realidades que lhes mantêm aberta a perspectiva do socialismo».

A crescente e consciente intervenção dos trabalhadores, das massas populares, na defesa das conquistas da nossa Revolução e, através do trabalho, na construção de uma vida melhor, é determinada pela própria natureza das transformações profundas que o 25 de Abril abriu na sociedade portuguesa.

O marxismo-leninismo demonstra, e a prática confirma, que quanto mais profundas são as transformações sociais e mais sérias as tarefas que se colocam à sociedade maior é o número de pessoas que nelas participam e mais activas são as massas populares.

Lénine dizia que «O socialismo vivo, criador é obra das próprias massas populares» («Obras Completas», vol. 26, Pág. 255, em russo). A crescente participação das massas na construção de uma nova vida e lei do desenvolvimento do socialismo. Ao contrário das revoluções precedentes, onde o povo não passava de destruidor do velho regime social, na revolução socialista, além dessas tarefas de destruição, há a da criação da nova sociedade

- a sociedade socialista. O socialismo responde aos interesses vitais dos trabalhadores e estes, por isso, estão profundamente interessados na sua criação. A Revolução portuguesa na sua etapa actual não é uma revolução socialista. É uma revolução democrática e nacional que tem como objectivo a liquidação do poder dos monopólios e dos grandes agrários, a libertação de Portugal do domínio imperialista, a construção do Estado democrático. Mas, ao realizar objectivos da presente etapa está realizando já objectivos da etapa seguinte. Com o 25 de Abril a ditadura fascista, a guerra colonial, o colonialismo, o capitalismo monopolista de Estado, os grandes grupos monopolistas, a maior parte dos latifúndios foram liquidados. Em amplos sectores da economia estabeleceram-se novas relações de produção. As relações de produção capitalistas são ainda predominantes, mas não determinantes.

As massas trabalhadoras fazem a História, sobretudo com o seu trabalho produtivo. Das suas mãos nascem todos os valores materiais: as cidades e os portos, as fábricas e as ferramentas, as estradas e as pontes, o vestuário e os alimentos - tudo aquilo sem o qual a existência da humanidade, a própria vida humana seriam inconcebíveis. Por isso, a causa principal e determinante do desenvolvimento social é a produção de bens materiais.

Seguindo a sua linha de desenvolvimento natural, a sociedade portuguesa vê crescer nela a intervenção dos trabalhadores, das massas populares. Mas essa intervenção não é, nem pode ser, deixada ao sabor dos caprichos do acaso, espontânea, desorganizada. O papel da classe operária na produção material confere-lhe objectivamente qualidades de classe dirigente da nova sociedade: disciplina, organização, consciência, materialização dos interesses de toda a sociedade. O partido da classe operária - o PCP - é a força motriz, é a condição fundamental para a realização desse papel dirigente natural.

«Quem quer que fale com verdade não pode falar de nenhuma das conquistas revolucionárias do Povo português sem falar na actividade dos comunistas. A todas elas está ligado o nome do Partido».

«A conquista das amplas liberdades, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, a política social avançada, o controlo operário, as nacionalizações, a Reforma Agrária, ficarão sempre ligadas à luta da classe operária e das massas trabalhadoras, à luta decidida, corajosa e audaz do Partido Comunista Português. (...) O Partido manteve um papel determinante no decurso do processo revolucionário. (...) O PCP é um partido fundamental na nova democracia portuguesa» (A. Cunhal - relatório para o VIII Congresso do PCP - «A Revolução Portuguesa - O Passado e o Futuro»). E o seu crescente e permanente esforço aparece perante os nossos olhos nos novos 27 000 membros da Promoção Conquistas de Abril.

O crescente papel dirigente da classe operária e do seu partido marxista-leninista é a lei social mais importante do nosso tempo. Ela resulta do carácter da nossa época, que é a época da transição do capitalismo para o socialismo e o comunismo, em cujo centro se encontra a classe operária como coqueira do capitalismo e criadora do comunismo.



«Onde estavam o PPD e o CDS quando se tratou de defender as liberdades, estes partidos de fracos dirigentes que nos momentos mais graves da vida nacional não tiveram outra atitude que não fosse a do silêncio criminoso e covarde? Não admira que ninguém os visse, porque o desejo deles é instalar de novo em Portugal um regime como aquele de que nos libertámos, em que o trabalhador continue sujeito aos patrões e aos grandes senhores, com a ajuda da polícia e da repressão. Nunca ninguém os viu quando se tratou de lutar pelas liberdades do povo português».

Disse-o o partido do sr. Jaime Gama nas eleições para a Assembleia da República!

D.Vera Poça de Água continua a reportar a sua digressão pelo Brasil. Desta feita é assim:

«S.Luiz do Maranhão! Que bom! Que saudade! Ao José! Sei que vou reencontrar. Em qualquer cidade do mundo. Mas S.Luiz é muito longe. E eu gostaria de lá passar, pelo menos, uma semana. Pelo menos. Para poder ir a Alcântara, a cidade abandonada. Para poder melhor apreciar os azulejos, para ver os portugueses e os brasileiros e - acima de tudo - para ver o babaçu».

Esperemos que a senhora ainda tenha possibilidades de ir ver o babaçu.

«O Dia» enviou a Paris o sr. João Colto que com grande profundidade se debruça sobre as eleições francesas. Escreve o indivíduo:

«É evidente - todos os franceses o sabem - o grande progresso registado nos últimos vinte anos na França. Dentro de pouco tempo andará no ar novo Mirage, que será o avião mais perfeito do mundo».

Trata-se, como se pode verificar, de uma forma muito pessoal de entender o desenvolvimento: para o sr. Colto um país subdesenvolvido deve ser um país que apenas fabrica navalhas de ponta e mola.

O «ensalista» Orlando Vitorino que preside à direcção de uma Aliança para a Defesa dos Direitos de Autor arrancou, em entrevista, este raciocínio:

«A actividade de política tem uma parte substancial e uma parte formal. As distinções e diferenças entre os diversos partidos ou regimes são diferenças formais. Ora a nós o que nos interessa é o substancial».

Que o sr. Vitorino ensaísta esteja interessado no substancial nada tem de surpreendente. Tal como que, desde momento que esse substancial lhe seja assegurado, se borra nos regimes e nos partidos.

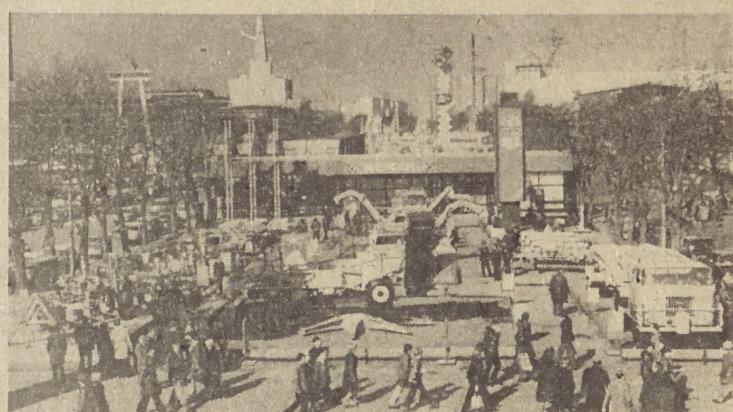
Isto é que são ensaios.

# Temas vários

## Feira de Leipzig na RDA: por um comércio aberto ao mundo

Com a participação de mais de 9000 expositores de cerca de 60 países decorre, desde o passado dia 12 e até ao próximo domingo, a Feira da Primavera de Leipzig, na República Democrática Alemã. Ocupando uma superfície de 340000 metros quadrados, espera-se que mais de meio milhão de visitantes de cerca de cem países visitem a Feira de Leipzig, que tem como lema a seguinte orientação: "Por um comércio aberto ao mundo e pelo desenvolvimento técnico".

A Feira de Leipzig, e especializada internacionalmente nos domínios da metalurgia, maquinaria pesada, máquinas-ferramentas, maquinaria agrícola, da indústria alimentar e de embalagens, electrotécnica, técnica de automatização, técnica de informática e electrónica, conta com a participação activa da URSS, da Polónia, da Checoslováquia, da Hungria,



da Bulgária, da Roménia, de Cuba, da Coreia, da Mongólia e do Vietname, além de estarem igualmente representados mais de 20 países em vias de desenvolvimento. Em todos os ramos preponderantes da Feira de

Leipzig, os países socialistas que integram o CAME apresentarão múltiplos exemplos da sua crescente integração económica socialista. O ponto culminante do programa das realizações

técnico-científicas da Feira de Leipzig será um Congresso Internacional no qual participarão 600 participantes de 30 países, subordinado ao tema "Transformação racional do metal nos pequenos e médios produtos acabados".

Correio logo and text

Os transportes colectivos e a greve da Função Pública. Aproveito ainda esta minha carta para falar do drama que é uma pessoa ir para o emprego ou regressar a casa depois de um dia de trabalho. Os que trabalham têm o direito de regressar a casa sem terem de estar à espera por vezes uma hora até que chegue um autocarro com lugares vagos. Quando chove, então é uma calamidade. Não é justo que se aumentem só os preços dos transportes públicos sem ter em conta o mínimo respeito pelos passageiros. - António José Rodrigues, Lisboa.

É POSSÍVEL SAIR DA CRISE? SABIA... coleção «conferência económica» A coleção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional. VOLUMES PUBLICADOS: As Empresas Intervencionadas 25500 Indústria Extractiva, Situação Actual 40500 Perspectivas para o Futuro 40500 Balança de Pagamentos 40500 Dívida Externa 60500 Energia 40500 A Cortiça 40500 edições Avante!

Semana

8 Quarta-feira 1910 - Dia Internacional da Mulher, proclamado pela Conferência Internacional Feminina.

O presidente da França, Giscard d'Estaing, afirma que tomará em conta a vontade expressa em sufrágio universal e que não poderá opor-se à aplicação do Programa da Esquerda...

9 Quinta-feira 1903 - Lênine muda-se de Paris para Londres.

Tropas etíopes reconquistam a cidade de Daghbur, que se encontrava na posse dos invasores somalis, e avançam em 2 frentes para a fronteira da Somália...

10 Sexta-feira 1945 - Monstruoso bombardeamento norte-americano sobre o centro de Tóquio provoca 137 000 mortos.

O governo norte-americano, ao abrigo da lei «Tilt-Hartley», recorre aos tribunais para obrigar os mineiros em greve a regressarem ao trabalho...

11 Sábado 1918 - O governo soviético é transferido para Moscovo.

O general Suharto, presidente da Indonésia, apela para o Congresso Popular para que este confirme a anexação de Timor-Leste...

12 Domingo 1917 - Revolução democrático-burguesa na Rússia acaba com o czarismo, formando um governo provisório burguês.

O governo do Paquistão encerra sete jornais da oposição e ordena a prisão domiciliária da mulher do ex-primeiro-ministro Ali Bhutto...

13 Segunda 1898 - Abre em Minsk o 1.º Congresso do Partido Operário Social-Democrático da Rússia (mais tarde Partido Comunista).

Os resultados provisórios da 1.ª volta das eleições em França dão uma vantagem de 1,9% aos partidos de esquerda sobre a coligação governamental de centro-direita...

14 Terça-feira 1883 - Morre Karl Marx, em Londres.

Os mineiros norte-americanos, em greve há 98 dias, recusam-se em massa a obedecer à ordem judicial, pedida pelo presidente James Carter...

Povo francês votou na esquerda Para quem a vitória eleitoral?

"A vossa escolha será respeitada até às últimas consequências" - declarou Giscard d'Estaing na sua alocução após o encerramento da campanha eleitoral.

Ao longo de todo o período eleitoral, como também anteriormente, a direita francesa desdobrou-se em esforços. Em recente entrevista a "Le Figaro", Barre deixou claras as razões de tais esforços...

As eleições de domingo registaram uma afluência superior a 83% do eleitorado, o que corresponde a um "record" em eleições legislativas em França.

abrindo o caminho a uma vitória favorável aos trabalhadores.

Na passada segunda-feira, realizou-se finalmente um encontro entre o PCF, o PSF e o Movimento dos Radicais de Esquerda, de que resultou um comunicado que constitui um programa de acção resumido.

Table with 3 columns: Oposição de Esquerda, Votos, Percentagens. Rows include Comunistas, Socialistas, Radicais de Esquerda, etc.

A força crescente da esquerda na Europa

O processo revolucionário mundial avança irreversivelmente. Durante anos, a seguir à guerra, a Europa surge como um continente aparentemente calmo...

ESTÃO em curso as eleições legislativas em França. Eleições que foram rodeadas de uma grande expectativa, tanto a nível interno como externo.

Itália acaba, formalmente, de superar uma crise política que se arrastou durante 51 dias. Giulio Andreotti anunciou a formação de mais um governo, o 40.º da Itália pós-fascista...

Importante declaração soviética sobre a «bomba de neutrões»

A opinião pública mundial manifesta há já vários meses uma profunda inquietação perante os planos acalentados pelos Estados Unidos de produção de uma nova arma de extermínio maciço, a chamada "bomba de neutrões".

A posição soviética, ditada por uma profunda preocupação pela consolidação da paz, encontrou uma vasta ressonância e apoio em muitos países.

o problema. Uma série de homens de Estado da Europa Ocidental tem avaliado sensatamente as perigosas consequências da criação da bomba de neutrões.

No entanto, os Estados Unidos e determinados círculos de outros países da NATO, não se mostram decididos a abdicar dos seus planos.

Subterfúgios deste tipo destinam-se a sensibilizar gente ingénua e não logram ludibriar a opinião pública mundial.

o fim é apenas um: tentar enfraquecer os protestos dos povos e, o que é o principal, fugir à única solução razoável possível, que reside numa renúncia recíproca à produção da "bomba de neutrões".

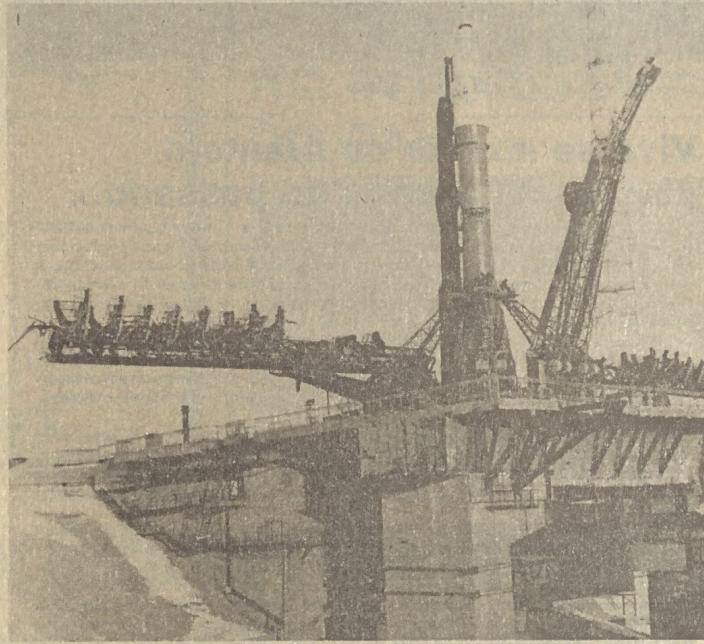
Se os países da NATO fizerem uma escolha em proveito do início da produção da arma de neutrões, tal resolução colocaria a União Soviética perante a inevitabilidade de dar a devida resposta à tal repto.

A TASS está autorizada a declarar que a União Soviética confirma mais uma vez a sua proposta e apela aos Estados Unidos no sentido de uma renúncia de ambas as partes à produção da "bomba de neutrões".

(Texto integral da declaração da agência Tass, publicada no passado dia 12 no "Pravda")



Regressou já à terra a «Soyuz-28», tripulada pelos cosmonautas Alexei Gubarev (à esquerda) e Vladimir Remeik, que vemos na foto durante uma fase dos treinos. Recorde-se que Remeik, cidadão checoslovaco, foi o primeiro astronauta de outros países sem ser a URSS a enviar uma nave espacial. Gubarev e Remeik estiveram sete dias e abordo do «Salyut-6», tripulada pelos soviéticos Yuri Romanenko e Georgy Grechko, que completaram no passado dia 10 três meses no espaço, batendo assim o recorde de permanência em órbita.



A vitória etíope, a «retirada» Somali e as exigências do imperialismo

Ogaden está livre de soldados somalis. O avanço do Exército etíope, claramente dominante depois da vitória de Jijica - inicialmente negada pela Somália - repôs a soberania etíope na zona.

Como ontem alimentou, apoiou e armou uma guerra em que foi utilizado e exacerbado um problema comum a toda a África - a delimitação de fronteiras, estabelecida pelas potências colonialistas - o imperialismo tudo fará hoje para que não seja posto ponto final neste conflito.

o comunicado somali, transmitido pela Rádio de Mogadíscio, anunciando a retirada das tropas da Somália, tenha sido lido horas depois do seu anúncio em Washington.

As propostas da Somália e da Grã-Bretanha, na sequência da derrota somali no Ogaden, vão no mesmo sentido, com algumas diferenças de pormenor, das avançadas por Carter em Washington nos primeiros dias deste mês.

quem negar à URSS o direito de ir em auxílio de um país agredido, quem negar aos países africanos o direito de recorrerem à comunidade socialista, na defesa dos seus legítimos direitos como na construção de uma nova sociedade que os furete aos esquemas e à exploração do sistema capitalista.

O imperialismo continua a explorar um excelente pretexto para manter todo o continente africano em luta permanente: a questão das fronteiras.

# 14 de Março de 1975: as primeiras nacionalizações

## Uma data histórica no calendário da revolução

14 de Março de 1975 é uma data grande no calendário da Revolução. Nesse dia, a luta contra os grandes exploradores da nossa terra entrava verdadeiramente num período decisivo. O processo revolucionário e democrático alcançava uma meta que a Constituição, cerca de um ano depois, consideraria irreversível.

Eram nacionalizadas a banca e os seguros. Abria-se a porta para a nacionalização da grande indústria monopolista. O País começava a dispor dos seus recursos que escapavam pela primeira vez ao domínio do grande capital financeiro, pedra mestra do fascismo e da exploração do povo.

Nesse dia e nos seguintes, houve grandes manifestações de regozijo por todo o País.

No Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, perante cerca de 100 mil pessoas, o camarada Álvaro Cunhal considerava as primeiras nacionalizações como «medidas históricas que abrem caminho a transformações democráticas essenciais na economia portuguesa em benefício do Povo e do País».

Essas medidas não se perderam. O seu efeito perdura. Os assaltos que têm sofrido devem servir de estímulo para tornar mais eficaz a sua defesa e para as pôr verdadeiramente ao serviço do Povo e do País.

As empresas nacionalizadas, a banca e os seguros não podem voltar às mãos do capital privado. A Lei Fundamental do nosso País é bem clara. As nacionalizações são uma conquista irreversível de todo o povo.

Combater as ameaças e os ataques — alguns deles já concretizados — contra as nacionalizações é um dever patriótico inalienável a que não podem fugir os órgãos do poder.

A Constituição está em vigor. Ninguém pode rasgá-la. As próprias forças reaccionárias são obrigadas a cumpri-la. Assim o exige não apenas o direito, com o qual a direita tanto enche a boca, mas também as realidades objectivas do nosso País, incluindo a força dos trabalhadores organizados, que continuam a corresponder ao projecto constitucional de consolidação da democracia na via do socialismo.



Os trabalhadores apoiaram as nacionalizações, como documenta esta imagem de 16 de Abril de 1975, em Lisboa, numa das manifestações de luta e regozijo que por essa altura decorreram em todo o País

## Gente da Reforma Agrária avança na luta pelo direito à saúde

Correspondendo ao apelo de Sindicatos Agrícolas nos fins de 1975, a CRARA, Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária tem desenvolvido um trabalho organizado na assistência clínica aos trabalhadores dos campos. Neste trabalho encontra-se integrada, desde as primeiras horas, a camarada Margarida Barbosa, médica pediatra, que, em entrevista ao «Avante!» desvenda alguns aspectos deste trabalho de profissionais da saúde que «acreditam na solidariedade, que sentem um grande entusiasmo revolucionário, que acreditam que a saúde não é um negócio, que sabem ser possível em Portugal um Serviço Nacional de Saúde e querem transmitir esta certeza às populações, sensibilizando-as para que lutem pelo seu direito à saúde, ajudando-as a organizarem-se».

«Avante!» — Quais os objectivos da equipa de saúde da CRARA?

Margarida Barbosa — Os objectivos que definimos nos primeiros plenários em Fevereiro de 1976, consistem em: aumentar a consciência das populações no campo do direito à saúde; incentivar a organização de comissões de saúde em cada lugar visitado; unir na mesma luta trabalhadores do campo e da cidade; fazer o rastreio das condições sanitárias das populações visitadas; responder às necessidades de assistência mais urgentes; criar postos de primeiros socorros nas UCPs, formar quadros técnicos para estes postos; coordenar a nossa acção com os médicos do serviço à periferia.

Praticamente todos estes objectivos foram atingidos. Realizámos dezenas de encontros em aldeias e vilas esclarecendo as populações do seu direito à saúde, incentivou-se em quase todos os locais a formação de comissões de saúde eleitas pela população que, neste momento, estão prontas a dialogar com os poderes centrais sobre as suas necessidades e têm-no feito várias vezes, ajudaram-se estas comissões no melhor aproveitamento e aproveitamento das suas estruturas de saúde. Efectuaram-se cursos

de formação de técnicos elementares de saúde com a presença de trabalhadores das UCPs, fizeram-se inquéritos de saúde pública a fim de conhecer as condições sanitárias das populações. E realizaram-se muitos milhares de consultas de medicina curativa, quer de medicina geral quer de especialidades. Rapidamente verificámos que não era só medicina curativa que deveríamos fazer e assim, em Maio de 76, o sector de saúde lançou-se em outro tipo de intervenção — a medicina preventiva —, fazendo jornadas de trabalho nas UCPs a fim de proceder a inspecções generalizadas a todos os trabalhadores e suas famílias.

do Sal, Serpa Estremoz, Santiago do Cacém e até Castelo Branco.

É importante precisar que neste trabalho não estão só, nem sequer na sua maior parte, envolvidos militantes do PCP: neste momento há mais de 300 trabalhadores da saúde, homens e mulheres progressistas — enfermeiros, médicos, auxiliares de laboratório, técnicos de RX, alunos de Medicina e de Enfermagem, técnicos de

efectuadas nas Cooperativas, em gabinetes improvisados com divisórias de serapijeira e em marquêsas que, algumas vezes, são fardos de palha cobertos com mantas ou também serapijeira. Como se pode, instala-se uma sala de recepção onde cada doente recebe um papel com um protocolo e onde é pesado e medido pelas enfermeiras e alunos. A seguir, num pequeno laboratório que transportamos, são-lhe feitas análises de sangue e urina por métodos rápidos. Se na inspecção há suspeitas de qualquer doença cardiovascular efectuamos electrocardiogramas num electrocardiógrafo portátil. Já se fizeram mais de 10 000 inspecções, tendo sido diagnosticadas centenas de doenças em indivíduos que as ignoravam completamente.

Claro que não andamos a detectar doenças abandonando as pessoas à sua sorte, pois além de mantermos contacto com os médicos locais (geralmente jovens que trabalham na periferia) fazemos consultas de especialidades nos locais.

Lutar pelo Serviço Nacional de Saúde!

«Avante!» — Da importância da vossa acção podem já falar milhares de trabalhadores deste País. Mas será que só com o vosso trabalho resolvem os problemas da saúde?

M. Barbosa — Nos nossos plenários e desde o princípio, nós demos prioridade ao aspecto político da nossa actuação. Não política partidária, é evidente, mas política no sentido de se esclarecer as populações dos seus direitos no campo da saúde. Temo-nos servido do nosso trabalho como arma de que dispomos para demonstrar

de uma forma prática aquilo que defendemos.

Muito tem sido feito mas é evidente que perante as necessidades tremendas das populações, perante a anarquia que reina a nível da saúde, isto é uma gota de água que não resolve a maioria dos problemas que neste campo se levantam diariamente. Estamos atentos, sempre dizemos que é ao Governo que compete resolver estes problemas, com seriedade, avançando com o verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, deixando de proteger a medicina privada e indo ao encontro das verdadeiras necessidades das populações.

Tudo o que fazemos seria ainda mais insuficiente, talvez mesmo contraproducente se não discutíssemos com as populações o nosso trabalho.

À noite, na Casa do Povo ou nos armazéns das cooperativas, reunimo-nos com as populações e ali dialogamos sobre a utilidade do nosso trabalho. Assim fazemos esclarecimento sobre a importância da medicina preventiva, sobre o direito dos povos à saúde e sobre o que pensamos deverá ser o Serviço Nacional de Saúde.

Dizemos isto em jeito de conversa séria mas fazemo-lo também, depois, a cantar pois somos em geral gente alegre. Temos já muitas canções que nos ajudam a dialogar, não faltam os cantores, os músicos, os poetas... É do espírito revolucionário que nos vem tanta alegria. Participamos em convívios entre todos. Dançamos às vezes. Danças de roda com par... às vezes até me lembro dos jograis de antigamente como agentes da cultura, pois connosco andam cantigas e costumes de uns lugares para os outros!



«Somos mais de 300 trabalhadores de saúde que acreditam na solidariedade, sentem um grande entusiasmo revolucionário, acreditam que a saúde não é um negócio»

## Vive-se melhor no Alentejo mas há a herança do passado...

Um médico para mais de 3000 habitantes no distrito de Beja; 1 médico para mais de 2200 habitantes em Évora; 1 médico para mais de 1900 habitantes em Portalegre; 1 médico para mais de 2300 habitantes em Setúbal e Santarém: eis alguns dos indicadores que nos dão bem a ideia das terríveis carências médico-sanitárias nos distritos da zona de intervenção. O panorama destas regiões, não é único no país. Mais para o Norte e Centro do país, a realidade é ainda mais desoladora.

Outros indicadores mais assustadores ainda: em Beja existem mais de 16 000 habitantes para 1 profissional de enfermagem; em Évora, cerca de 3 800; em Portalegre mais de 4 300; em Setúbal, mais de 2 000, e em Santarém mais de 5 900! Somem-se as carências alimentares, a dureza da vida e ter-se-á a explicação de muitas das doenças verificadas. A este respeito, disse-nos Margarida Barbosa:

— É fácil verificar que hoje se vive melhor no Alentejo. Já se bebe leite, já se come carne de vez em quando. Mas é fácil de imaginar que muitas das doenças são hoje resultado de carências dos anos e anos de dietas insuficientes, do tempo em que se trabalhava de soi a soi e se comia pão com azeitonas, pão com cebola ou pão com tomate.

Contou-nos a Maria Talvez, de Plas, que a estrada que ali passa se chama a «estrada do tomate» porque o ano da sua construção foi um ano de fome e os homens que a construíram apenas se alimentavam de pão com tomate!

São frequentes os restos de raquitismo, a baixa estatura, as caries dentárias, doenças osteo-articulares, doenças de visão, obesidade por dietas desequilibradas (pão, batatas, etc.), diabetes. Muitas destas doenças poderiam ter sido evitadas ou minimizadas com melhores condições de vida e com diagnósticos precoces, se os trabalhadores fossem submetidos a inspecções periódicas e pudessem dispor de melhores condições de saúde».



Aumentou o poder de compra e a capacidade de escolher os alimentos mais indicados. Já se bebe leite e já se come carne de vez em quando. Mas muitas das doenças são resultado das terríveis carências do passado



## «A humanidade e a dignidade que conservaram intactas tantos anos»

No meio de tantas faltas sofridas, conservam os trabalhadores a alegria da construção de um amanhã diferente, o sentimento da solidariedade, a consciência do inevitável evoluir para uma sociedade sem exploração, mesmo que esta seja somente real quando os homens de hoje não existirem mais. Deste estado de espírito que é um modo de viver, um modo de lutar, falou-nos também Margarida Barbosa:

— Tudo nos impressiona. As deficiências de toda a ordem que tiveram de suportar! O seu passado! A humanidade e a dignidade que conservaram intactas tantos anos, a sua sede de saber coisas, a sua capacidade de organização, o seu espírito revolucionário.

Temos encontrado homens e mulheres maravilhosos. Poetas... o camarada Zé Lourenço, de Ermidas, poeta desde menino e que nunca escreveu nenhuma das suas poesias... o trovador de Caseres que canta a Reforma Agrária... as cantoras do 25 de Abril... a sabelodora do Pirata, a dignidade da Maria Talvez, as convicções dos Basugas e a alegria com que nos abraçam em cada fim de semana, o espírito de organização do Patinho, as vozes das mulheres de Casa Branca... a coragem da Luísa de Avis, o camarada da UCP «1.º de Maio» de Avis que nos levou a ver a Cooperativa no tractor e que parou o tractor para nos lembrar que aqueles

companheiros, que ali também iam, tão iguais a nós, tiveram um passado tão mais difícil!

Como contar-vos do pastor a quem corriam as lágrimas de alegria só por que dançava lado a lado com doutores!

Como contar-vos a chegada das camponesas de Monforte da Beira que os camponeses de Malpica convenceram a vir à inspecção que fizemos na sua cooperativa? Vindas da missa em jejum, primeiro desconfiadas, depois abismadas porque se repartiu com elas o nosso pequeno almoço e porque as observámos tocando no seu corpo, coisa que o médico da terra nunca fizera, segundo elas por nojo! Como contar-vos a generosidade com que nos acolhem nas suas casas! Como contar-vos as histórias da miséria que ouvimos à lareira e cujas lembranças encontramos nos seus corpos, nos ossos, nos dentes, na pele e nos seus cérebros? Como contar-vos as aflições que passam quando estão doentes sem serviços de saúde ou com maus serviços de saúde?

«Camarada, se eu estivesse há anos no restaurante com os médicos cá da terra como estou hoje aqui com vocês, decerto que eles me teriam atirado um osso para debaixo da mesa!» diz-nos o Pirata, da UCP «Maria Machado», no nosso primeiro encontro no restaurante.



«Não andamos a detectar doenças abandonando as pessoas à sua sorte, pois além de mantermos contacto com os médicos locais, fazemos consultas de especialidades»